



REVISTA SANTA CATARINA Σ HISTÓRIA

vol 15 | nº 1-2 | 2022 ISSN: 1984-3968



Montagem da Capa: Composição a partir da utilização de três refotografias feitas por Pedro Toniazzo Terres | 2018.

Editorial

É com enorme satisfação que apresentamos mais uma edição da Revista Santa Catarina em História, uma revista experimental dedicada aos estudos sobre este estado que desempenha um importante papel na compreensão do desenvolvimento histórico e dos desafios contemporâneos enfrentados no Brasil.

Um dos objetivos da revista é também oferecer estudos, baseados em fontes primárias, e com qualidade acadêmica, para embasar o ensino de história de Santa Catarina, que pode ser articulado tanto a conteúdos de História do Brasil, quanto da História Geral, já que, numa perspectiva da História Global, o que acontecia aqui estava relacionado ao que acontecia em outros lugares do mundo.¹ Outro ponto importante, é que este número, como vários outros da revista, contém vários artigos referentes à história das mulheres do campo e da cidade de Santa Catarina, conteúdo que, a partir da Lei Estadual 18.226/2021, foi instituído como transversal para o ensino básico. Ou seja, a Revista Santa Catarina em História pode contribuir para uma perspectiva feminista, antiracista e decolonial no ensino da História de Santa Catarina, essencial nos tempos em que estamos vivendo.²

Com mais esta publicação, que é última organizada semestralmente, acreditamos estar ampliando a reflexão crítica e estimulando uma produção de conhecimento inédito sobre a História de Santa Catarina. A partir de então, passaremos a publicar em fluxo contínuo, um aprimoramento no que diz respeito à editoração e à circulação das produções reunidas e confiadas à Revista.

Nesta edição, que conta com a colaboração de Pedro Toniazzo Terres para elaboração da capa³, uma seleção de seis artigos e três estudos dedicam-se as transformações catarinenses e oferecem análises críticas sobre diferentes aspectos do Estado, abrangendo temas como cultura alimentar, literatura, história das mulheres, afro-religiosidades, conflitos sociais e políticos, além de refletir sobre o patrimônio cultural e a identidade da região.

Em **“Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos de feminilidade burgueses em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890)”**, artigo

¹ MORALES, 2019

² WOLF; SILVA, 2023

³ As imagens que compõem a capa desta edição fazem parte do artigo intitulado ““Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018)”, que foi publicado no vol. 13 - nº 2, de 2019, da Revista Santa Catarina em História. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/3269>. Acesso em 27 de maio de 2023.

escrito por Bruna Vitria Grando, somos levadas (os) a investigar o(s) modelo(s) de feminilidade da elite burguesa que se formou na Desterro durante a segunda metade do século XIX. Seus códigos de distinção e de identificação, relata a autora, estiveram presentes em romances-folhetins da época, uma fonte que, embora privilegiada no que se refere ao estudo da sociedade, permanece pouco explorada pelos estudos historiográficos.

Lihla Zaslavsky Gomes traz a história de São Francisco do Sul no século XIX em **“O período Monárquico na História de São Francisco do Sul: abismos de silêncios”**. A breve análise trata sobre a história da cidade a partir do texto presente no site da Prefeitura Municipal. Dessa forma, a autora o utiliza como documento de narrativa da história oficial, fazendo crítica, principalmente, à pouca quantidade de informações que são apresentadas. Em seguida, é feita a identificação de lacunas e a apresentação de um levantamento bibliográfico sobre a história da cidade no período que poderiam colaborar para um melhor entendimento e sobre a história de São Francisco do Sul.

Avançando para o século XX, Maria Luiza Dário Batalha discute como a fotografia pode ser compreendida para além dos registros públicos e de grande difusão, uma vez que nos debruçamos sobre os retratos de famílias e da vida privada. No artigo **“Retratos de família”: Descendentes de italianos no interior do município de Criciúma**, a autora utiliza fontes fotográficas encontradas no álbum da própria família, que está inserida dentro de um contexto de colônias de descendência italiana do interior do município de Criciúma – SC, desde as décadas de 40 e 50 do século XX. A investigação buscou entender o comportamento de um grupo a partir de registros pessoais.

Já em **“O Universo alimentar do açoriano-catarinense na obra "O Fantástico da Ilha de Santa Catarina"**, Mariana Kilpp Silva nos apresenta o universo alimentar do açoriano-catarinense representado por Cascaes em *“O Fantástico na Ilha de Santa Catarina”*. Em meio a um imaginário bruxólico, a obra nos ajuda a perceber como, tanto a literatura, quanto os processos alimentares, podem atuar como instrumentos de reconhecimento e reforço das identidades e construção de patrimônios culturais. Como resultado, foi possível identificar a importância da literatura de Cascaes no estudo das práticas e das identidades alimentares, construindo a memória afetiva individual e coletiva que consolida as tradições culinárias dos açoriano-catarinenses.

No artigo intitulado **“Para muito além do sushi: a preservação cultural nipônica através da comida na ilha de Florianópolis”**, Eder Milesky utiliza relatos

orais, coletados em Florianópolis, além de um estudo bibliográfico relacionado ao tema de imigração japonesa e alimentação. Para isso foi necessário compreender o contexto do Japão no início da Era Meiji e os antecedentes da imigração para o Brasil. Dentre os resultados, o autor salienta a relação da alimentação e preparo de pratos típicos japoneses com a memória, o pertencimento e a cultura nas famílias nipônicas que residem fora de uma comunidade japonesa, como na ilha de Santa Catarina.

Já em **“Ilegalidade do tráfico de escravos em Santa Catarina: a entrada de africanos novos a partir dos registros de batismo da Freguesia do Ribeirão da Ilha (1831-1850)”**, Gustavo Henrique Rubik discute evidências que constata a chegada de novos africanos em Santa Catarina, a partir da lei 7 de novembro de 1831 (Lei Feijó). Para a análise, foram utilizados registros de batismo da freguesia do Ribeirão da Ilha, livros 2 e 3, que compreendem respectivamente os anos de 1825 a 1841 e 1846 a 1854. De acordo com o autor, foi possível compreender que, apesar de o tráfico de africanos haver diminuído, ele não cessou completamente durante o período.

No estudo **“Cruzeiros do Sul”: análise do discurso colonizatório através da literatura**”, Lucas Carminati utiliza como base a referência literária “Cruzeiros do Sul”, de Urda Alice Klueger, para compreender qual discurso predominou o século XX, no que diz respeito ao processo colonizatório do Sul do Brasil. Com isso, o autor buscou analisar a representação das personagens que fazem parte dos eventos descritos na obra, tomando como foco principal os indígenas. A análise mostrou como repercussão de determinados conceitos e ideais perpetuam o apagamento indígena e a amenização da violência que permeava os contatos entre as populações originárias e os invasores europeus.

Com objetivo demonstrar quem foi Mãe Malvina e como são abertos os trabalhos do Centro Espírita São Jorge, reconhecido por parcela significativa da comunidade religiosa como o primeiro terreiro de umbanda da Grande Florianópolis, Tatiana Machado Freitas escreve o estudo intitulado **“Afro-religiosidade em Florianópolis: caminhos que levaram ao pioneirismo de Mãe Malvina na Umbanda”**. Para isso, a autora investigou a presença da população negra no estado, fazendo uma síntese sobre a trajetória histórica da afro-religiosidade na região e as repressões policiais enfrentadas pelos terreiros. De acordo com Tatiana, a figura de Mãe Malvina, uma líder religiosa de grande prestígio na Grande Florianópolis, foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, que contou com o amparo de reportagens jornalísticas realizadas sobre ela e seu terreiro.

Por fim, chegamos ao estudo realizado por José Antônio Alves, intitulado “**Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778)**”. A pesquisa, segundo o autor, é uma tentativa de iluminar a importância da participação da Ilha de Santa Catarina no processo de acumulação primitiva de capital ocorrido no centro da economia-mundo europeia. Dentre as descobertas, foi possível compreender que o domínio não se estava centrado apenas na esfera militar, já que implicava também no controle de rotas mercantes de abastecimento tanto no extremo sul do complexo colonial português na América, quanto nos portos ao norte do Brasil.

Convidamos a mergulharem nos detalhes da história de Santa Catarina, uma imersão que permitirá compreender as influências históricas e as transformações socioculturais que moldaram o estado, além de refletir sobre os desafios e as oportunidades que se apresentam no presente.

Agradecemos aos pesquisadores e autores que contribuíram para esta edição, bem como a todas as pessoas que nos leem. Que esta edição incentive o avanço do conhecimento sobre Santa Catarina e inspire ações que contribuam para seu desenvolvimento sustentável, preservação de seu patrimônio e construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ótima leitura!

Referências

MORALES, Fábio Augusto; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. O convite da história global. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 26, n. 41, pp. 7-13, jan. 2019. ISSN 2175-7976. doi: 10.5007/2175-7976.2019v26n41p7

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Renata Cavazzana . Ensinando uma História de Santa Catarina feminista e decolonial. In: Carla Cristina Nacke Conradi; Gregory da Silva Balthazar; Ary Albuquerque Cavalcanti Junior. (Org.). **Engendrando Clio: gênero e sexualidade no ensino de história**. 1ed. Curitiba: Editorial Casa, 2023, v. 1, p. 68-81.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890)

Mother, wife, adulteress, prostitute: the presence of bourgeois models of femininity in Desterro feuilleton novels in the 19th century (1871-1890)

Bruna Vitória Grando¹

Resumo: Este artigo busca investigar o(s) modelo(s) de feminilidade da elite burguesa que se formou na Desterro da segunda metade do século XIX e cujos códigos de distinção e de identificação, entre eles o registro de uma mulher ideal, estiveram presentes em romances-folhetins da época – fonte que, embora privilegiada no que se refere ao estudo da sociedade, permanece pouco explorada pelos estudos historiográficos. – O corpus dessa pesquisa considera os romances – todos de autoria masculina – *Lastênia* (1871), de Francisco Antonio Castorino de Faria, *Ibrantina* (1879), de Ernesto Nunes Pires, *A Mendiga* (1884), de José Prates e *A Leprosa* (1889) e *A Paixão do Jeremias* (1890), ambos de Horácio Nunes Pires.

Palavras-chave: Modelo de feminilidade; Elite burguesa; Desterro; Romance-folhetim.

Abstract: This article seeks to investigate the model(s) of femininity of the bourgeois elite that formed itself in Desterro in the second half of the 19th century and whose codes of distinction and identification, the record of an ideal woman among them, were present in novel-feuilletons – a source that, although privileged with regard to the study of society, remains little explored by historiographical studies. – The corpus of this research considers the novels – all written by men – *Lastênia* (1871), by Francisco Antonio Castorino de Faria, *Ibrantina* (1879), by Ernesto Nunes Pires, *A Mendiga* (1884), by José Prates and *A Leprosa* (1889) and *A Paixão de Jeremias* (1890), both by Horácio Nunes Pires.

Keywords: Model of femininity; Bourgeois elite; Desterro; Novel-feuilleton.

Introdução

No Brasil, o diálogo entre História e Literatura intensificou-se a partir da década de 1990.² O romance-folhetim, porém, salvo exceções, permaneceu pouco explorado na historiografia,³ embora possa constituir fonte privilegiada para entender a cultura e estética do século XIX, período do seu apogeu.⁴ Esse veículo nasceu na imprensa francesa da primeira metade do século XIX no pós-revolução burguesa de 1830.⁵ O seu aparecimento nas páginas

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: brugrando2010@gmail.com.

² MARTINS; CAINELLI, 2015, p. 3889.

³ ALMEIDA, 2012, p. 1

⁴ VIEIRA, 2019, p. 434.

⁵ NADAF, 2002, p. 17-18.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

dos jornais franceses se deu em um momento em que o jornal saía do círculo dos assinantes mais afortunados e democratizava-se junto à burguesia europeia, um novo público leitor composto por mulheres e homens que se formou com a revolução.⁶ Foi o proprietário do jornal *La Presse*, Émile de Girardin, junto a Dutacq, do jornal *La Sciècle*, que empreenderam o seu lançamento na parte inferior das páginas jornalísticas, ou seja, nos rodapés, a ficção em partes.⁷

Do *feuilleton*, em um primeiro momento espaço para artigos de crítica, crônicas e resenhas de teatro, de literatura, de artes plásticas, comentários de acontecimentos mundanos, piadas, e outras formas de entretenimento variadas, surgiu o *feuilleton-roman*, ou romance-folhetim que, em pleno movimento romântico, logo caiu nas graças do público e cujo reinado manteve-se, na França, até o começo do século XIX.⁸ Seus temas giravam em torno de “[...] amores contrariados, paternidades trocadas, filhos bastardos, heranças-usurpadas, todas elas seguidas de duelos, raptos, traições, assassinatos e prisões”⁹ e muitos dedicavam-se à temática feminina – a primeira ficção para rodapé, inclusive, foi *La Vieille Fille*, ou *A Solteirona*, de Honoré Balzac, publicada em 1836 no *La Presse*.

No Brasil, o início da circulação do romance-folhetim ocorreu ainda na década de 1830, com grande adesão do público-leitor. Embora não tenha atingido o nível de comercialização francês, sabe-se que do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, esse novo formato jornalístico espalhou-se para os demais jornais da capital e estendeu-se às demais províncias do país, alcançando até mesmo o interior dessas regiões, com um desempenho de produção jamais experienciado em solo brasileiro.¹⁰ De acordo com Cavalcante (2005), no Brasil a própria literatura culta era indissociável da literatura folhetinesca, uma vez que os jornais eram quase que os únicos meios de veiculação literária nos oitocentos nacionais.¹¹

Assim como no resto do Brasil, o romance-folhetim também chegou a Santa Catarina. Foi na capital da província onde alcançou maior visibilidade, embora jornais do interior, como o *Gazeta de Joinville*, também tenham publicado em formato de folhetim, como o romance *A Sepultura de Ferro* de Henrique Conscience, publicado entre 1877 e 1888.¹² De qualquer modo, para Muzart (1988), “escrever a história do romance em Santa Catarina é escrever a história

⁶ TEXEIRA, 2014, p. 92

⁷ GARCIA; FERREIRA, 2014, p. 108

⁸ NADAF, 2002, p. 18.

⁹ Ibidem, p. 21.

¹⁰ GARCIA; FERREIRA, 2014, p. 112-113

¹¹ CAVALCANTE, 2005, p. 66.

¹² GAZETA DE JOINVILLE, 1877.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

dos folhetins nos jornais de Desterro.”¹³ Com traduções francesas, publicações portuguesas e inúmeras ficções do circuito nacional brasileiro, os jornais desterrenses conheceram ampla publicação. Entre estrangeiros e nacionais, uma produção local de folhetins pode se desenvolver. A partir daí, um considerável número de romances folhetinescos escritos por desterrenses passou a ser publicada nos periódicos da ilha.

Segundo Pedro (1994), a segunda metade do século XIX marca a formação, em Desterro, de uma elite burguesa que criou para si própria códigos de distinção e de identificação, entre eles o registro de uma mulher ideal.¹⁴ Tendo em vista que, como argumenta Pesavento (2008), a literatura tem acesso “ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. [...] representa o real, é fonte privilegiada para a leitura do imaginário.”¹⁵ e que a camada letrada encontrava nos jornais formas de expor modelos idealizados para os novos sujeitos que se construía nessa sociedade em formação,¹⁶ buscarei na literatura folhetinesca da Desterro da segunda metade do século XIX, especificamente naqueles romances escritos por nativos e/ou radicados, modelos idealizados de feminilidade que marcavam não somente as páginas dos jornais, mas também o imaginário da elite burguesa masculina branca desterrense, em um momento em que o público leitor se ampliava e a figura da mulher ganhava destaque.

Os romances folhetinescos em Desterro, o público-leitor e modelos burgueses de feminilidade

A segunda metade do século XIX é um momento chave para a história de Santa Catarina e particularmente para a capital da província. A partir da década de 1850, a economia catarinense passou a integrar o circuito de comércio agroexportador brasileiro como exportadora para do mercado interno. O porto de Desterro teve papel central nessa exportação, o que contribuiu para a formação de uma classe de comerciantes, armadores, agenciadores e construtores de navios, que constituíram uma elite burguesa que produziu novos hábitos e comportamentos baseados em padrões europeus e cariocas.¹⁷ É neste contexto que o romance-folhetim passa a ter maior relevância em Desterro: foi em 1863 que ocorreu a publicação da primeira narrativa folhetinesca de autor desterrense, *Cenas da Vida de Estudante*, de Lacerda

¹³ MUZART, 1988, p. 56.

¹⁴ PEDRO, 1994, p. 24

¹⁵ PESAVENTO, 2008, p. 82-83.

¹⁶ MACHADO, 2001, p. 91.

¹⁷ PEDRO, 1995, p. 23-29.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

Coutinho, publicado em *O Despertador*. A publicação abriu caminho para uma produção nativa de nascidos e/ou radicados na Ilha que, nas páginas dos jornais da capital da província de Santa Catarina, tiveram espaço para publicar originais que ora voltaram-se para os cânones franceses, ora apresentaram autonomia em relação à matriz europeia, com apego ao cotidiano e grande observação da realidade local.¹⁸

Por ser lido no jornal, mais acessível pela moderação de preço, é certo que o romance-folhetim atingiu um público mais amplo do que a literatura comercializada em volumes. Quando falamos de uma cidade do porte de Desterro, na verdade, os jornais eram os veículos culturais de maior importância, uma vez que era o que a população alfabetizada da cidade de fato lia.¹⁹ O romance folhetinesco, nesse sentido, integrava o circuito de leitura dos leitores desterrenses, principalmente porque, por meio de práticas relativamente comuns no período, como a encadernação artesanal, podia chegar a novos públicos, fosse por empréstimos pessoais ou pela leitura coletiva, ainda que em âmbito familiar.²⁰

Com essa ampliação do público-leitor, novos sujeitos buscam reconhecer a própria história romanceada,²¹ sendo uma grande parte dele mulheres que se interessavam pela leitura de histórias de mulheres.”²² Não é à toa que considerável parte dos romances folhetinescos de Desterro segue uma tendência que se iniciou nos romances ingleses do século XVIII: títulos com nomes de mulheres ou adjetivos referentes ao feminino.²³ Nadaf (2002), ao compilar romances-folhetim da década de 1840 ao final do século XIX publicados nos jornais cariocas e de outras regiões do Brasil, observa fenômeno semelhante. O próprio marco do início da ficção do romantismo brasileiro no Brasil, *A Moreninha* (1844) de Joaquim Manuel Macedo, é um exemplo. Para a autora, esse dado caracteriza a busca por parte do autor da obra e do proprietário do jornal de um público leitor constituído também de mulheres.²⁴ Segundo ela, isso ocorre porque, no país, “[...] desde a Independência a figura feminina rompia paulatinamente o seu isolamento, conquistando a vitória das casas sobre as ruas [...] e isto mereceu uma atenção especial do autor de romance que chegou repetidas vezes a declarar o seu diálogo com essa nova mulher.”²⁵ Ora, é verdade que na Desterro da segunda metade do século XIX, o público-

¹⁸ MUZART, 1989, p. 61

¹⁹ PEDRO, 1994, p. 33

²⁰ GARCIA, FERREIRA, 2014, p. 114

²¹ CAVALCANTE, 2005, p. 68

²² VIEIRA, 2019, p. 429

²³ Ibidem, p. 429

²⁴ NADAF, 2002, p. 49-50

²⁵ Ibidem, 2009, p. 131.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

leitor era consideravelmente limitado: “em 1872, havia, no município de Desterro, 5.073 pessoas alfabetizadas; em 1890, este número crescera apenas para 7.011 [...]. Deste total, o número de mulheres alfabetizadas era menor do que o de homens.”²⁶ Mas, para além das já mencionados encadernações artesanais, os romances folhetinescos podiam também circular através das redes informais de comunicação que se estabeleceram entre as camadas populares da época.²⁷

Assim, foram consideráveis as personagens femininas que emprestavam seu nome às obras dos autores de Desterro. Alguns exemplos são: *Lastênia*, de Francisco Antônio Castorino de Faria, de 1871, publicado no jornal *O Cacique*; *Julieta*, de Horácio Nunes Pires, publicado em 1879 n’*O Artista*; *Ibrantina*, de Ernesto Nunes Pires, veiculado no jornal *Crepúsculo* entre 1887 e 1888 e *Margarida*, de Cruz e Sousa, de 1881, publicano n’*O Colombo*. Os adjetivos femininos também serviram de título para romances-folhetins da Ilha, como no caso de *A Mendiga*, de José Prates, de 1884 e *A Italiana*, de Horácio Nunes, de 1885, ambos publicados no *Jornal do Commercio* e *A Leprosa*, de Horácio Nunes Pires, divulgado também no *Jornal do Commercio* em 1889 e republicado pelo jornal *República* em 1996.²⁸

Para além de diversão para novos leitores e novas leitoras, porém, assim como os romances-folhetins europeus “[...] deveriam acatar a função de propagador dos valores da sociedade industrial urbana que se formava no [...] século XIX”²⁹ e no Brasil, principalmente na Capital, essas publicações deveriam estar alinhados à busca da criação de uma identidade nacional distanciada da antiga metrópole,³⁰ defendendo que na Desterro da segunda metade do século XIX, os romance-folhetim buscavam contribuir na regulação da conduta feminina. Pedro (1994) já mostrou como em solo desterreense “nas páginas dos jornais, eram reproduzidas imagens idealizadas de mulheres, onde se explicitavam formas que deveriam ser assumidas, bem como aquelas que deveriam ser evitadas.”³¹ Em minha análise, a literatura folhetinesca em Desterro do final dos oitocentos reforça essa idealização feminina, buscando representar e coibir comportamentos que iam contra o modelo que os homens da elite burguesa buscavam erigir para as mulheres. Ora, nessa sociedade

²⁶ PEDRO, 1994, p. 33

²⁷ Ibidem, p. 33

²⁸ Essas são somente algumas das obras, para uma exposição mais detalhada ver VIEIRA, 2019.

²⁹ GARCIA, FERREIRA, 2014, p. 127.

³⁰ Ibidem, p. 127

³¹ PEDRO, 1994, p. 35

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

Eram os homens que compunham o judiciário, que chefiavam a polícia, o exército, a administração, que decidiam sobre a educação, faziam sermões religiosos, votavam e eram eleitos, aqueles que participavam dos órgãos público-administrativos e eram, também, os redatores [...] dos principais jornais da cidade. Eles prescreviam as formas de ser “distinto” e “civilizado”.³²

Ou seja: era uma população masculina privilegiada que compunha a esfera pública em Desterro, enquanto às mulheres, ao menos aquelas que integravam a burguesia, ficava, via de regra, imposta a esfera privada. Diversos romances-folhetins que circularam na Desterro dos últimos dois quartéis do século XIX contribuíram para reforçar estereótipos de gênero e difundir imagens de mulheres que se aproximavam e distanciavam-se do modelo feminino que se buscava construir: da mulher filha, mulher mãe, mulher esposa, mulher doméstica. Os romances *Lastênia*, *Ibrantina* e *A Mendiga* são alguns exemplos de narrativas cujo comportamento feminino é tema de discussão.

Publicado n’*O Cacique* entre 08 de janeiro e 29 de abril de 1871, *Lastênia* foi escrito por Francisco Antonio Castorino de Faria, professor de instrução primária. Embora o enredo se passe em Botafogo e não em Desterro, o narrador-personagem do romance, que é narrado em primeira pessoa, afirma ser do estreito entre o continente e a ilha de Desterro. A história começa com o narrador-personagem, Antenor, conhecendo uma moça de encantadores cabelos pretos, que mais tarde irá se apresentar em carta como Lastênia. A moça, que desde muito cedo mostra ser irônica e sarcástica, desperta nele juízo negativo. O seu talento na conversação, porém, deixa-o admirado e ele continua visitando a jovem, além de trocar cartas e cortejá-la. Durante um passeio, eles encontram uma casa humilde e ela conta a história da família que nela morava e foi soterrada, passando a filosofar sobre a justiça divina, o que leva o narrador-personagem a criticá-la:

Li na alma de Lastenia neste dia uma pagina de impiedade que eu entrevira já de muito tempo quando ella me falhava calorosamente contra os padres em sua casa. Aquella observação não era só filosofica, era também impia ; *a mulher que a faz não podia ser boa esposa nem boa mãe* ; eu temi Lastenia, e associei a esta ideia, a das suas satiras e ironias pungentes que lhe manavão dos labios como setas ervadas de veneno ; lembrei-me tambem de uma vez que ella me dissera que, quando hia á missa, tomava seu livro entre as mãos para fazer que estava lendo ou rezando alguma coisa.³³ (grifo meu)

O folhetim termina em um momento pouco interessante da narrativa, com o célebre “continua” e permanece inacabado. No trecho acima, porém, é possível observar a percepção

³² PEDRO, 1994, p. 31

³³ FARIA, 1871, p. 1-2

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grandó

do narrador-personagem sobre ideias e comportamentos que Lastênia apresenta. Antenor desaprova quando a moça fala mal da doutrina católica e prontamente recorre à imagem da mulher-esposa e da mulher-mãe para repreender a ação, embora não o verbalize. Além disso, reprova as sátiras e ironias da moça, comparando-as a “[...] setas ervadas de veneno”. Lastênia pode ser digna de admiração por ter ideias próprias, mas as suas ideias nem sempre estão de acordo com a moral defendida pelo narrador-personagem. Ela não é meiga ou delicada e tem personalidade forte, então não é adequada para o papel de cônjuge ou de genitora. O referencial do narrador-personagem aparenta ser justamente o da mulher destinada à função de esposa, mãe e dona-de-casa que Pedro (1994) definiu como elegidos pela elite como padrão a ser seguido.³⁴

O romance-folhetim *A Mendiga*, por sua vez, de autoria de José Prates, foi publicado de 17 de janeiro a 3 de junho de 1884 n’*O Jornal do Commercio*, um dos principais jornais de Desterro. O enredo gira em torno de Elvira, uma mulher casada que cometeu adultério. Quando o caso se torna de conhecimento do público, o último a saber é seu marido, Arthur, que descobre quando o pai da mulher, Álvaro, resolve contar ao genro a infidelidade da filha. Expulsa de casa pelo marido, ela procura o pai que se nega a abrigá-la. No trecho a seguir, há um diálogo entre a mulher e seu pai:

— Que um estranho *desconfie da virtude de uma mulher*, vá, porque as opiniões... as opiniões são livres ; *mas que um pai suspeito de sua filha a ponto de julgal-la criminosa, é irrisorio*, causa mesmo repugnância !... Senhor, si foi verdadeiro o amor que outr’ora me tiveste, como dizeis, *não deveis alimentar semelhante suspeita que tanto me offende* e vos avilta. Lembrai-vos que sou vossa filha, que tenho o vosso sangue, e que, desconfiando d’aquella a quem destes o ser desconfiais de vós mesmo!
— Minha filha — soluçou o velho ajoelhando-se — não mintas, não finjas, fala a verdade, que aqui tens o coração de teu pai desejoso por perdoar-te, conduzindo-te ao bom caminho... Não prosigas n’esta estrada tortuosa que trilhas, *não deshonres as cãs d’este velho em vésperas de desaparecer do mundo...* Oh! tu de certo ignoras a d’ôr terrível, acabrunhadora, que me corróe a existência... Por tua causa já me apellidam de louco... Tem compaixão d’este velho que te implora a ti, moça, forte, saudável, — caridade, filha, caridade!³⁵ (grifos meus)

É possível perceber como a virtude feminina e a honra masculina são valores importantes para as personagens. Valendo-se da categoria de gênero de análise cunhada por Scott (1992) – que argumentou como é impossível dissociar uma cultura das mulheres e uma cultura dos homens, pois um só existe e adquire significado em relação ao outro –,³⁶ Machado (2001) mostrou como, para além do modelo burguês de feminilidade, a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro também fazia parte da constituição dessa

³⁴ PEDRO, 1994, p. 28.

³⁵ PRATES, 1884, p. 02

³⁶ SCOTT, 1992, p. 87.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

sociedade a partir da década de 1850. Na Desterro da segunda metade do século XIX, esses modelos estavam intimamente ligados, uma vez que “[...] o isolamento das mulheres nas atividades de esposa, mãe e dona-de-casa tornou-se forma de distinção para uma classe abastada [...]”³⁷ e também para aqueles que desejam ascensão social, justamente os homens que compunham a esfera pública desterrense. Assim, o adultério da mulher não somente ia contra a imagem da mulher ideal, como também afrontava o próprio modelo burguês de masculinidade.

Em *A Mendiga*, o amante mostra-se um interesseiro e Elvira acaba ficando pobre e passa a viver precariamente com a filha – fruto do romance extraconjugal – e uma amiga. O pai da personagem suicida-se de desgosto e deixa uma herança que só deverá ser entregue à Elvira caso ela se arrependa. E de fato isso acontece: “*Elvira reconheceu o seu erro e, se feio foi seu crime, sublime o seu arrependimento.*”³⁸ Mesmo assim, o romance termina com a mulher vivendo nas ruas, pedindo esmola. Isso porque, quando fica sabendo da herança, o amante a procura e ela entrega todo o dinheiro para que ele vá embora. Assim, mesmo arrependida, o seu destino é o infortúnio.

O adultério é também uma das temáticas do romance-folhetim *Ibrantina*, de Ernesto Nunes Pires, publicado no jornal *Crepúsculo* em 1888. Com relação a esse texto, parte do romance não é possível de ser encontrado na Hemeroteca de Santa Catarina ou em outro acervo, então é provável que tenha se perdido.³⁹ Na versão atualmente conhecida, a narrativa apresenta Ibrantina, esposa de Alfredo e que cometeu adultério com seu cunhado, Rogério, casado com Rosalina. Rogério cometeu uma série de crimes, que são descobertos por sua esposa através de correspondências que trocava com Ibrantina. A fim de se vingar, Rosalina entrega os amantes para a polícia e ambos acabam presos. Na cadeia, Ibrantina acaba por se arrepender, mas, como mostra o trecho a seguir, não por acobertar os crimes de seu amante, mas sim por sua traição:

Que vida, meu Deus! Quantos tormentos, quantos vexames tenho passado, quantas noites tenho levado chorando, e por que? Por causa da minha leviandade. *Não choro os dias felizes de outr’ora, não choro por estar n’esta masmorra, mas sim por tão vilmente ter deshonrado meu marido e depois querer assassina-lo!*

Como mudaram-se os tempos. Como eu era feliz e dictosa... E hoje o que sou? *Uma mulher perdida!... uma mulher sem dignidade, uma sentenciada! Mas, Deus é justo e bondoso e não permitirá que eu viva mais tempo.* E Alfredo, o que será feito d’ele? Não mais o vi desde o fatal dia, em que fui denunciada á polícia como mulher adúltera... *Elle tem razão.... não quer vêr-me... porque eu sou.... uma perdida... uma*

³⁷ PEDRO, 1994, p. 28

³⁸ PRATES, 1884, p. 02

³⁹ VIEIRA, 2019, p. 60

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grandó

mulher infame... sem dignidade e honra !... Meu Deus! piedade, eu morro... falta-me o ar !... ah!...
Seu corpo vacilou por alguns momentos e por fim cahio. Estava morta.⁴⁰ (grifos meus)

O seu arrependimento, porém, não a livra de acabar morta no romance. Como argumenta Vieira (2019), neste contexto “a infidelidade feminina era desde sempre condenada pela sociedade e castigada pelas leis divinas. À mulher infiel, o destino reservava sempre a fatalidade.”⁴¹

De autorias masculinas, os três romances-folhetins veiculam referências de modos e condutas que devem ser evitados pelas moças e mulheres da burguesia desterrense. Se Lastênia é vista como uma má escolha para esposa e mãe, Elvira e Ibrantina são, de fato, as mulheres desvirtuadas, más esposas e/ou filhas, as infiéis que acabam as narrativas em desgraça. Para uma, resta a vida nas ruas a depender de esmolas; para outra, a morte. É interessante notar, porém, que o amante de Elvira não conhece o mesmo destino que ela: vai embora com a fortuna que ganhara da mulher. Levando em consideração que os romances-folhetins publicados em jornais eram “[...] veículo de transmissão do cotidiano, das permanências culturais e das ideias e ideologias de uma época”,⁴² me parece possível afirmar que essas personagens foram retratadas como exemplos a não serem seguidos para as mulheres da burguesia que quisessem ser respeitadas socialmente. A consequência de não seguir a moral e os bons costumes era a infelicidade e a fatalidade.

Horácio Nunes Pires, os romances folhetinescos e o ideal de mulher burguesa

Um dos autores que mais contribuiu para a cena do romance-folhetim em Desterro foi Horário Nunes Pires. Nascido em Matacavalos, no Rio de Janeiro, Pires radicou-se em Desterro em 1866, onde dedicou-se à criação de diversas peças teatrais, romances e romances-folhetins. Entre os seus romances-folhetins estão *A Italiana* de 1885, *D. João de Jaqueta* publicado a partir de 16 de janeiro de 1887, *A Leprosa* de 1889 e *A Paixão do Jeremias* veiculado entre 13 e 22 de outubro de 1890, todos no *Jornal do Commercio*, e *Julieta* que, como já mencionado, foi publicado em 1879 n’*O Artista*.

Em *A Leprosa*, a narrativa apresenta Jorge, um homem puro, que conhece Margarida, uma jovem prostituta bastante conhecida na cidade que seduz o rapaz e, mentindo que o ama, lhe extorpe financeiramente, abandonando-o quando suas economias acabam. Quando

⁴⁰ PIRES, 1888, p. 4

⁴¹ VIERIA, 2019, p. 47

⁴² MORGA, 2013, p. 33.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grandó

Margarida adocece, porém, todos os seus amigos somem, restando a Jorge servir de enfermeiro para a mulher. Ao recuperar-se, entretanto, Margarida se afasta dele, retornando para a vida de orgias até que novamente é acometida pela lepra, que dá título à obra. O bom moço a encontra em um albergue caindo aos pedaços e, novamente, compadecido da situação, cuida da enferma. Apesar dos cuidados, a mulher não resiste e acaba morrendo. Ele providencia o enterro e é o único a comparecer e a rezar por ela. É interessante notar como já nas primeiras linhas do romance, o narrador, em terceira pessoa, onisciente, oferece um juízo de valor sobre a personagem feminina:

Podia ser um anjo; mas foi o demonio; podia ter em cada coração levantado um altar de symphatia e de respeito, mas teve apenas desprezo, o ódio, o sarcasmo, o insulto até.

[...] Amava a todos, e a todos dizia-o, impudentemente, com o admirável cunho de verdade com que *somente mulheres como ela* sabem colorir a fraude mais grosseira, no meio de um sorriso de perolas e de suspiros de paixão.

[...] *Ninguém a amava*; pediam-lhe unicamente o que ella podia dar: o amor simulado, o sorriso venal, o afago lubrico, o beijo a tanto cada um; mais nada.⁴³ (grifos meus)

Ora, como já mencionei, quando falamos da elite que compõe a esfera pública da sociedade desterreense da última metade dos oitocentos estamos falando de uma população masculina. Eram os juizes, oficiais, diretores, padres, eleitores, eleitos e escritores que “[...] prescreviam as formas de ser ‘distinto’ e ‘civilizado’, que incluíam modelos idealizados para mulheres, segundo os quais estas deveriam restringir-se aos papéis familiares.”⁴⁴ Ou seja: às mulheres restava a esfera privada, o doméstico, o cuidado da família. A prostituta Margarida desafiava os limites sociais pré-estabelecidos pelos homens da burguesia: não era a mulher reclusa do âmbito privado, mas que estava nas ruas, no espaço público. A imagem que o texto constrói é de uma jovem que rechaça as instituições do casamento e da família; é interesseira, imprudente, mentirosa. A última passagem do folhetim, quando Margarida enfim sucumbe à doença, expressa esse lugar ocupado pela “mulher da vida”:

Estava morta.

E o corpo da leprosa foi acabar debaixo da terra a decomposição que já a deformava em vida.

E de tantos amigos que ella tivera, só Jorge – o unico que fora deprezado, – acompanhou o modesto esquife que conduzia o cadaver de Margarida; só Jorge ajoelhou sobre a terra revolvida da sepultura da pecadora, e fez uma oração pela desgraçada.⁴⁵ (grifos meus)

⁴³ PIRES, 1889a, p. 8

⁴⁴ PEDRO, 1994, p. 31

⁴⁵ PIRES, 1889b, p. 3

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grandó

A passagem “*foi acabar debaixo da terra a decomposição que já a deformava em vida*” é bastante significativa: ao mesmo tempo em que pode ser lida como decomposição pela enfermidade que acometia Margarida, a lepra, uma doença que causa grandes lesões cutâneas, também é passível de ser interpretada como decomposição pelo estilo de vida que a personagem levava, o oposto daquele imaginado para a mulher ideal burguesa. Daí o seu destino: por desafiar esse modelo, Margarida acaba enferma e à beira da morte, tendo que contar com a bondade do sujeito que enganara. E assim como Ibrantina, mesmo que arrependida de seus atos, acaba sem vida ao final do romance. A história ecoa um célebre folhetim publicado pouco menos de duas décadas antes, *Lucíola* (1862) de José de Alencar. Na narrativa, a jovem Lúcia é inicialmente uma prostituta. Diferente de Margarida, porém, em determinado momento ela “[...] submete-se ao discurso dominante e torna-se o modelo de mulher ideal.”⁴⁶ Para além das páginas de folhetins desterrenses, e influenciando esta produção, a valorização de um modelo burguês de feminilidade já figurava em narrativas nacionais, que funcionavam como “[...] arquétipos que apontam toda sua carga significativa para a estabilidade da família e para a consolidação da identidade da Pátria.”⁴⁷

Já outro trabalho do autor, *A Paixão do Jeremias*, uma comédia em um ato adaptada para o formato de folhetim, aborda o tema do casamento por conveniência. As personagens principais são João Silva, um rapaz imberbe que tem medo de mulheres, Jeremias, o criado – que dá nome à peça –, Elvira, uma jovem “um tanto emancipada”⁴⁸, e seu pai, Macário de Souza, um velho ambicioso que queria casar a filha com um homem rico. O enredo se desenrola em um jantar oferecido por Macário para propor João se casasse com Elvira. No convite, porém, o velho diz ao rapaz que que não haveria mulheres em casa; mas ao chegar, João depara-se com Elvira, que o esperava para surpreendê-lo e rir às custas do rapaz. Ao deparar-se com a moça, João se desespera e reluta em aceitar os afagos da moça, mas acaba aceitando. A jovem propõe casamento e ele aceita. Jeremias, o serviçal apaixonado por Elvira, ao saber da notícia fica triste e chora muito, mas recupera-se e canta uma canção a pedido de Macário. A narrativa tem um tom satírico, com personagens que beiram o ridículo, mas também traz uma dimensão exemplar: enquanto o personagem de João representa a antítese do modelo de masculinidade da burguesia de Desterro,⁴⁹ Elvira representa a moça que atende ao desejo do pai e casa-se com

⁴⁶ MOREIRA, 2012, p. 63

⁴⁷ RIBEIRO, 1996, p. 103.

⁴⁸ PIRES, 1890a, p. 3

⁴⁹ O mesmo acontece com o personagem de Romualdinho do romance *D. João de Jaqueta*, publicado em formato de folhetim no *Jornal do Commercio* em 1877, também da autoria de Horácio Nunes Pires, como apontou Machado (2001, p. 101).

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

o pretendente por ele escolhido e cura João do seu medo de mulher, mas sem abandonar os “bons costumes” de moça virtuosa, como fica explicitado no trecho subsequente:

[...] Elvira — Não tem raiva de mim; não ?
 João — Raiva !... Agora sou eu que tenho gana de abraçar-a...
 Macário — Pois abracem-se. Sem cerimonia. D’aqui a quinze dias caso-os.
 João — A menina me dá um abraço ?
 Elvira — Nada ; não, Sr. Guarde isso para depois. Como já está atrevido !
 João — A culpa é sua. Eu não sabia que era tão bom estar pertinho das moças !...⁵⁰

Ora, assim como outros escritores e jornalistas da época, Horácio Nunes Pires “[...] ocupou vários cargos públicos, dentre eles o de inspetor geral da Instituição Pública, o que lhe dava certa credibilidade e fazia com que seus escritos encontrassem ressonância na sociedade.”⁵¹ Assim, em sua ficção, enquanto Margarida aparece como um modelo de feminilidade a ser evitado, Elvira, embora de forma cômica, é apresentada como uma mulher culta, mas que ainda assim conforma-se com o casamento arranjado pelo pai e com o papel de esposa, adequando-se ao papel da mulher idealizado pela elite burguesa da época. Os seus romances folhetinescos, nesse sentido, assim como aqueles apresentados anteriormente, “[...] se revelaram como instrumentos estratégicos junto aos anseios da elite para remodelar as práticas de sociabilidade da população e especificamente da mulher em Nossa Senhora do Desterro, no século XIX.”⁵²

Muito embora seja difícil saber como esses romances folhetinescos eram lidos, como eram vividas as experiências do cotidiano e até que medida influenciavam nessas vivências sem buscar outras fontes como relatos judiciais, correspondências, acervos pessoais etc., é possível visualizar, nas páginas desses folhetins, os esforços dessas narrativas escritas por homens nesse sentido.

Considerações finais

Através do estudo de romance-folhetins publicados na Capital da província de Santa Catarina entre 1871 e 1890, observei nesses veículos estavam difundidos modelos de comportamento moral. De autoria masculina, nas páginas de folhetins de nascidos e/ou radicados em Desterro, as personagens femininas eram representadas ora como referência de conduta a ser seguida, ora como o seu inverso: Elvira d’A *Mendiga*, Margarida de d’A

⁵⁰ PIRES, 1890b, p. 3.

⁵¹ MACHADO, 2001, p. 32.

⁵² MORGA, 2013, p. 23.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

Leprosa, Ibrantina e Lastênia de romances homônimos, respectivamente, todas configuram exemplos de mulheres que vão contra a idealização da elite burguesa masculina e branca da época. Não é à toa que, entre as três primeiras, nenhuma teve final feliz. Já à Lastênia, pelo fato de o romance estar incompleto, não se sabe o que aconteceu. Pode ser que tenha ficado com o narrador-personagem Antenor, que carregava consigo uma mexa de cabelos negros como da moça, mas pode ser que não. Mas se o fizesse, seria exceção à regra, pois o próprio diz que dela não sairia boa esposa ou boa mãe. Elvira d’*A Paixão de Jeremias*, mesmo que emancipada, aceita a imposição de casar-se como queria seu pai, em conformidade com o modelo de mulher-esposa, que honra a família. O seu caráter emancipado, inclusive, podia ser justamente uma tentativa de tematizar as novas leitoras que consumiam essa forma de literatura, mas sem abandonar o modelo de feminilidade burguês da época.

Se, como afirma Pedro (1994), parafraseando Mikhail Bakhtin, “[...] os textos que os jornais reproduziam não eram apenas reflexos, ‘uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade’”⁵³, com os romances folhetinescos não era diferente, ao menos não ao que se refere na tentativa de lançar mão do modelo de feminilidade imaginado pelos homens burgueses da época. Em Desterro, os autores de romances-folhetins, homens como um Horácio Nunes Pires, funcionário do poder público com prestígio social e integrante dessa burguesia desterrense, usavam desses espaços para promoverem imagens idealizadas da mulher burguesa, contribuindo para valorizar-se os papéis femininos, como apresentou também Pedro (1994), das “seis palavras”: mulher amante, filha, irmã, esposa, mãe, avó⁵⁴. Essas romances-folhetins estavam em sintonia com publicações anteriores, como os já mencionados *A Moreninha* (1844) de Macedo, e *Lucíola* (1862), assim como *Senhora* (1875) – ambos de José de Alencar – que, seguindo o projeto da ficção romântica no Brasil já expressavam a necessidade da adequação ao ideal burguês nas páginas de jornais⁵⁵, circulando e influenciando a produção das províncias.

Na materialidade, outras vivências femininas foram experienciadas: aqui não me propus falar da mulher das camadas populares, das escravizadas e libertas, e outras personas femininas que habitavam Desterro na segunda metade do século XIX. E é verdade que mesmo entre as mulheres que estavam mais próximas à elite outras experiências podem ser relatadas: é o caso de Delmilda Silveira de Souza (1854-1932), professora e escritora que foi assídua colaborado

⁵³ PEDRO, 1994, p. 38

⁵⁴ Ibidem, 1994, p. 17

⁵⁵ MOREIRA, 2012, p. 41

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grandó

de *A Mensageira*, revista lançada na cidade de São Paulo em 1897. É certo que, para além dos rodapés, há muita história a se explorar.

Referências

ALMEIDA, Wilson Filho Ribeiro de. Teixeira e Sousa e o folhetim na historiografia literária brasileira. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 8, n. 3, p. 1-18, 13 dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/332>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CAVALCANTE, Maria Imaculada. Do romance folhetinesco às Telenovelas. **Opsis**, [S.], v. 5, n. 1, p. 63-74, 31 mar. 2010. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/o.v5i1.9407>.

GARCIA, Débora Cristina Ferreira; FERREIRA, Luzmara Curcino. Leitores de folhetim do século XIX no Brasil: uma análise de representações discursivas desses novos leitores de folhetim do Correio Paulistano. **Revista da Anpoll**: [S. l.], v. 1, n. 36, p. 105-131, 201410.18309/anp.v1i36.721.

GRANJA, Lúcia. No rodapé dos jornais: casos do romance-folhetim. **Floema**, Vitória da Conquista, v. 7, n. 9, p. 147-158, jun. 2011.

MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro. (1850-1894). In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M. F. (org.) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, UFSC, 2001. p. 85-104.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho; CAINELLI, Marlene Rosa. O uso da literatura como fonte histórica e a relação entre Literatura e História. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. Anais [...]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 3889-3901. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MOLLIER, Jean-Yves. As origens do romance-folhetim: do espaço textual ao recorte de uma obra de ficção. **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 20, p. 17-36, dez. 2018.

MOREIRA, Greiciellen Rodrigues. **Representações femininas e identidade nacional: uma leitura alegórica de Lucíola e Senhora, de José de Alencar**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2012.

MORGA, Emílio Antônio. Comportamento Afetivo Feminino: a mulher na imprensa e na literatura desterrense no século XIX. **Tema de Mujeres**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 15-36, 2013.

MUZART, Zhaidé. O folhetim no Desterro em relação ao modelo francês. **Travessia Brasil-França**. Revista de Literatura Brasileira, n. 167-8, UFSC, p. 56-66, 1988-9.

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

NADAF, Yasmin Jamil. O romance-folhetim no Brasil: um percurso histórico. **Letras**: Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 119-138, jul. 2009.

PEDRO, Joana Maria. Imagens femininas na formação da elite de Desterro. In: *Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994, p. 17-50

RAFAEL, Gina Guedes. Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas?. **IRIS**, Recife, v. 1, n. 1, p. 32-42, jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/248117>. Acesso em: 14 mar. 2022.

RIBEIRO, Luis Filipe. **Mulheres de papel**: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. Niterói: EDUFF, 1996.

SALES, Germana Maria Araújo. A Literatura e a cultura de massa: um percurso pelo século XIX. In: XIII ENCONTRO DA ABRALIC, 13., 2012, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: UFCG, 2012. p. 1-6.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1997.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. Antologia do romance-folhetim: (1389-1870). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, 245p

TEIXEIRA, Cristiane Garcia. O uso da literatura folhetinesca na pesquisa histórica – uma possível contextualização da fonte. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 6, n. 12, p. 91-103, dez. 2014.

VIEIRA, César Cordeiro. Um passeio pelos folhetins da Desterro. 2019. 821 f. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204392>. Acesso em: 14 mar. 2022.

Fontes:

CONSCIENSE, Henrique. A Sepultura de Ferro. **Gazeta de Joinville**, 22 de junho de 1877, Joinville. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=711608&pagfis=67>. Acesso em: 12 de mar. de 2022.

FARIA, Francisco Antonio Castorino de. Lastênia. **O Cacique**, 01 de abril de 1871, Desterro. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/O%20Cacique/CAC1871035.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

PIRES, Ernesto F. Nunes. Ibrantina. **Crepusculo**, 18 de junho de 1888, Desterro. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/crepusculo%20desterro/OCRE1888009.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

PIRES, Horácio Nunes. A Leprosa. **Jornal do Commercio**, 09 de abril de 1899a, Desterro. Disponível em:

Mãe, esposa, adúltera, prostituta: a presença de modelos burgueses de feminilidade em romances-folhetins da Desterro no século XIX (1871-1890) – Bruna Vitória Grando

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/JornaldoComercio/1889/JDC1889040.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

PIRES, Horácio Nunes. A Leprosa. **Jornal do Commercio**, 18 de abril de 1889b, Desterro. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/JornaldoComercio/1889/JDC1889048.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

PIRES, Horácio Nunes. A Paixão do Jeremias. **Jornal do Commercio**, 03 de outubro de 1890a, Desterro. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/JornaldoComercio/1890/JDC1890184.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

PIRES, Horácio Nunes. A Paixão do Jeremias. **Jornal do Commercio**, 22 de outubro de 1890b, Desterro. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/JornaldoComercio/1890/JDC1890200.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

PRATES, José. A Mendiga. **Jornal do Commercio**, 02 de março de 1884, Desterro.

Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/JornaldoComercio/1884/JDC1884052.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

O período Monárquico na História de São Francisco do Sul: abismos de silêncios¹

The Monarchic period in the History of São Francisco do Sul: abyss of silences

Lihla Zaslavsky Gomes²

Resumo: O presente texto visa tratar da história de São Francisco do Sul no século XIX. Partindo de uma breve análise do texto sobre a história da cidade presente no site da Prefeitura de São Francisco do Sul, utilizado como documento de narrativa da história oficial, fazemos uma crítica à pobreza de informações presentes no texto. Em seguida, buscando preencher as lacunas identificadas, apresentamos um levantamento bibliográfico sobre a história da cidade no período, demonstrando que é possível contar a história de São Francisco do Sul de forma mais aprofundada e sem silenciar frente a temáticas de grande relevância.

Palavras-chave: São Francisco do Sul; Século XIX; Silêncios; História oficial.

Abstract: The present text aims to deal with the history of São Francisco do Sul in the 19th century. Starting from a brief analysis of the text about the city's history present in the São Francisco do Sul City Hall website, used as a narrative document of the official history, we criticize the poverty of information present in the text. Then, in an attempt to fill in the gaps identified, we make a bibliographical survey about the history of the city in the period, demonstrating that it is possible to tell the history of São Francisco do Sul in a deeper way and without silencing in the face of highly relevant themes.

Keywords: São Francisco do Sul; 19th century; Silences; Official history.

Introdução

A cidade de São Francisco do Sul é hoje um importante ponto turístico no litoral catarinense. Para além de suas belas praias, a cidade tem a fama de ser um importante polo histórico do estado, apresentando diversos museus e um belo centro histórico, onde as narrativas podem ser memoradas. Mas qual será a história que se conta ali? Quem são seus personagens? Quem e o que foi retirado dessa história? O que se busca lembrar e o que se busca esquecer acerca desta cidade tão relevante no turismo catarinense? Esses e outros questionamentos serão centrais se quisermos entender um pouco mais sobre a história de São Francisco do Sul.

O presente artigo busca focalizar a memória e a história de São Francisco do Sul, especialmente ao longo do século XIX. Para isso, iniciaremos com uma análise de qual é a história oficial da cidade, tratada principalmente no site da prefeitura de São Francisco do Sul

¹ Artigo realizado para a disciplina de História do Brasil Monárquico, do curso de História da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Prof.a Beatriz Gallotti Mamigonian. Florianópolis, 2021.

² Graduanda de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: lihlazgomes@gmail.com

e em alguns artigos turísticos. A partir daí, observaremos quem são os personagens destacados desta história, percebendo seu objetivo e seu conteúdo, para então analisar o que não é abordado nesta narrativa oficial, que personagens e acontecimentos são deixados de lado, não figurando na propaganda turística sobre a cidade de São Francisco do Sul.

História Oficial

Para entendermos melhor os contrastes e problemas da narrativa sobre a história de São Francisco do Sul no século XIX, parece por bem nos determos algum tempo na análise da História Oficial contada sobre a cidade, nos atentando para o que é reforçado e, principalmente, para o que não é dito. Poderíamos escolher uma diversidade de materiais para consultar como fonte para nossa História Oficial de São Francisco do Sul. Sendo uma cidade turística, é evidente a proliferação de artigos em sites de turismo, onde se dedica um ou dois parágrafos à história da cidade³. Além disso, o próprio verbete da Wikipédia sobre a cidade⁴ poderia ser uma boa fonte, porém observamos que este parece bastante mais recheado de informações que as outras fontes, de forma que poderia prejudicar nossa análise.

Assim, nos parece mais prudente a utilização do artigo sobre a história da cidade presente no site da Prefeitura de São Francisco do Sul⁵, reproduzido a seguir:

Berço da cultura catarinense, São Francisco do Sul era habitada desde tempos imemoriais por povos denominados “Sambaquianos”, que viviam adaptados ao ambiente estuarino. Depois a região foi dominada pelos ameríndios de etnia tupi-guarani, apelidados pelos colonizadores de “carijós” no litoral sul e parte do sudeste.

O primeiro relato da chegada de um navegador europeu é datado de 5 de janeiro de 1504, com a expedição do navegador francês Binot Paulmier de Gonneville a bordo do veleiro *L'Espoir*. O povoamento efetivo só aconteceu em 1658, a partir da vinda do vicentista Manoel Lourenço de Andrade, que trouxe famílias, agregados e escravos. Assim, em 1660 o povoado foi elevado à categoria de vila e, posteriormente, em 1665, tornou-se paróquia. A cidade, então, foi fundada pela Lei 249 de 15 de abril de 1847 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2022).

³ DIAS, Nicole. **São Francisco do Sul**: o que fazer na cidade mais antiga de Santa Catarina. Viajali, 02 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.viajali.com.br/sao-francisco-do-sul/>. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

LIMA, Sergio da Silva. Você Sabia? Que São Francisco do Sul, em Santa Catarina, é a terceira cidade mais antiga do Brasil. **VidaBrasilTexas**, 16 de abr. de 2021. Disponível em: <https://vidabrasiltexas.com.br/voce-sabia-que-sao-francisco-do-sul-e-a-terceira-mais-antiga-cidade-do-brasil/>. Acesso em: 06 de dez. de 2021.

⁴ SÃO FRANCISCO DO SUL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=S%C3%A3o_Francisco_do_Sul&oldid=62122814. Acesso em: 06 dez. 2021.

⁵ SÃO FRANCISCO DO SUL, Prefeitura Municipal de. A cidade. História. Disponível em: <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/historia>. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

A primeira coisa que é possível perceber, ao analisar o texto onde se encontra no site da Prefeitura, é a ausência de qualquer informação acerca da autoria e da datação do mesmo. Para conseguir essa informação, ligamos para o contato da Prefeitura disponível no site, onde aguardamos por 20 minutos até a ligação cair. Numa segunda tentativa, conseguimos ser encaminhados para o setor de informática, que nos informou que deveríamos entrar em contato com a Secretaria de Comunicação, que por sua vez nos encaminhou para a Fundação Cultural da Ilha de São Francisco do Sul. Por fim, a Fundação Cultural instruiu-nos a entrar em contato com a Assessoria de Imprensa da Prefeitura, que seria a responsável pelo site da prefeitura de São Francisco do Sul.

Após uma considerável troca de e-mails com a Assessoria de Imprensa da Prefeitura de São Francisco do Sul, conseguimos algumas informações. A primeira, acerca da datação do texto no site, apenas puderam nos dizer que é anterior à gestão iniciada em 2013, o que não nos diz muito, além do fato de que não houve interesse, pela atual gestão, em modificar o texto. Sobre a autoria, também não conseguimos uma informação precisa, mas sabemos que o conteúdo do site é produzido pela Gerência de Comunicação da Prefeitura (GECOM), ligada à Assessoria de Imprensa que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Governo, tendo, portanto, um objetivo político com a sua mensagem.

Ainda, no que diz respeito ao contexto em que o pequeno texto se encontra no site da Prefeitura, percebemos que é numa seção sobre a cidade como um todo, junto com as seções *Ambiente*, *Calendário de Eventos*, *Cultura*, *Economia* e *Símbolos*, se configurando assim como uma das seções do site mais acessíveis ao público, apresentando textos curtos e objetivos sobre cada um dos tópicos. Dessa forma, nos parece que o texto faz, em grande medida, uma propaganda objetiva da cidade, apesar de não centralmente voltada ao turismo, uma vez que este se encontra mais especificamente em outra seção do site.

Agora que já contextualizamos, de forma geral, nosso documento sobre a História de São Francisco do Sul, se faz necessária a reflexão acerca do conteúdo apresentado. Inicialmente, é interessante percebermos a presença indígena sendo reconhecida e ganhando, proporcionalmente, um espaço considerável na apresentação da história da cidade, especialmente os “povos do sambaqui”, que já fazem parte da cultura do estado como um todo, e os carijós. Não nos deteremos tanto nesta parte do texto visto que não faz parte do recorte proposto, mas é de extrema importância notar a existência destes personagens e perceber como são tratados no seguimento de nossa história.

Poderíamos dizer que a narrativa mais central acerca da história inicial de São Francisco do Sul é a ideia de ser “a cidade mais antiga do estado” ou “a terceira cidade mais antiga do país”. Esses dados dizem respeito à chegada de expedições europeias no litoral catarinense, aportando em São Francisco do Sul, em especial a do navegador francês *Binot Paulmier de Gonneville*, em 1504, como exposto no texto. Em seguida, tudo que nos resta são as elevações de categoria da região, com seu povoamento em 1658 a partir desta figura do bandeirante Manoel Lourenço de Andrade, quando temos a única menção à população de escravizados, tornando-se vila em 1660, paróquia em 1665 e, finalmente, cidade em 1847.

Como vemos, o que chama a atenção no pequeno texto da história da cidade no site da Prefeitura de São Francisco do Sul é justamente sua pobreza em conteúdo, nos fornecendo poucos elementos para uma reflexão mais profunda. O que temos é uma sucessão de categorias, que nem ao menos mereceram uma explicação ou contexto. De todo o modo, é interessante tentarmos analisar com mais calma o que poderíamos entender como o ramo histórico do texto, nos parecendo um fragmento de história bastante tradicional, lembrando a própria tradição histórica iluminista, onde vemos um saudosismo dos “conquistadores” europeus e dos “desbravadores” bandeirantes e um apagamento, após sua aparição inicial, dos indígenas originais da região, uma narrativa heroica da “civilização” e do progresso do “homem branco” na construção do Estado.

Nesse sentido, Kaori Kodama (2010) nos traz reflexões importantes em seu texto *Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena*⁶. A discussão de Kodama (2010) diz respeito justamente a essa história se estabelecendo enquanto disciplina no Brasil, produzida pelo IHGB em meados do século XIX, herdeira da tradição iluminista, mas que parece ainda tão presente no texto da história da cidade no site da Prefeitura. Assim, a autora (2010) chama de perspectiva “decadentista”, essa abordagem que trata da forma como os indígenas teriam “desaparecido” na história do país, de forma similar ao que vemos no texto sobre São Francisco do Sul no site da Prefeitura, onde as populações originárias fazem sua aparição inicial para depois simplesmente sumirem dos 500 anos restantes.

Nos parece estranho pensar que justamente “a cidade mais antiga do estado” tenha tão pouca história a nos contar, não sendo destacado nenhum acontecimento relevante entre 1665 e 1847 e daí até o presente. Será possível que nada de relevante aconteceu na cidade de São

⁶ KODAMA, Kaori. 2010. p. 253-272.

Francisco do Sul durante todo este tempo? E os africanos escravizados, o que fizeram? Onde ficaram? Como São Francisco do Sul cresceu economicamente ao longo dos anos? Como era a relação com a futura cidade de Joinville, ao norte? E os povos indígenas? Como evoluiu a organização institucional e jurídica da cidade, para além da simples mudança de categoria? Como a cidade se tornou o polo turístico que vemos hoje? Será que não existem meios de contar essa história? Como pode uma cidade passar tanto tempo de sua história em silêncio? Serão estas e outras questões que, a partir daqui, buscaremos responder ou, pelo menos, apontar caminhos para que essas respostas possam ser buscadas.

Explorando os silêncios

O importante de pontuarmos aqui, frente à pobreza de informações que pudemos encontrar no texto do site da prefeitura, é a existência real das mesmas, presentes em diversos artigos, teses, dissertações e livros acadêmicos ou não, que visam desvendar um pouco mais da história da cidade de São Francisco do Sul, especialmente no século XIX, foco do presente estudo. Sendo assim, no seguimento de nosso trabalho, pretendemos apontar alguns caminhos possíveis para a busca dessas informações, apresentando brevemente as contribuições de alguns trabalhos aos quais tivemos acesso e devem nos ajudar a observar o que aconteceu nesse longo período de silêncio da história oficial sobre a cidade de São Francisco do Sul.

Para iniciarmos nossa busca, achamos por bem buscar contextualizar o pouco que já sabíamos sobre a história da cidade, utilizando assim textos e obras mais panorâmicas que pudessem nos abastecer com uma noção geral do histórico da cidade. Inicialmente, recorreremos às Enciclopédias dos Municípios Brasileiros, publicadas pelo IBGE entre a década de 50 e de 60. Nas linhas que se seguem apontaremos o que conseguimos encontrar acerca da história de São Francisco do Sul no período monárquico, nos volumes X, XI e XXXII da coleção.

Do volume X da Enciclopédia dos Municípios Brasileiro⁷, tiramos principalmente informações gerais sobre a importância do porto de São Francisco do Sul, principalmente na exportação de madeira, em meados do século XX, época da publicação dos volumes. O que nos dá pistas sobre o desenvolvimento econômico da cidade, mas não diz respeito a nosso objetivo, ou seja, o século XIX na cidade. No volume XI da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros⁸, encontramos passagens pistas sobre a construção de estradas de ferro passando por Joinville e

⁷ CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). 1958. 554 p.

⁸ CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). 1960. 431 p.

São Francisco do Sul, que nos parece uma temática frutífera para explorar em seguida, por estas terem sido construídas nos séculos XIX e XX.

É no volume XXXII da coleção da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros⁹, contudo, que realmente encontramos algumas pistas importante para a nossa busca. Primeiramente, chegamos à informação de que as histórias de Joinville e São Francisco do Sul estariam muito mais unidas do que imaginamos, tendo São Francisco Xavier de Joinville (atual Joinville) se desmembrado de São Francisco do Sul apenas no final do século XIX. Infelizmente, dada a limitação do presente artigo, não teremos como explorar a temática com a devida profundidade, que mereceria uma nova pesquisa por si só.

De toda forma, é importante notarmos, pensando no estudo da memória de São Francisco do Sul, o curioso fato de que algo tão relevante como o desmembramento de Joinville, uma região bastante importante no país no período, é deixado de lado. Ainda, é relevante percebermos como a história de ambas as regiões, desmembradas apenas por volta de 1866, não pode ser desvinculada, como vem sendo pela grande maioria das narrativas históricas, pois estiveram, por um longo período de formação, unidas social, econômica e politicamente, sendo o próprio desmembramento de Joinville, portanto, fato relevante a história de São Francisco do Sul.

Além disso, encontramos no texto sobre a cidade em si, algumas indicações importantes, em especial o destaque sobre a importância do trabalho de africanos escravizados, sendo estes apontados como responsáveis, em grande medida, pelo crescimento econômico que o município experienciou ao longo do período monárquico, principalmente pelo trabalho nas lavouras, enviando principalmente arroz, farinha de mandioca e açúcar para abastecer outras partes do país. Infelizmente, pelo que observamos, não é possível determinar com certeza a autoria do verbete em questão.

Ainda neste volume, novamente sobre os escravizados, vemos possíveis indicações de que estes teriam sido libertados em uma abolição gradual e individualizada, sem conflitos com seus senhores ao longo da década de 1880, o que teria levado o município a uma crise econômica que se estenderia até 1905, quando a República geraria novas energias de renovação e a expansão das estradas de ferro ligaria o município a diversas outras partes. Além disso, chegamos à informação de que o nome São Francisco do Sul só seria adotado por decreto em 1943, sendo a cidade desde 1660 denominada Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco

⁹ CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). 1959. 418 p.

ou Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul. Como pudemos perceber, muitas das informações encontradas merecem aprofundamentos para sua melhor compreensão. No seguimento do presente texto buscaremos apontar direções para esses aprofundamentos.

Ainda no que diz respeito a panoramas sobre a história de São Francisco do Sul, ou Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul, não poderíamos deixar de mencionar a obra *História de São Francisco do Sul* (2004), de Carlos da Costa Pereira¹⁰. O historiador local, que viveu e estudou a região entre os séculos XIX e XX e fez parte do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, traz em sua obra uma grande síntese do histórico da cidade, desde a chegada da expedição de *Gonneville*, mencionada também em nossa fonte de história oficial, até o início do século XX, abordando de passagem diversas facetas da cidade e trazendo diversas fontes primárias, como mapas, notícias de jornais, testamentos, cartas, inventários, termos de vereança e atas da Câmara de São Francisco do Sul, o que nos foi de grande valor para aprofundar a análise.

Sobre o século XIX, em especial, o autor (2004) trata, entre outras temáticas, da produção crescente de farinha de mandioca, escoada pelo cada vez mais central porto de São Francisco do Sul, dos impostos e preços de produtos, da história da educação na cidade, com a abertura da primeira escola de primeiras letras por Manoel Joaquim Pinheiro em 1829, da construção e reconstrução da Igreja Matriz da cidade e da sua história religiosa, da fundação do Hospital de Caridade em 1859 e da história da saúde e da doença na cidade, do estabelecimento do serviço postal e da história administrativa da cidade.

Ainda, vale aqui destacar que as páginas que tratam do período entre os séculos XVI e XIX, de profundo silêncio na história oficial da Prefeitura de São Francisco do Sul, são aqui abordadas de forma bastante satisfatória e aprofundada. Apesar de inscrito em uma historiografia já um tanto quanto ultrapassada, sendo um documento histórico por si só, o livro (2004) não deixa de ser uma síntese bastante rica da história de São Francisco do Sul entre os séculos XVI e XX, não devendo, assim, ser ignorado por qualquer um que busque pesquisar e entender melhor a história da região.

Para buscar esclarecer algumas das múltiplas questões levantadas até agora, adentramos o texto *A Estrada Dona Francisca na Formação Econômica de Santa Catarina* (2014), de Alcides Goularti Filho¹¹, que discute a construção da Estrada que liga São Francisco do Sul à Rio Negro, passando por Joinville, Rio Negrinho e São Bento do Sul, tratando da região entre

¹⁰ PEREIRA, Carlos da Costa, 2004.

¹¹ GOULARTI FILHO, Alcides. 2014. p. 171-196.

1851, com a fundação da Colônia Dona Francisca, e a conclusão das obras da linha São Francisco em 1913. Assim, entendemos ainda mais a centralidade que a região de Joinville teve no período, em termos de colonização estrangeira do espaço, gerando a necessidade de ligação pela estrada férrea, no intenso processo de modernização do período.

A dissertação de mestrado de Denize Aparecida da Silva (2004), intitulada *Plantadores de Raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville*¹², parece outro texto que pode contribuir para nossa compreensão da história da cidade. O texto explora a construção de laços relacionais entre os cativos das regiões em questão, com especial destaque para o compadrio. Assim, a dissertação nos é de grande valor também por contribuir com nossas reflexões acerca da relação entre as duas, na época, freguesias, que tinham como características comuns as pequenas escravarias de maioria crioula e a economia de abastecimento.

O texto de Fernanda Borba e Dione Bandeira (2013) intitulado *Estudos históricos e arqueológicos sobre a escravidão no Saí*¹³ contribui para preencher mais algumas lacunas sobre a escravidão em São Francisco do Sul, em especial entre os anos de 1648 e 1888, na região do Saí, porção continental do município. A partir de coleções arqueológicas, trabalhos historiográficos, relatos de viajantes, documentos oficiais, mapas, fotografias e depoimentos, as autoras desenham a chegada dos escravizados na cidade, principalmente para trabalharem nos engenhos e lavouras, na produção de farinha de mandioca, açúcar de cana, arroz, feijão, aguardente e gravatá.

Em outro artigo, intitulado *Escravos na Vila de São Francisco do Sul no período oitocentista*¹⁴, Fernanda Borba e Dione Bandeira (2013) exploram principalmente as funções, famílias e espaços dos escravizados nas fazendas agrícolas da região, a partir da análise das antigas propriedades, de coleções arqueológicas, documentos oficiais, jornais, mapas, fotografias e depoimentos orais. As autoras demonstram como a população escravizada teve papel ativo na construção da cultura local, traçando também comentários sobre as formas de relações sociais estabelecidas entre os escravizados, que veem como bastante variada. O foco é na metade final do século, quando do aumento da demanda das áreas agroexportadoras do Sudeste e do mercado interno da região, num processo intenso de formação de uma elite mercantil senhorial exportadora e de intenso crescimento populacional.

¹² SILVA, Denize Aparecida da. 2004. 121 p.

¹³ BORBA, Fernanda Mara, 2013. p. 95-108.

¹⁴ BORBA, Fernanda Mara, 2013. p. 117-140.

De grande valor também nos deve ser a dissertação de mestrado de Fernanda Borba (2013), cujo título é *Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)*¹⁵. A autora destaca novamente a importância do trabalho escravo nas lavouras da região, além de observar sua contribuição cultural. Com base em documentos oficiais, jornais, fotografias, documentos orais, mapas e, principalmente, uma coleção arqueológica, a autora (2013) busca preencher as lacunas acerca do cotidiano dessas populações escravizadas, observando suas moradias simples e a diferenciada cultura material.

A partir dos trabalhos supracitados de Fernanda Borba e Dione Bandeira (2013), podemos estabelecer aqui alguns comentários gerais sobre a realidade da escravidão na região no século XIX. Para além da centralidade do trabalho dos escravizados nas lavouras e engenhos, em especial na produção de farinha de mandioca, que levaria ao crescimento econômico da região e à centralidade de seu porto para escoamento da mercadoria, descobrimos que as famílias escravizadas costumavam morar em pequenas casas de planta simplificada, não em barracões como muitas vezes imaginamos, podendo mesmo conviver de forma próxima com os senhores. Assim, antes de 1850 os cativos costumavam trabalhar, ao contrário do que muitas vezes esperamos, para pequenos proprietários de terras, contudo, com o processo que antes chamamos de *formação de uma elite mercantil senhorial exportadora*, passou-se a uma predominância dos grandes senhores de terras, que muitas vezes moravam na ilha de São Francisco, mas mantinham o grosso de seus trabalhadores e terras no Saí.

Outra contribuição importante para pensar a história de São Francisco do Sul, especialmente a partir da arqueologia, é o livro organizado por Dione Bandeira, Fernanda Borba e Maria Alves (2017), intitulado *Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em Arqueologia Histórica*¹⁶. Apresentando-se como um passo posterior às pesquisas que até agora viemos acompanhando acerca da contribuição da cultura material arqueológica no preenchimento das lacunas históricas sobre a região, o livro explora alguns dos principais sítios arqueológicos da região, narrando, a partir destes, a história cultural da Baía da Babitonga, em especial de São Francisco do Sul. Além de algumas contribuições metodológicas, a obra foca em diversos grupos humanos, com destaque para a presença africana e afrodescendente, mas abordando também pescadores, farinheiros e outros personagens da rica história da região

¹⁵ BORBA, Fernanda Mara. 2013. p. 201.

¹⁶ BANDEIRA, Dione da Rocha. 2017. 239p.

Mudando um pouco nosso foco para uma análise mais voltada para a classe dominante e o poder, temos a dissertação de Rogério Pereira da Cunha (2011), intitulada *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil - São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)*¹⁷. O texto busca explorar a formação do Estado brasileiro no século XIX a partir de São Francisco do Sul, outro tema que ainda não tínhamos tido a oportunidade de explorar, estudando especialmente a organização do judiciário e a forma como o Juiz Municipal passou a subordinar-se ao poder provincial. A base documental do trabalho consiste de Relatórios de Presidente de Província, ofícios do Juiz Municipal de São Francisco do Sul, atas da Câmara de São Francisco do Sul, o Código do Processo Criminal e sua reforma, entre outras fontes, com base no que o autor (2011) observa uma crescente perda de autonomia para às autoridades da Província, destacando o papel do Juiz Municipal no processo de centralização política local.

O artigo *Os crimes do capitão-mor de São Francisco do Sul Domingos Francisco Francisques, vulgo “Cabecinha”*¹⁸, de Fernando Hinsching, Rafael Nogueira e Ian Pogan (2019), também é um material interessante, principalmente para entender a terrível figura que foi “Cabecinha”, além de contribuir para nossa compreensão da função de capitão-mor na região, em seguimento ao estudo das figuras de poder que iniciamos com Rogério da Cunha (2011). Apesar de anterior ao século XIX, foco do presente estudo, “Cabecinha” tem papel central na memória da cidade, sendo, portanto, impossível a conclusão deste trabalho sem, ao menos, citá-lo.

Isso se deve a toda a mitologia local criada em torno das prováveis atrocidades que “Cabecinha” teria cometido em São Francisco do Sul no século XVIII, que vão desde sua postura extremamente autoritária, abusiva e tirânica, até seus crimes mais hediondos como o sequestro do vigário Frei Fernando, os homicídios de Matheus Afonso e Pedro Gomes Carvalho e seu envolvimento na morte dos Juízes Miguel Francisco Francisques e João Mor Vieira, além do assassinato de Ana Lamim. Assim, o Capitão-mor se tornou uma figura recheada de mistérios e terror que ainda hoje, como no século XIX, está presente na memória de São Francisco do Sul, como uma lembrança terrível.

Também muito rica é a tese de doutorado de Priscila Henning (2019), intitulada *O Espetáculo do Patrimônio: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul -*

¹⁷ CUNHA, Rogério Pereira da. 2011. 189p.

¹⁸ HINSCHING, Fernando; NOGEIRA, Rafael José; POGAN, Ian. 2019. p. 265-295.

SC¹⁹. O trabalho nos ajuda a unir algumas das reflexões que pudemos estabelecer ao longo de nossa exploração, principalmente no que concerne a importância da cultura de São Francisco do Sul e sua relação com o amplo turismo da região, em franca expansão. Em sua análise, a autora (2019) reflete sobre a forma como a história e a cultura se tornam parte do espetáculo do consumo pós-moderno, pensando no processo de tombamento da cidade como patrimônio histórico e suas implicações.

O que Priscila Henning (2019) percebe, focando principalmente no Programa Monumenta em parceria com o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre 1996 e 2010, é que, devido a grandeza dos projetos de reurbanização e recuperação da cidade quando do seu tombamento como Patrimônio Histórico, com foco central no comércio e turístico da região, ocorreram diversos impactos sobre a cidade, com muitas das obras que ainda não saíram do papel e prédios que já deveriam estar passando por processos de conservação. Além disso, Henning (2019) observou os próprios impactos desse processo sobre a população tradicional da região, deixada de lado em todos esses projetos e, muitas vezes, chegando mesmo a abandonar a cidade. Assim:

muitos dos limites encontrados pelas intervenções propostas transcendem essa boa vontade e demonstram que, para garantir a conservação do patrimônio, é preciso ir muito além – e talvez até em outra direção – do que programas estratégicos como o Monumenta oferece (HENNING, 2019, p. 333).

Para finalizar nosso já longo comentário sobre a tese de Patrícia Henning (2019), destacamos que a autora não aponta o Projeto Monumenta como o vilão do processo, fazendo, ao contrário, uma interessante reflexão sobre como este reflete um processo muito maior pelo qual a cultura se torna, na atualidade, objeto de consumo, mudando, portanto, sua função para econômica e perdendo, em certa medida, o anterior destaque para a riqueza histórica. Nesse processo, como vimos com a patrimonialização do Centro Histórico de São Francisco do Sul, alguns elementos e realidades ganham mais destaques que outros, como é o caso das 400 edificações urbanas tombadas, que juntas são utilizadas para construir uma narrativa voltada para o turismo na região, muito mais do que funcionar como o documento histórico que a cidade não deixa de ser.

Diferente de tudo que abordamos até aqui, gostaríamos ainda de fazer um breve comentário sobre a colonização da Península do Saí, em meados do século XIX, por socialistas utópicos franceses. Para isso, o artigo de Hoyêdo Nunes Lins (2012), intitulado *Fourierismo no*

¹⁹ HENNING, Priscila. 2019. 351p.

*Brasil meridional: a saga do falanstério do Saí (1841 – 1844)*²⁰, nos foi de grande ajuda. O artigo busca apresentar como foi a trajetória desse processo de colonização do Saí, que hoje faz parte de São Francisco do Sul, pelos socialistas utópicos franceses seguidores de Fourier, que se estendeu entre 1841 e 1844, destacando que desde o início houve muita discórdia em questões econômicas e propriamente sociais.

Segundo Lins (2012), a colônia buscava seguir os princípios da obra de Fourier, construindo no Saí um falanstério (contração de falange e monastério, cunhado pelo Francês), de forma a formar uma civilização utópica de reforma social. Com base em uma documentação produzida pelos participantes da experiência e externa, ligada ou não à administração da Província de São Francisco do Sul, o autor (2012) nos apresenta um pouco do que foi essa experiência tão pouco citada na história de São Francisco do Sul.

Conclusão

Após estas breves páginas de reflexão, fica evidente o quão limitado é nosso conhecimento sobre a histórica cidade de São Francisco do Sul, com foco no século XIX. A riqueza das produções recentes acerca do histórico da região contrasta de forma clara com a ausência de profundidade e os abismos de silêncio presentes no texto do site da Prefeitura, anteriormente analisado. Apesar de apagadas na “história oficial” vimos como as populações escravizadas tiveram papel ativo não só na economia da cidade como também na construção de sua cultura, sendo este um caminho extremamente rico de estudo. Além disso, pudemos começar a vislumbrar múltiplas e diversas temáticas acerca da região, refletindo também sobre sua própria construção e relação com cidades vizinhas no período monárquico.

Ainda, nosso breve estudo nos abriu os olhos para a riqueza documental disponível para a pesquisa da cidade, realidade muito diversa da que, inicialmente, esperamos encontrar. Para além da cultura material arqueológica, cada vez mais estudada e explorada, a documentação oficial sobre o período se apresenta como importante fonte, pensando nos Relatórios de Presidente de Província, Atas da Câmara de São Francisco do Sul, ofícios, mapas, fotografias, entre tantas outras.

Por fim, se podemos tirar alguma conclusão mais geral desta breve pesquisa, esta deveria ser que ainda temos muito a explorar, com diversas fontes e documentação, na busca de compreender um pouco melhor a rica história de São Francisco do Sul, frente a qual a história oficial parece se calar.

²⁰ LINS, H. N. 2012.

Referências bibliográficas:

BANDEIRA, Dione da Rocha; BORBA, Fernanda Mara; ALVES, Maria Cristina (org.). **Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em Arqueologia Histórica**. Joinville: Editora Univille, 2017. 239p.

BORBA, Fernanda Mara; BANDEIRA, Dione da Rocha. Estudos históricos e arqueológicos sobre a escravidão no Saí (São Francisco do Sul, Santa Catarina). **Revista Memorare**, v. 1, p. 95-108, 2013.

BORBA, Fernanda Mara; BANDEIRA, Dione da Rocha. Escravos na Vila de São Francisco do Sul (Santa Catarina, Brasil) no período oitocentista: funções desempenhadas, constituição de famílias e habitações construídas. **Revista Latino-Americana de História-UNISINOS**, v. 2, n. 9, p. 117-140, 2013.

BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 554 p. Volume X.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 431 p. Volume XI.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. 418 p. Volume XXXII.

CUNHA, Rogério Pereira da. **Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do estado no Brasil-São Francisco do Sul**,

província de Santa Catarina (1832-1850). 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2011.

DIAS, Nicole. **São Francisco do Sul**: o que fazer na cidade mais antiga de Santa Catarina. Viajali, 02 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.viajali.com.br/sao-francisco-do-sul/>. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

GOULARTI FILHO, Alcides. A estrada dona Francisca na formação econômica de Santa Catarina. **História Revista**, v. 19, n. 1, p. 171-196, 2014.

HENNING, Priscila. **O espetáculo do patrimônio**: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC. 2019. 351 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

HINSCHING, Fernando; NOGEIRA, Rafael José; POGAN, Ian. Os crimes do capitão-mor de São Francisco do Sul Domingos Francisco Francisques, vulgo “Cabecinha”. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 5, n. 1, p. 265-295, 2019.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, p. 253-272, 2010.

LIMA, Sergio da Silva. Você Sabia? Que São Francisco do Sul, em Santa Catarina, é a terceira cidade mais antiga do Brasil. **VidaBrasilTexas**, 16 de abr. de 2021. Disponível em: <https://vidabrasiltexas.com.br/voce-sabia-que-sao-francisco-do-sul-e-a-terceira-mais-antiga-cidade-do-brasil/>. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

LINS, H. N. Fourierismo no Brasil meridional: a saga do falanstério do Saí (1841-1844). **História Econômica & História de Empresas**, v. 13, n. 1, 10 jul. 2012.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SÃO FRANCISCO DO SUL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2021. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=S%C3%A3o_Francisco_do_Sul&oldid=62122814.

Acesso em: 06 dez. 2021.

SÃO FRANCISCO DO SUL, Prefeitura Municipal de. A cidade. História. Disponível em:

<https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/historia>. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

SILVA, Denize Aparecida da. **Plantadores de Raiz**: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville - 1845/1888. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

“Retratos de família”: Descendentes de italianos no interior do município de Criciúma

“Family portraits”: Descendants of Italians in the interior of the municipality of Criciúma

Maria Luiza Dário Batalha¹

Resumo: As fotografias apresentam muito mais do que se pode ver, são certamente fascinantes e que por muitas vezes circularam para transmitir grandes eventos. Porém, a história da fotografia não foi feita apenas de registros públicos e de grande difusão, mas também de retratos de famílias e da vida privada. Nesse sentido, utilizando de fontes fotográficas encontradas no álbum de minha família, dentro de um contexto de colônias de descendência italiana nas décadas de 40 e 50 do século XX no interior do município de Criciúma - SC, o presente trabalho busca entender o comportamento de um grupo e como isso se reflete nas fotografias de família.

Palavras-chave: Descendência italiana, Fotografias de família; História de Santa Catarina.

Abstract: The photographs present much more than what can be seen, they are certainly fascinating and they will circulate many times to transmit great events. However, the history of photography was not only produced by public records and widely distributed, but also by portraits of families and private life. In this sense, using photographic sources found in the album of my family, within a context of colonies of Italian descent in the decades of the 40s and 50s of the 20th century in the interior of the municipality of Criciúma - SC, this work seeks to understand the behavior of a group and how it is reflected in family photos.

Keywords: Italian descent; Family photographs; History of Santa Catarina.

Introdução

O processo de colonização por parte de imigrantes italianos no sul do estado de Santa Catarina foi determinante para a constituição da região. Os filhos desses imigrantes ocuparam o território e permaneceram amplamente ligados aos costumes de seus antepassados, apesar da notável incorporação de alguns advindos de outras populações. Tendo em vista esse contexto, o presente artigo tem como objetivo mostrar a cultura e o modo de vida desse grupo em especial, e o reflexo disso nos retratos de família. Para isso,

¹Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: marialuizadariobatalha@gmail.com

as fontes de análise serão fotografias da minha própria família, tiradas entre as décadas de 40 e 50 do século XX no interior do município de Criciúma.

A vontade de produzir esse trabalho, veio a partir do momento em que me dei conta da existência de uma quantidade grande de fotografias de família que estavam esquecidas e bagunçadas dentro de uma caixa de sapatos no fundo de um armário antigo na casa do meu nono, Saul Abel Dário². Alinhado a isso, a disciplina de História de Santa Catarina, ministrada pela Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff³, instigou-me ainda mais a trabalhar com o tema – descendência italiana nessa região do estado –, e paralelamente, utilizar a fotografia como fonte. Assim, foram selecionadas sete fotografias, parte delas tiradas em um cenário festivo com um notável número de pessoas, mas também, fotografias em ambientes de privacidade familiar e de trabalho.

Mas, apesar de todo esse conteúdo, senti a necessidade de captar um breve depoimento dado pelo meu nono, tanto sobre as imagens em específico, mas também sobre a memória que surgia em sua mente ao observá-las. Essa “conversa” foi de grande importância para que a pesquisa se tornasse cada vez mais interessante e afetivamente estimulante.

Esse procedimento, que está dentro do método da história oral, busca registrar as impressões, lembranças dos indivíduos que compartilharam de momentos e que se dispõem a compartilhar essas memórias, permitindo assim, a captação de um conhecimento histórico mais vivo e rico. Contudo, as memórias, não são ingênuas ou inocentes, deve-se estar atento a isso, e analisar criticamente esses relatos, pois todas as lembranças são permeadas por interferências morais e sociais. Apesar dessas ressalvas, as vantagens de se trabalhar com fontes orais se sobressaem as desvantagens. Segundo Alberti (1990) esse método auxilia os pesquisadores e historiadores a se aproximar ainda mais do objeto de estudo, realizando entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam os acontecimentos e as conjunturas estudadas⁴.

Assim, o lado da entrevista feita e dos elementos sociais e culturais que serão aqui destrinchados, houve a necessidade de um aprofundamento sobre questões metodológicas de análise de imagens, para que as fontes fotográficas sejam, assim, melhor entendidas em

² Meu avó, Saul Abel Dário, hoje com 90 anos. Mora no bairro São Defende, no interior do município de Criciúma, sul do Estado de Santa Catarina.

³ Professora do Departamento de História da UFSC.

⁴ ALBERTI, V., 1990.

sua complexidade. E que perguntas sobre a minha história familiar, que surgiram durante a pesquisa, possam ser, mesmo que não totalmente, respondidas.

História e fotografia

Desde que foi criada, a fotografia é cercada por diversas nuances. E dentro da história não é diferente. No século XIX quando foi criada, sua utilização como objeto de estudo nem era cogitada, já que até aquele momento a historiografia entendia que a história era, e deveria ser feita, apenas por documentos textuais. Porém, a partir da virada do século XX e com maior força a partir da formação da escola dos *Annales*, as noções do que seriam fontes foram ampliadas e a pesquisa sobre esse tipo de documento nunca mais cessou. Ela é essencial para a discussão do lugar da fotografia dentro do conhecimento histórico, além de também dar base a vários discursos e análises, inclusive a que aqui será proposta.

De lá para cá, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador⁵.

O entendimento de que a fotografia se tornou o que pode ser chamada de fonte, parte do princípio das três formas com que a fotografia entra na História. O primeiro princípio é a história da fotografia, que investe sua pesquisa nas técnicas, tipo de fotografia, temas, lugares, etc. O segundo é a história fotográfica que trabalha a pluralidade dos tempos e a experiência temporal⁶. Contudo, a que se conecta com o que será proposto aqui é a história cultural, se trata da “[...] fotografia no âmbito das práticas sociais e experiências históricas propriamente ditas”⁷ e do potencial da documentação fotográfica nas pesquisas dentro das ciências humanas.

Até que ponto uma imagem vale mais que mil palavras?⁸ Como ultrapassar a superfície da mensagem fotográfica? Para chegar àquilo que não foi revelado imediatamente, em um primeiro momento é necessário levar em conta, o primeiro observador do fato, o fotógrafo. O papel dele é de extrema importância, os interesses e as escolhas desse indivíduo e as técnicas utilizadas, devem ser examinados criteriosamente, já que pode determinar as posteriores análises. E assim, “compreender a fotografia como uma

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. 1997, p.2

⁶ Ver em, MAUAD, Ana Maria. 2016, p.46.

⁷ Ibidem, p.44

⁸ LEITE, Miriam Moreira. 1993, p.23.

escolha efetuada em um conjunto de escolhas então possíveis”⁹; inserir a fotografia dentro de um contexto cultural no qual foi produzida; além de entender que ela se deu a partir de uma escolha que advém de uma determinada visão de mundo.

É ilusório pensar-se que as imagens se comuniquem imediata e diretamente ao observador, [...]. Na maioria das vezes [...] se calam em segredo, após a manifestação do mais óbvio: por vezes se fazem opacas e ambíguas, desafiadoras em sua polissemia; por vezes, em seu isolamento se retratem à comunicação, exigindo a contextualização, única vida de acesso seguro ao que possam significar. Por outro lado, são difíceis de se deixarem traduzir um código diverso como o da linguagem verbal. Quer dizer: a fotografia deve ser submetida a uma abordagem crítica para que se fato se revele [...] ¹⁰.

Ultrapassando a barreira do visível e questionando-a de amplas formas, cabe perceber que é enorme o papel que a imagem tem em relação à construção do conhecimento histórico. Falando especificamente da imagem fotográfica, entende-se que, ela fez parte de momentos importantes que se desejou fixar, mas, não devemos ficar passivos “[...] diante de uma fotografia: ela incita nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem”¹¹. Entendida a relação que pode ser feita entre história e fotografia e tendo claro com esse debate deve ser realmente feito, com todos os cuidados e precauções, a discussão se aprofundará sobre as fotografias de família, no geral, e suas características mais marcantes.

Retratos de Família

“A difusão precoce da prática de fotografias de família, com relação à invenção e à difusão social desse meio de reprodução da imagem, alastrou-se pelas diferentes camadas sociais, nos diferentes países”¹². Todos nós temos memórias de nos sentarmos reunidos com a família para ver fotos antigas em preto e branco, conversar e entender mais sobre quem são aquelas pessoas e em que época viviam. É disso que se trata esse artigo em especial, fotos de família, e a forma que podem transmitir a vida em tempos passados.

O ritual da fotografia desempenha um papel de legitimação da família, mas também, daquelas pessoas em um determinado espaço geográfico e social. A fotografia de família permite “[...] ao observador perceber ou sentir outros níveis da realidade: sentimentos, padrões de comportamento, normas sociais, conformismo e rebeldia. [...] poderia talvez ser tomada como um equivalente da memória coletiva, como a imagem

⁹ MAUAD, Ana Maria. 1996, p.12

¹⁰ LEITE, op. cit., p.12.

¹¹ MAUAD, Ana Maria. 1996, p.15

¹² LEITE, op. cit., p.82.

fixada de um tempo que parou”¹³. Mas para que isso possa ser realmente revelado, a análise das fontes precisa ser feita com mais profundidade, levando em conta também características que são muito mais amplas.

É necessário distinguir o que é retrato de estúdio e o que é retrato amador, e entender as técnicas empregadas em cada um deles. No retrato de estúdio percebem-se nitidamente intervenções externas, e aplicação de padrões técnicos mais rebuscados que vão de encontro ao gosto do fotógrafo e seus interesses. Já nos retratos amadores, as imperfeições técnicas estão presentes, e a espontaneidade do fotografado mostra-se imponente. No caso dos retratos de família, isso vai de encontro a como esse grupo gostaria de ser.

“Tirar o retrato” era, e ainda é praticada em momentos chave na vida a família, onde as pessoas se preparam com as melhores roupas e buscam ostentar o melhor porte e os que são aceitos socialmente. Essa questão da manipulação da fotografia as uniformiza, fazendo com que haja a impossibilidade de realizar uma distinção clara entre as camadas sociais.

Mas se as fotografias revelam mais do que o olhar, pois registram partes, detalhes e pessoas que o olhar descarta, sempre é preciso cautela com as simulações ou composições deliberadas que o fotógrafo e os fotografados imprimem à imagem. Todas as fotos examinadas são posadas – os personagens estão ali para serem vistos de maneira que gostariam de ser vistas, e até a expressão facial e corporal lhes são tradicionalmente impostas ou lhes é aconselhada pelo fotógrafo¹⁴.

Todas essas características estão postas nas fotografias que vamos utilizar. Elas serão de extrema importância, para que, ao longo da análise, entendamos onde os traços gerais dos retratos de família observam-se presentes, e que possamos demonstrar como essas questões estão também alinhadas ao modo de vida dos descendentes de italianos no sul de Santa Catarina.

Os Retratos da Minha Família

“Como as fotografias não narram, mas captam aparências momentâneas, as fotografias da coleção, quando revistas pelos descendentes de uma das famílias retratadas, deixaram bem claro que, ao examinarem as fotografias de sua família, colocavam-na num contexto, ou seja, num contínuo de passado e futuro, dos quais a foto fora destacada”¹⁵.

¹³Ibidem, p.76.

¹⁴ LEITE, Miriam Moreira. 1993, p.179.

¹⁵ Ibidem, p.104.

Esse foi o processo que ocorreu quando me deparei com fotos da minha família esquecida. Tentei, em um primeiro momento, entender quem eram aquelas pessoas e se de alguma forma eu as conhecia.

Porém, com o desenrolar da disciplina de história de Santa Catarina, me deparei com a complexidade do tema e assumi o desafio de ir mais afundo. Entender como essas fotografias não mostravam apenas parentes e os fatos que envolviam essas pessoas, mas também a história de toda uma comunidade. Assim, numa amplitude gigante de fotografias, foram selecionadas sete, as quais, mais chamaram minha atenção em seus detalhes e temáticas. A maioria delas retratam parentes bem próximos, e outras, parentes mais distantes. Cabe dizer que, elas não se encaixam nem nos tipos de retrato de estúdio e nem em retratos chamado de amadores. Pois, apesar de terem sido tirados por fotógrafos ditos profissionais e a espontaneidade não ser marcante, é visível a falta do uso de técnicas. Contudo, todas elas serão de grande valia para que o objetivo desse artigo seja alcançado.

Paralelamente ao uso das fotografias, por não existir documentação escrita sobre os indivíduos que foram fotografados, encontrei, em uma breve entrevista¹⁶ com meu nono, a possibilidade de enriquecer ainda mais a minha pesquisa, além de também, assim, conseguir historicizar suas experiências. Ele, com 90 anos – que aparece em grande parte das fontes –, me forneceu muitos dados, e as falas feitas por ele, levantaram muito mais questões do que anteriormente eu tinha desenvolvido. Sua seletividade da memória não lhe permitiu falar sobre conflitos, se apegou muito a outras questões de cunho mais leve, como a construção das casas e a sua rotina familiar.

O trabalho de rememoração permite que eles/elas ressignifiquem suas vivências. Sim, porque o trabalho da memória sedimenta valores, não é somente uma seletividade; é um momento em que se auto representam, banhados no aprendizado de suas experiências. Mais do que um jogo de mostra-esconde, utilizam o momento de sua rememoração para reforçar valores incorporados¹⁷.

¹⁶ Entrevista realizada no bairro São Defende no município de Criciúma. No dia 27 de dezembro de 2021.

¹⁷ OSTETO, Lucy Cristina. 1997 p.42.

Figura 1: Missões de Igreja, déc 40, bairro Mãe Luiza em Criciúma-SC.



A primeira fotografia que nos propormos a analisar (Figura 1) retrata um momento visivelmente religioso, com uma cruz que é central na imagem. A comunidade italiana dessa região tem fortes laços com o catolicismo e a população era muito praticante. Esta crença, de diversas formas, era transmitida de geração em geração, deveria fazer parte de todos os âmbitos da vida pessoal e familiar, e por isso, era reforçada cotidianamente.

Essa foto aqui é de uma missão ali na igreja da Mãe Luzia, a gente ia muito nessas coisas de igreja, muitas das vezes era só pra essas coisas que a gente ia¹⁸.

As festas de interior, organizadas muitas vezes em decorrência de datas religiosas ou eventos de igreja, tornou-se um dos caminhos para o lazer, já que, muitas das vezes, eram a única possibilidade de sair de casa e confraternizar, encontrar outras famílias e amigos, ver gente, se divertir. Se tornando, portanto, um dos únicos momentos de distração do trabalho árduo

As festas são lembradas com muito prazer, por isso as minúcias os detalhes ficaram tão presentes na memória e, portanto, tão significativos na vida destas mulheres e homens. Estas festas regionalizadas ocorriam nas comunidades interioranas e constituíam-se numa possibilidade de as moças saírem de suas casas. Iam com os irmãos ou com as amigas¹⁹.

Além de um momento de encontro e confraternização que reunia toda a comunidade, as festas, viravam pretexto para que os jovens dessem início a um namoro. Por isso, quando saíam de casa, todos sentiam a necessidade de se arrumar, visto que, no caso dos solteiros, havia a possibilidade de encontrarem pretendentes.

¹⁸ Mãe Luzia é um bairro do município de Criciúma em Santa Catarina, a igreja de São Bráz, a que meu nono se referiu, ainda existe. Foram feitas algumas reformas, mas no geral, ela ainda é a mesma. Ao contrário, a região está bem mais povoada e urbanizada que na fotografia.

¹⁹ OSTETO, Lucy Cristina. 1997. p.86.

Eu conheci ela²⁰ aqui na Forquilha. Numa vez que eu fui uma festa. Namorei?! Conversava assim, né?! É que antigamente conversava uma vez, duas, numa festa já estava namorando. Não tinha... Não era que nem hoje, que se encontra numa bagunça aí já vai. Não! Era diferente o negócio na época, era sério e não era brincadeira e não podia ser qualquer uma né?!

Apesar de homens e mulheres partilharem de um mesmo espaço, posicionam-se de forma oposta. Essa cisão tem um plano de fundo religioso, já que, para o catolicismo desse período, isso deveria permanecer ocorrendo em diferentes campos da vida, públicos ou privados. *Missões de Igreja* mostra, portanto, a clara diferença de papéis tomados por homens e mulheres, a separação entre os gêneros e como ela vai sendo construída em diversas esferas, codificando os padrões de comportamento.

[...] vão formando um coletivo, mas separados: menino de um lado, junto com seus pais, meninas do outro, junto com suas mães. A divisão só acentua o novo lugar a ser ocupado por eles e elas, podem até chegar na igreja juntos, mas, ao adentrá-la, a divisão é certa. Os “lugares” já existiam para seus pais e irmãos mais velhos, só foram internalizados por eles e elas, quando participam desse ritual. [...] quando vão para a Primeira Comunhão sabem que têm que ficar separados, porque é regra da igreja, porque já acontecia com seus pais e avós. É uma tradição que precisa ser continuada ou ainda é preciso que segundo a igreja católica, a diferença entre os sexos permaneça, refletindo inevitavelmente na vida destes [...] homens e mulheres²¹.

A maioria se apresenta bem arrumado, com suas roupas de domingo roupas essas que, feitas com uma melhor qualidade, só poderiam ser utilizadas em domingos para a missa ou em outras ocasiões especiais. Nessa lógica, vemos homens jovens e velhos com seus ternos e chapéus; mulheres jovens de vestidos e penteados da época e mulheres mais velhas também de vestidos e lenços sob a cabeça. Apesar de haver todo um padrão ligado a vestimenta nesse ambiente, percebe-se a presença, mais ao centro, de crianças descalças. O que para Lucy Cristina Osteto (1997) mostra-se ligado a Primeira Comunhão, e explica que era apenas após essa formalidade que as crianças recebiam o direito de possuírem roupas melhores e de usar sapatos.

Apesar disso, após a entrevista com meu avô outra interpretação surgiu. Por perceber que naquele dia chovia – por homens e mulheres de guarda-chuva –, e as estradas serem de barro, as pessoas podem ter retirado os calçados para que eles não ficassem sujos de lama:

Eu ia de bicicleta com o tempo bom, quando tempo bom, tudo bem. Mas quando chovia, que ali pra baixo, era tudo estrada de barro. Quando chovia a gente não ia. Quando a gente ia e às vezes chovia, chegava lá, chuva e chuva. O cara pra ir embora às vezes tinha fazia a força que tinha né?! Na bicicleta. E depois quando não dava mais nas baixadas assim, a lama descia tudo ali né?! E ficava ali e dali o cara ia ia ia ia... Quando dava, mas quando não dava, enchia o sapato de lama.

²⁰ Minha avó, Luiza Dagostim (1935 – 2010).

²¹ OSTETO, Lucy Cristina. 1997, p.72.

Depois ia até em casa com o sapato cheio de lama. Tu não queira saber o trabalho que eu passei...

Nessa próxima, (Figura 2) meu avô, Saul Abel Dário²², posa com sua roupa de domingo e sua bicicleta. Esse é um tipo de retrato formato “carte-de-visite”²³, que pode apresentar uma variedade de adereços e que, na época, era um símbolo marcante de distinção social.

Figura 2: Saul Abel Dário e sua bicicleta, 1948, Criciúma-SC.



Após toda uma pesquisa ligada a fotografia, entende-se que intencionalidade do meu avô ao posar ao lado de sua bicicleta, sendo esse, um meio de transporte quase que exclusivo na localidade, materializa a já discutida ideia de que o fotografado se porta como gostaria de ser, ou como gostaria que as pessoas o vissem. Visto que, esse tipo de retrato era comumente trocado ou enviado a parentes; amigos e namorados (as), com dedicatórias e recados.

²² Nascido em 15 de abril de 1931, no município de Criciúma. Na época da foto, com 17 anos, vivia na localidade de Mãe Luiza.

²³ “Patenteada por Eugena Disderi, em 1854, caracteriza-se tanto pelo seu tamanho diminuto (6 x 9,5 cm), colada em cartão um pouco maior, como pela função de representação social, própria do séc. XIX.” em MAUAD, Ana Maria. 1996, p.4.

Quem tinha bicicleta ali era só eu e mais... O primeiro que comprou a bicicleta ali na Mãe Luiza fui eu, meu pai que comprou pra mim. O segundo foi um amigo meu, pra nós sair junto todo domingo. Depois veio mais outros, né?! Mas teve outros aí, que nem nunca tiveram bicicleta. E a bicicleta é um, né?! Luxo. Era um automóvel de hoje, mais ou menos.

Família Dário (Figura 3), tirada no mesmo dia da anterior, é a representação do que era a família tradicional na época: pai, mãe e filhos.²⁴

Foi um dia de uma festa na Forquilha. E o fotógrafo tava lá batendo porque o fotógrafo em época de festa eles saía por aí nas festas pra ganhar o dinheiro, né?! E o meu pai falou com ele, ele veio ali em casa falando que quando nós íamos embora, vamos supor, de tarde ou de manhã, ele ia lá casa, então meu pai falou com ele, ele veio em casa e bateu essa ali, tirou a da bicicleta, também.

Figura 3: Família Dário, 1948, Criciúma-SC.



Podemos entender que os papéis tão muito bem definidos. Pais ao centro, sentados mostram-se importantes e que deveriam ser respeitados por seus filhos. O único filho homem está em pé e ao centro, também um lugar de destaque, já que em um futuro próximo assumirá o controle das terras e da chefia da família. Contudo, suas irmãs por não terem como destino levar o nome adiante, posam na periferia da imagem. O toque das moças sobre os ombros de seus pais representa a ligação que sempre irá existir entre elas e sua família de origem, porém, partir do momento de seu casamento essa ligação se enfraquecerá, pois terão o compromisso de representar outra família.

[...] as relações familiares acentuaram as distinções entre o poder público atribuído ao homem, mais especificamente ao pai da família, e o poder doméstico/privado centralizado na pessoa da sogra, mulher mais velha que

²⁴ Abel Dário (1904-1973), Benevenuta Angela de Luca Dário (1909-1999) e seus filhos: Saul, Maria Dário (à direita) Meller e Edite Dário Minatto (à esquerda).

legitimava o seu poder através dos filhos homens. Como em outras sociedades camponesas, esta oferecia privilégios preferencialmente ao filho mais velho, de modo que os mais jovens e, sobretudo, as mulheres estavam em posição bem desfavorecida em relação à herança, sendo a pior delas a condição de nora²⁵.

Figura 4: Trabalho, sem data, Criciúma-SC.



A família para a comunidade italiana era à base de tudo e até mesmo a base para a sobrevivência. Era a unidade consumidora e, sobretudo produtiva (Figura 4), envolvendo todos os membros do núcleo familiar e às vezes agregados, como tios e primos. Homens e mulheres realizavam uma gama grande de atividades, mas as mulheres eram as mais sobrecarregadas, já que, além do trabalho com a lavoura e com os animais, a demanda das tarefas doméstica e o cuidado com os filhos era grande. Assim, apesar do trabalho feminino ser de extrema importância para as dinâmicas diárias do núcleo familiar, existia um sentimento de desqualificação acerca do trabalho doméstico, sentimento esse que não estava escancarado dentro das relações.

[...] estava posto enquanto fator cultural, enquanto fator de diferenciação entre homem e a mulher, enquanto gênero. Fora, portanto, interiorizado pelas mulheres que aos homens cabia a maior parcela maior importância, visto que só se dedicavam à roça e era da ‘roça’ que provinha o sustento da família. Tiveram como exemplo seus pais, tidos como provedores. Mesmo que os relatos das mulheres denunciem que muitas vezes a elas eram atribuídas tarefas iguais às executadas pelos homens, prevalece a imagem da ajudante²⁶.

²⁵ FAVARO, Cleci Eulália. 2003, p.668.

²⁶ OSTETO, Lucy Cristina. 1997. P p.28.

É com o trabalho doméstico que se constrói a figura do exemplo de mulher, que teria como afazeres, os filhos; a casa e a lida na roça. A instrução dessas futuras esposas ficava a cargo da autoridade máxima dentro de uma casa: as mães, que desde cedo passavam a incluir suas filhas no trabalho da casa e principalmente na cozinha. Diante disso, o papel das mães não era só ensinar as tarefas domésticas, mas também, ensinar a importância da religião e dos ditos bons costumes. Quanto a isso, a mãe se preocupava ainda mais com suas filhas, pois, principalmente a partir do momento em que a mocidade chegava, o perigo de ficarem “mal faladas” tornava-se mais próximo.

São indícios de que estas mulheres foram sendo construídas culturalmente, através do exemplo, da insistência, da repetição, onde a figura da mãe como ditadora das regras é o que prevalece. Se, as tarefas das mulheres (entenda-se o trabalho doméstico) precisava ser aprendidas, interiorizadas, fica implícito que os afazeres da casa não eram inerentes as mulheres, como se todas as mulheres já tivessem uma pré-disposição para tais tarefas²⁷.

“Como um dos principais ritos de passagem, o casamento encontra-se em quase todas as sociedades e simboliza uma alteração irreversível da situação social do casal que, proveniente de duas famílias ou de dois ramos da família, une-se para formar uma terceira”²⁸. Nesse sentido, a próxima fotografia chamada de *Os noivos* (Figura 5), além de ser um ato legitimador da nova família, pode revelar outros inúmeros planos de fundo. A separação da família de origem, e ao mesmo tempo, o começo de um novo ciclo, constituindo uma nova.

Parte quase insubstituível, o retrato vem sendo o legitimador e faz parte da publicidade do casamento. Não só torna pública uma relação como, com o passar do tempo, acaba se confundindo com a lembrança do próprio casamento. [...] Os retratos de casamento das sociedades ocidentais registram esses rituais, de um significado social que muitas vezes sobrevive ao significado original, acabando por alterá-lo²⁹.

Figura 5: Os noivos, 12 de jul 1955, Criciúma-SC.

²⁷ Ibidem, p.30.

²⁸ LEITE, Miriam Moreira. 1993, p.111.

²⁹ Ibidem, p.111 e 112.



Minha avó sorri, mostrando a empolgação em dar um novo passo em sua vida, dado que, a partir daquele momento ela era uma mãe de família. Ao contrário, meu avô não esboça quase que nenhuma reação, para ele o acontecimento já era algo delineado, já que, todo homem, naquele contexto, tinha como obrigação construir e manter uma família, a exemplo de seus pais. “[...] esses rituais simbolizam uma reciprocidade de serviços e de propriedades de bens de produção e consumo, a ascendência masculina e o trabalho feminino, na procriação, na distribuição de bens e serviços e na preservação da família”³⁰.

O vestido era um grande marco em todos os casamentos, muitas horas eram dedicadas à escolha e produção do traje. A cor branca era uma constante, representava a pureza, a castidade, a virgindade e a submissão da jovem. Submissão essa, não só marido e a seu pai, mas também a religião.

Nos preparativos e na confecção do vestido, havia uma ajuda mútua entre os familiares. Isto porque já era difícil obterem um vestido de festa, quanto mais um vestido de noiva. Era uma única vez que o usariam, e pelo fato de a missa de casamento ser um evento público, fazia-se necessário que uma costureira mais experiente o costurasse. Suas mães possuíam em casa uma pequena máquina, onde costumavam as roupas da família, mas apenas as roupas grosseiras de uso diário. Mas, em se tratando de um vestido de noiva, era diferente³¹.

Meu avô a abraça com firmeza pela cintura e a segura pelo braço, além representar a posse, mostra também, a partir daquele momento, para ele, passa a existir um real sentimento de zelo e de responsabilidade por sua nova esposa e pelos futuros filhos que virão.

³⁰ LEITE, Miriam Moreira. 1993, p.113.

³¹ OSTETO, Lucy Cristina. 1997. p.108.

Figura 6: Festa de Casamento, 12 de jul. 1955, Criciúma-SC.



A *festa de Casamento* (Figura 6) é a sequência do momento retratado na foto anterior, agora mostrando o casal e seus convidados. Os retratos feitos com todos os convidados são objetos de exibição e era marco de afirmação e apresentação do novo casal a comunidade, além de ser uma forma de sociabilidade entre a vizinhança. A festa era geralmente realizada na casa do noivo, ou onde se pudesse abrigar e servir o máximo de pessoas, visto que, as festas de casamento de grande sucesso eram vistas como uma forma de receber ou manter o *status* perante as outras famílias.

[...] passam a construir a memória familiar, fixando lembranças da crônica oral e registrando para os descendentes o grande evento matriarcal. Como o retrato deve tornar pública a união, existe uma preocupação que não é só dos noivos, mas das famílias de origem, de produzir um espetáculo para ser apreciado por todos os conhecidos, parentes ou não, para reafirmar que se realizou um ‘bom casamento’. O retrato é tirado quando o casamento é consagrado pelas duas famílias que muitas das vezes ainda são dois ramos da mesma família³².

Figura 7: A nova família, 12 jul. 1955, Criciúma-SC.

³² LEITE, Miriam Moreira. 1993, p.125.



No entanto esse processo até a cerimônia do casamento e a felicidade que circunda o ritual, é sucedido por uma abrupta mudança na vida da mulher. Em *A nova família* (Figura 7), título dado pela autora, o sorriso da noiva não existe mais e sua postura em relação aos outros é de afastamento, demonstrando que ela ainda não está em completa harmonia com a nova família que irá pertencer. É naquele momento que ela realmente entende que sua vida não será mais a mesma, passará a ter uma rotina diferente e com pessoas quase que desconhecidas, em uma casa que não é sua.

Nós morava todo mundo junto. Nós morava aqui, daí, ó, saiu a Maria, no caso, né?! Só ficou a mesma família. No caso, duas ou três mulher, que era a minha mãe e a minhas duas irmã. E eu e meu pai. Mas depois ficou... Aí depois a Maria casou, ficou só a Edite. Depois eu casei, a Luiza veio pra lá, a tua vó, e ficou em três mulher de novo e nós dois, nós dois velho.

Como se pode ver através da entrevista, meu avô não percebeu a dificuldade que minha avó enfrentou ao transformar sua vida tão rapidamente, mudando-se para outra casa, onde sua sogra era a autoridade máxima. Já no seu entendimento, a vida “continuava igual”.

Era na casa da sogra que elas colocavam em prática todo o aprendizado de sua infância e adolescência. Era onde também referendavam a autoridade da sogra que imediatamente era incorporada à sua prática. Quanto ao seu marido, este continuava num primeiro momento (podendo durar até três anos), trabalhando para sua família, para mais tarde ganhar um lote de terra ou comprá-lo de seus pais³³.

Dessa maneira, é retomada a ideia no que diz respeito à fotografia como reflexo de um contexto histórico e social, a partir do momento em que ela é entendida como fonte e analisada profundamente. Contudo apesar de termos alcançado diversos temas, cabe

³³ OSTETO, Lucy Cristina. 1997, p.128 e 129.

ressaltar que infelizmente muitas outras questões não puderam ser discutidas e desenvolvidas. O objetivo desse artigo foi entender como a fotografia de família pode ser empregada para discutir o estilo de vida de uma comunidade. Não coube aqui o questionamento acerca dos costumes e cultura dos retratados, mas sim, como esses pontos podem ser vistos nas fotografias de família.

Conclusão

Após essa breve discussão acerca da metodologia que deve ser empregada ao utilizar a fotografia como fonte primária e todas as problemáticas que podem vir a existir. Deve ter sido entendido que toda a imagem é história, e, portanto, entender que a história “[...] embrenha as imagens, nas opções realizadas por quem escolhe, uma expressão e um conteúdo, compondo através de signos, de natureza não verbal, objetos de civilização, significados de cultura”³⁴. Compreender, também, a ideia das intencionalidades de cada retrato, perpassado pela postura do fotografado, as técnicas empregadas pelo fotógrafo, e até a memória construída através desse tipo de objeto.

Com esse artigo consegui valorizar ainda mais as imagens e principalmente a fotografia como uma fonte a fim de retratar claramente a vida em um determinado contexto, e o que era importante de ser revelado para uma comunidade. E assim “[...] refletir sobre a dimensão histórica da imagem fotográfica e as possibilidades efetivas de utilizá-la na composição de certo conhecimento sobre o passado”³⁵. Entendi empiricamente que as imagens podem sim, falar muito mais que mil palavras.

As imagens são nômades de meios, desmontam seu acampamento em cada novo meio em que se estabelece na história das imagens, antes de mudar-se ao meio seguinte. Seria um erro confundir as imagens com os meios. Os próprios meios são um arquivo de imagens mortas, que somente animamos com o nosso olhar³⁶.

Foi enriquecedor para mim, tanto na pesquisa quanto na escrita, estudar ainda mais a história dos italianos e de seus descendentes na região sul de Santa Catarina, sua cultura e costumes. Porém acredito que me aprofundar sob os retratos da minha própria família foi de grande valia, não só para a minha experiência acadêmica e como historiadora, mas também, como pessoa. Já que compreendi, com todas as nuances que isso carrega que rever a história da minha família é rever também a minha própria história.

³⁴ MAUAD, Ana Maria. 1996, p.15.

³⁵ Ibidem.

³⁶ BELTING, H. 2016. p. 48.

Fontes

Fontes Fotográficas

Missões de Igreja, déc 40, bairro Mãe Luiza em Criciúma-SC.

Saul Abel Dário e sua bicicleta, 1948, Criciúma-SC.

Família Dário, 1948, Criciúma-SC.

Trabalho, sem data, Criciúma-SC.

Os noivos, 12 de jul 1955, Criciúma-SC.

Festa de Casamento, 12 de jul. 1955, Criciúma-SC.

A nova família, 12 jul. 1955, Criciúma-SC.

Fonte Oral

DÁRIO, Saul Abel. Criciúma. 27 dez. 2021.

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. **Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 11f

BAUER, Carlos; PISANESCHI, Lucilene Schunck C.; FREITAS Viviane. Fotografia Como Fonte Histórica: desafios postos à historiografia contemporânea. **Veredas**: Revista Interdisciplinar de Humanidades, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 156-175, dez/jun, 2021-2022. CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C.F e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia**, RJ, Campus, 1997, p. 568-590.

FAVARO, Cleci Eulália. “Mulheres Italianas” e o imaginário coletivo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul- dez 2003, p. 661-680. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000200027/9213>

História FM: 083 História Oral e Memória: o que você precisa saber para entender. Entrevistada: Prof. Marta Rovai. Entrevistador: Prof. Icles Rodrigues. [Locução de] Prof. Icles Rodrigues. [S.I.]: Leitura Obrigatória. 31 de janeiro. Podcast Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1a10ocgfAoOXHN0sPWSHgw?si=29694a563ca04fa2>

Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, RJ, vol. 1, nº2, 1996, p.73-98.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 14, p. 33-48, jan./jun. 2016.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. “História e Fotografia.” In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (Orgs.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 265-280.

OTTO, Clarícia. As cicatrizes da emigração. In: José Carlos Radin. (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens**. 1º ed. Joaçaba: UNOESC, 2005, v. 01, p. 225-242.

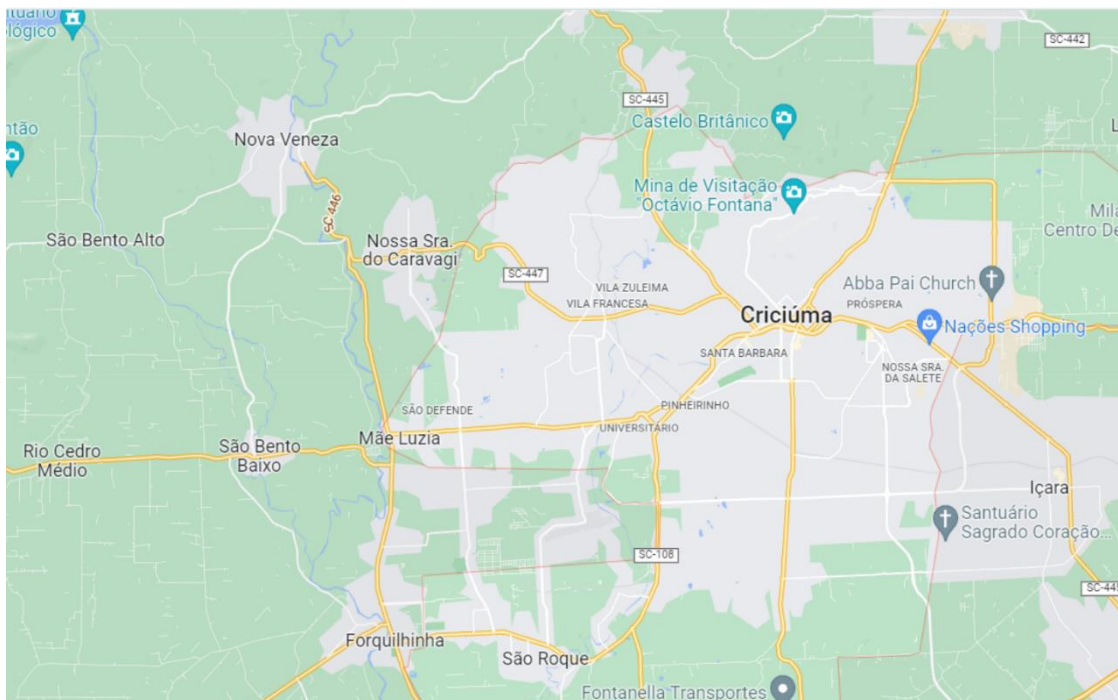
OSTETO, Lucy Cristina. **Vozes que recitam, lembranças que se refazem: Narrativas de descendentes italianas/os. Nova Veneza – 1920-1950**. Florianópolis: UFSC Dissertação de mestrado em História. 1997.

RÉCHIA, Karen Christina. “Espalhando brasas”: reminiscências femininas que reinventam o cotidiano de uma aldeia. In: **Lembranças íntimas de minha avó: partos, parteiras e outras histórias em Treze de Maio -SC**. Florianópolis: UFSC Dissertação de mestrado em História. 1998.

Anexos

Anexo I - Mapa da região

“Retratos de família”: Descendentes de italianos no interior do município de Criciúma – Maria Luiza Dário Batalha



Fonte: Google Maps.

O universo alimentar do açoriano-catarinense no livro *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*

The food universe of the Azorean-Catarinense in the book “O Fantástico na Ilha de Santa Catarina”

Mariana Kilpp Silva¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo conhecer o universo alimentar do açoriano-catarinense representado por Cascaes em *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Em meio a um imaginário bruxólico, o livro apresenta relatos dos hábitos de vida e das manifestações culturais daquele povo, naquela época. Tanto a literatura, quanto os processos alimentares, podem atuar como instrumentos de reconhecimento e reforço das identidades e construção de patrimônios culturais. Assim, identificou-se a importância e a riqueza da literatura de Cascaes no estudo das práticas e das identidades alimentares, construindo a memória afetiva individual e coletiva que consolida as tradições culinárias dos açoriano-catarinenses.

Palavras-chaves: Franklin Cascaes; Ilha da Magia; Florianópolis; Identidade Alimentar.

Abstract: This article aims to know the food universe of the Azorean-Catarinense represented by Cascaes in *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. In the midst of a witchcraft-inspired imaginary, the book presents accounts of the lifestyle habits and cultural manifestations of that people during that time. Both literature and food processes can act as instruments of recognition and reinforcement of identities and construction of cultural heritages. Thus, the importance and richness of Cascaes' literature in the study of food practices and identities were identified, building individual and collective affective memory that consolidates the culinary traditions of the Azorean-Catarinenses.

Keywords: Franklin Cascaes; Magic Island; Florianópolis; Food Identity.

Introdução

Para responder às perguntas dos pesquisadores sobre a sociedade em diferentes épocas, a literatura é aliada da história como recurso ilustrativo de uma afirmação pretérita. Seja ela realista, fruto da vivência do autor ou uma transfiguração fantasmática, configura-se como um registro do seu tempo, sendo um domínio da metáfora da escrita, da forma alegórica da narrativa que diz sobre a realidade de uma outra forma, para dizer além².

¹ Doutoranda em Patrimônios Alimentares, Culturas e Identidades na Universidade de Coimbra e Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Panificação e Confeitaria no IFSC. Email: mariana.kilpp@ifsc.edu.br

² PESAVENTO, 2003.

Tanto a literatura, quanto a alimentação, são diferentes formas de se conhecer e reforçar as identidades dos povos e, conseqüentemente, construir representações de patrimônios culturais, pois nelas, em muitas ocasiões, estão refletidos os hábitos e a cultura popular de uma comunidade. Dois exemplos de autores que uniram a literatura com a alimentação foram Gilberto Freyre (pernambucano) e Luís da Câmara Cascudo (potiguar), que se dedicaram as práticas alimentares tradicionais, como fatores construtivos da identidade nacional, buscando as raízes frente ao progresso e à urbanização, ressaltando a cozinha como patrimônio cultural a ser valorizado.³ De forma semelhante, em Santa Catarina, Franklin Cascaes, folclorista, gravurista, etnógrafo, escultor e escritor, se preocupava em registrar os hábitos de vida e as manifestações culturais açoriano-catarinenses, que vinham desaparecendo devido à modernização e ao progresso que chegavam no estado de Santa Catarina.

A Ilha de Santa Catarina pertence ao município de Florianópolis. Também conhecida por Ilha da Magia, no sul do Brasil, possui um universo alimentar multiétnico devido à influência de diferentes povos residentes de origem e colonizadores, como indígenas, africanos, portugueses, alemães, italianos, poloneses, holandeses, sírio-libaneses, outros.⁴ Dentre os marcadores identitários da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis) está a cultura de base açoriana, sedimentada por Franklin Cascaes, que preservou em sua arte a memória coletiva de um povo, transformando-a em patrimônio histórico local.⁵

Em sua obra *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*, o autor aborda em forma de contos a sociedade do seu ambiente social, religioso e o inconsciente popular fantasmagórico dos imigrantes açorianos, com relatos de crenças em demônios, lobisomens, saci-pererê, e principalmente em bruxas.⁶ E dentro das narrativas pode-se encontrar diversas citações ao universo alimentar da comunidade açoriano-catarinense.

Dentre as justificativas para a realização desta pesquisa está o fato de que Cascaes foi o primeiro estudioso a tratar formalmente saberes que eram apenas narrados pelos mais velhos. Teve a vida dedicada ao registro cultural local, além de forjar um olhar sem paralelos nos registros historiográficos e antropológicos catarinenses.⁷ Adicionalmente, existem poucas publicações sobre a história da alimentação dos ilhéus açoriano-catarinenses e a pesquisa do universo alimentar na obra de Cascaes é inédita.

³ DUTRA, 2004.

⁴ SOUSA, 2010.

⁵ MAKOWIECKY; CHEREN, 2019, p. 63.

⁶ CASCAES, 2015, p. 10.

⁷ SOUZA, 1996.

Desta forma, surge a seguinte pergunta de partida: Como Franklin Cascaes interpretava e criava para si e para seus leitores os hábitos alimentares dos açoriano-catarinenses da Ilha de Santa Catarina? Para responder a esta indagação, o objetivo geral do trabalho consistiu em conhecer o universo alimentar do açoriano-catarinense representado na obra *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina* de Franklin Cascaes. E como forma de atingir esta meta teve-se como base os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os alimentos consumidos pelos açorianos-catarinenses em *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*;
- Conhecer a procedência (pesca, caça, agricultura, etc.) dos alimentos presentes na dieta desta comunidade;
- Identificar os horários e tipos de refeições realizadas;
- Identificar preparações alimentares e pratos típicos;
- Investigar práticas e hábitos alimentares da comunidade açoriano-catarinense.

Desenvolvimento

Para Pesavento (2003) a história se aproveita da literatura como um recurso ilustrativo sobre o passado, confirmando fatos ou ideias. A literatura oferece o mundo como texto, onde podem-se encontrar respostas para perguntas e expectativas sobre a realidade de determinada época. Ambas, história e literatura, apresentam como referência o real para a construção de sistemas de representações e significados que os homens dão ao mundo.

Ainda, a literatura pode trazer o real ou a ficção, e são os debates entre o verdadeiro e o falso que vão sugerir os distanciamentos entre a história e a própria literatura. Ao analisar uma fonte literária, o pesquisador necessita cruzar fontes que possam fornecer redes de significados com potencial explicativo para revelar os sentidos. Assim, o resultado se configura em uma versão aproximada do que realmente aconteceu um dia.⁸

E para uma melhor compreensão do universo alimentar na obra de Cascaes foram realizadas buscas de dados históricos já registrados acerca da dieta e da identidade alimentar dos açoriano-catarinenses, aliando literatura e história. Adicionalmente, devido à diversidade da cozinha brasileira nos âmbitos regionais e sociais, para conhecer suas nuances e identidades é necessário imergir nos aspectos alimentares desde o princípio da história dos lugares.⁹

⁸ PESAVENTO, 2003.

⁹ KASPAR, 2019.

O povoamento pelos açorianos na Ilha de Santa Catarina, à época chamada Nossa Senhora do Desterro, ocorreu a partir de 1748 até 1756, quando aproximadamente 6.000 imigrantes chegaram, em maior parte do arquipélago dos Açores, mas também da Madeira¹⁰, em terra habitada por índios carijós, para atender aos interesses da Coroa Portuguesa em povoar rapidamente a região e evitar a invasão espanhola.¹¹ Para Cascaes, os recém-chegados eram povos mesclados, inteligentes, audaciosos, de espírito astucioso, religiosos e arreigados em credences mitológicas.¹² Então, conhecer o universo alimentar do povo açoriano-catarinense através da literatura de Franklin Cascaes é revisitar causos, histórias e credences descritas pelo autor em sua vivência de mais de 70 anos na Ilha da Magia.

Cascaes nasceu em outubro de 1908, filho mais velho de 12 irmãos, criado na praia de Itaguaçu, à época pertencente ao município de São José e hoje à Florianópolis continental. Entrou pela primeira vez em uma escola aos 20 anos de idade, na Escola de Aprendizes Artífices, atual Instituto de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, tornando-se professor da mesma instituição no ano de 1941. Sua obra é composta por relatos, escritos, esculturas, artesanatos, desenhos e contos de histórias do imaginário açoriano, com representações do dia-a-dia dos moradores da ilha e também dos seus visitantes. Nos contos de Cascaes encontram-se relatos das tradições, manifestações populares, hábitos alimentares, religiosidade, espiritualidade, trabalho, relações familiares, dentre outras questões da vida em sociedade.

Segundo Liz (2016), para Cascaes o progresso, as reformas urbanas e políticas que chegavam em Santa Catarina em meados do século XX eram prejudiciais para as manifestações culturais, fator principal da guarda e registro destas por meio da arte. Para o autor, a modernidade passa a ser motivo de preocupação, pois os *filhos da terra* já não se interessavam mais por perpetuar os hábitos e crenças cotidianas, novas culturas estavam sendo impostas, desqualificando os produtores da cultura de base açoriana original.¹³ Cascaes ainda se preocupava com o crescimento e identificação da cultura de base alemã no estado, descaracterizando e fazendo com que a cultura de base açoriana perdesse força no cenário catarinense. Além disso, a representação de Santa Catarina como um estado luso-brasileiro também foi política das elites estaduais da época, demonstrando a necessidade do trabalho artístico de Cascaes.¹⁴

¹⁰ ROCHA, 2018, p. 55.

¹¹ PEREIRA, 2004.

¹² CASCAES, 2015, p. 21.

¹³ SOUZA, 2000.

¹⁴ SOUZA, 1996.

O artista sempre misturou o que vivia e o que era contado para si em sua arte, mesclando nos escritos a realidade do povo com a ficção, reforçando a identidade do *manezinho* através da memória da comunidade. *Manezinho* é o termo que se refere ao florianopolitano descendente de açoriano, que hoje é visto de forma elogiosa, mas antigamente de forma pejorativa, pois via-se como alguém de uma cultura inferior, atrasada e que não se adequava às modernidades.¹⁵

Seguindo a linha de raciocínio de Cascaes, a valorização da cultura de base açoriana passa a ser uma constante a partir do Congresso de Florianópolis em 1948, em que se comemorou o bicentenário da colonização na região. No entanto, o reconhecimento do artista deu-se apenas a partir de 1973, quando do seu ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Museu de Antropologia. Alguns anos depois, somando-se a outros eventos, Cascaes teve sua obra alçada a um patamar de registro da cultura de Florianópolis.¹⁶

Em busca de suas origens e preservação da cultura de base açoriana na Ilha da Magia, Cascaes então descreve em suas narrativas literárias um passado rural do povo açoriano-catarinense que se mistura com um imaginário bruxólico e místico. Dos registros de campo do autor surgem 24 contos escritos entre 1946 e 1975, que compõem as obras, *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina* I e II, publicadas nos anos 1975 e 1992, respectivamente. No entanto, para esta pesquisa foi selecionada a versão de 2015, publicada pela UFSC, em que foram reunidos os dois volumes em um único livro.

Nas narrativas escritas por Cascaes pode ser encontrado o cotidiano da vida próxima ao mar, da pesca, da lavoura, além de diversas descrições dos hábitos alimentares presentes na vida dos açoriano-catarinenses de vertente católica. Vale ressaltar que a relação do homem com a comida possui caráter multidimensional e envolve questões de comportamento, cognição, psicológicas, culturais, individuais e coletivas, fazendo com que a comida não sirva apenas para nutrir, mas também significar. Apresentando-se como fundamental para o senso de identidade.¹⁷

E para conhecer o universo e as identidades alimentares do açoriano-catarinense no imaginário de Cascaes, o conteúdo extraído da obra *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina* foi agrupado e dividido entre as seções a seguir:

Homem lavrador e pescador

¹⁵ Idem.

¹⁶ PEREIRA, 2004.

¹⁷ FISCHLER, 1988.

No primeiro conto *Eleição bruxólica* de 1955, Cascaes já refere que os açoriano-catarinenses (personagens principais) viviam da pesca artesanal e da cultura de mandioca, feijão e milho.¹⁸ Portanto, são essencialmente lavradores e pescadores¹⁹, homens da terra, mas também do mar. Tanto os peixes quanto a mandioca e o milho foram heranças indígenas indispensáveis na alimentação cotidiana dos açoriano-catarinenses. Estes alimentos ainda são consumidos e apreciados nos dias atuais, no entanto, com algumas mudanças nos processos de preparo.²⁰ Todas as mudanças e adaptações que os açorianos precisaram fazer em suas dietas deviam-se ao fato de que não eram encontrados na terra nova os produtos e temperos da sua culinária original.²¹

Apesar da herança indígena citada, nos Açores, a partir do século XVII, o milho já estava introduzido na cultura alimentar do povo, no entanto, era utilizado nas formas de papas ou de farinhas para a produção de pães e broas, tanto que no século XIX passou a ser a principal fonte de grãos comestíveis do arquipélago.²² Ou seja, o alimento já fazia parte da dieta dos emigrantes, sendo que o acomodaram a novas formas de preparação e consumo.

Cascaes refere também que além destes alimentos, os primeiros colonizadores, com o auxílio dos indígenas, ainda plantavam batatas, cebolas e faziam peixe escalado com sal para o transporte destes alimentos para outras regiões do estado.²³ Quem não pescava, comprava peixe para escalar, e garantir o alimento para toda a semana.²⁴ As bancas de vender peixes localizavam-se na praia do Mercado Público, no centro da cidade. Já a técnica de escalar foi levada pelos açorianos à Ilha de Santa Catarina durante o povoamento e consiste em abrir o peixe pelas costas, retirar o espinhaço, lavar em água corrente, retirar as escamas e fazer cortes laterais na pele. Em seguida, tempera-se com sal e deixa secar ao sol durante dias em gaiolas com telas (tipo mosquiteiro), recolhendo-se ao anoitecer. Os peixes escalados podem ser consumidos de um ano para o outro, crus, cozidos ou assados. A técnica foi desenvolvida para permitir que a população pudesse estocar os peixes, que desapareciam em determinadas épocas do ano devido aos ventos no arquipélago dos Açores.²⁵

¹⁸ CASCAES, 2015, p. 22, 73, 144, 188.

¹⁹ *Ibidem*, p. 78, 213, 217.

²⁰ FARIAS, 2000, p. 447.

²¹ *Ibidem*, 2000, p. 450

²² MENESES, 1993-1995; MACHADO, 1994 *apud* MARTINS, 1997

²³ CASCAES, 2015, p. 35.

²⁴ *Ibidem*, 2015, p. 64.

²⁵ SIMÕES, 1999, p. 107.

No conto *Baile das bruxas dentro de uma tarrafa de pescaria*, de 1952, Cascaes cita a pesca da tainha²⁶, outro peixe citado é a corvina. E para as pescarias os pescadores costumavam usar tarrafas.²⁷ Eles eram considerados corajosos e indomáveis homens do mar, pois a pesca artesanal era considerada uma profissão árdua.²⁸

Ao chegarem à ilha, os imigrantes se depararam com realidades climática e geográfica distintas da Europa, enfrentaram dificuldades agrárias e tiveram que substituir muitos dos alimentos consumidos no arquipélago dos Açores.²⁹ Segundo Caruso (2000, p. 101), os açorianos precisaram aprender a pescar com tarrafas e redes de arrasto, diferente de como faziam nos Açores. Também foram obrigados a viver da pesca artesanal e da agricultura de subsistência inicialmente, e de engenhos de farinha de mandioca, açúcar e cachaça posteriormente. Importante destacar que, segundo Cascaes, a pesca era comum, no entanto, não era suficiente para as despesas de alimentação da família.³⁰ Por isso, na maioria das vezes tinha que estar associada ao trabalho na lavoura. Além disso, há um relato de que o lavrador depois de muitos anos de trabalho árduo na roça, conseguiu montar uma bodega de secos e molhados, onde a vida se tornava mais fácil.³¹

Observa-se então que os hábitos alimentares e a culinária dos Açores eram diferentes do que estava sendo construído na Ilha de Santa Catarina. O desenvolvimento da pesca e o hábito do consumo de peixes na nova terra, como citou Cascaes, com a consequente diminuição da carne bovina e dos queijos, muito consumidos nos Açores, fez com que surgissem novos hábitos alimentares específicos aos açorianos-catarinenses.³²

Alimentos e pratos típicos

Os alimentos e pratos que compõem uma cozinha típica estão associados ao sentimento de pertencimento e representam o modo pelo qual as pessoas querem ser vistas e reconhecidas.³³ Além disso, são preparações frequentes em festas da comunidade e muitas vezes possuem

²⁶ CASCAES, 2015, p. 73.

²⁷ *Ibidem*, p. 78, 105, 111, 187.

²⁸ *Ibidem*, p. 98.

²⁹ KASPAR, 2019.

³⁰ CASCAES, 2015, 188.

³¹ *Ibidem*, p. 218.

³² ANTONINI, 2003.

³³ MACIEL, 2001.

receitas diferentes das suas origens, por serem modificadas ao longo dos anos e readaptadas às novas realidades.³⁴

Dentre os alimentos mais citados na obra encontrou-se a mandioca, para Cascaes, a *mani-oka* dos índios.³⁵ No conto das *Mulheres bruxas atacam cavalos* de 1951, observou-se a importância do alimento para a comunidade, pois os lavradores levam ramos de mandioca para o padre benzer para alcançarem sucesso na colheita. Outros alimentos que também receberam a bênção foram feijão, milho, cana-de-açúcar e alho.³⁶ No conto *As bruxas e o noivo* de 1964, Cascaes cita roça de mandioca e aipim sem fazer nenhuma diferenciação entre as raízes e, no caso da mandioca, o consumo principal era em forma de farinha, em que a raiz era raspada, peneirada e forneada.³⁷ Além da farinha de mandioca, outro produto confeccionado era o polvilho de mandioca seco ao sol.³⁸

As personagens que possuíam muitas terras, também possuíam engenhos para a fabricação de farinha de mandioca, açúcar e cachaça. Os engenhos também contavam com monjolos para moer milho.³⁹ O engenho para a produção de farinha de mandioca foi considerado a primeira grande inovação dos povoadores de Nossa Senhora do Desterro.⁴⁰

Dentre as narrativas de Cascaes observou-se a presença de alguns pratos típicos da região, como o peixe escalado⁴¹, já citado anteriormente, e o pirão de farinha de mandioca com peixe assado na folha de bananeira, que são pratos rotineiros na dieta alimentar do açoriano-catarinense.⁴² O pirão é um prato típico da alimentação de todo o território brasileiro, e pode ser de dois tipos: escaldado e mexido (cozido). O escaldado geralmente é feito com caldo de peixe, ou camarão, ou caldo de feijão ou caldo de carne derramado sobre a farinha seca da mandioca. O mexido exige um preparo mais elaborado: a farinha é lançada no caldo fervente até que atinja a consistência desejada.⁴³

O beiju e a rosca aparecem em mais de uma ocasião como alimentos destinados aos lanches.⁴⁴ Além dos alimentos consumidos com frequência, encontrou-se citação de uso de leite

³⁴ GARCIA, 2003.

³⁵ CASCAES, 2015, p. 43, 48, 56, 57, 80, 160.

³⁶ *Ibidem*, p. 57, 58.

³⁷ *Ibidem*, p. 188.

³⁸ *Ibidem*, p. 113.

³⁹ *Ibidem*, p. 24, 169.

⁴⁰ FIDALGO, 2002, p. 49.

⁴¹ CASCAES, 2015, p. 64, 79.

⁴² *Ibidem*, p. 62.

⁴³ CASCUDO, 2016.

⁴⁴ CASCAES, 2015, p. 105, 113.

de cabra⁴⁵, galinhas, ovos⁴⁶, carne de porco, banha e morcilha, mas consumidos raramente. No início do povoamento da ilha, Augusto de Saint-Hilaire em *Viagem à Província de Santa Catarina*, descreveu que nesse mesmo período as famílias desta região eram miseráveis, compostas essencialmente por lavradores que viviam quase que exclusivamente de farinha de mandioca, peixe cozido na água e laranjas, que eram abundantes no estado. Também havia goiabas, limões, bananas, milhos, batatas, frutos e peixes. Os habitantes da ilha também recolhiam mariscos dos mangues e pedras, raramente comiam toucinho e carne de vaca.⁴⁷ Esta última muito consumida nos Açores, onde segundo Massot (2015), possui maior parte da sua superfície agrícola composta por pastagens permanentes para a criação extensiva de gado, poucas terras aráveis (para o cultivo de milho forrageiro da alimentação bovina) e quase nenhuma terra destinada à culturas permanentes, sendo a vinha a principal.

Diferentemente da mandioca dos açoriano-catarinenses, no arquipélago dos Açores, o trigo era considerado o alimento básico, no entanto, ao ser levado ao Brasil, não resistiu ao clima e suas terras enraizadas pelas grandes florestas.⁴⁸ Quando há deslocamento de povos, como o caso da imigração dos açorianos para a ilha, as dificuldades de acesso aos ingredientes fazem com que surjam mudanças, desconstruções e reconstruções.⁴⁹ Observa-se, então, que a comida regional e da mesma forma, a típica, não consiste apenas da comida nativa, mas sim na fusão cultural da formação, colonização e até da própria evolução.⁵⁰ A cozinha típica compreende a tradição, a história, os sabores, as técnicas e as práticas culinárias e seu resgate pode acarretar à elevação dos alimentos e pratos à níveis patrimoniais que buscam a revalorização das raízes culturais do povo.⁵¹

Funções, refeições, horários e práticas de saúde relacionadas com a alimentação

O trabalho na cozinha era atribuição das mulheres, que quando não podiam exercer, delegavam as funções às filhas.⁵² No conto *A bruxa mamãe* de 1964, pode-se observar que Cascaes cria personagens que dão a entender que mulheres que não cozinham, ou que vão contra as vontades dos maridos, são bruxas. Observou-se, ainda, que em alguns casos a comida dos

⁴⁵ Ibidem, p. 79.

⁴⁶ Ibidem, p. 153, 182.

⁴⁷ CASCUDO, 2016.

⁴⁸ COELHO; PEREIRA, 2003.

⁴⁹ POULAIN, 2002.

⁵⁰ GARCIA, 2003.

⁵¹ BELUZZO, 2004.

⁵² CASCAES, 2015, p. 67.

adultos e das crianças eram diferentes. Enquanto os pais comiam no almoço ensopados de camarões com pirão, as crianças comiam batata cozida e tomavam café.⁵³

Quanto aos horários das refeições, há um conto em que se cita o almoço às nove horas da manhã, a janta ao meio-dia, café à tarde e ceia à noite, estes dois últimos sem informações das horas.⁵⁴ Algumas senhoras reuniam-se para chás, onde também se serviam café, cuscuz, broa, beiju e rosca.⁵⁵

Diferentemente, o almoço nos Açores era servido entre seis e sete horas da manhã e era composto por pães e sopas com pão de milho. Em algumas ocasiões era servido batata cozida ou assada no forno, com leite⁵⁶, assemelhando-se ao citado por Cascaes. Com relação ao jantar, nos Açores era praticado ao meio dia, igual faziam os açorianos-catarinenses citados por Cascaes, porém, raramente havia presença dos homens dentro das residências, pois neste momento estavam trabalhando nas lavouras. Diferentes também eram os alimentos servidos no arquipélago, que consistiam de pão de milho, queijo, peixe frito ou seco, torresmo de entre banha ou vinha-d'alho. As mulheres e crianças jantavam em casa, geralmente pão, queijo de cabra e ovo cozido. Para a ceia dos Açores, que acontecia no começo da noite, a família toda reunia-se e eram consumidos caldos de hortaliças com abóbora, batatas, feijão e pão de milho.⁵⁷

Já relativos à saúde, em um diálogo de parentes, uma personagem solicita a troca de uma vaca que acabou de parir, por uma que havia parido há mais tempo. O motivo era que na família havia uma criança que não estava sendo amamentada pela mãe e precisava de leite de vaca que não fosse novo, sendo este considerado um veneno.⁵⁸ Outro alimento citado foi o caldo de galinha, que era indicado para mulheres grávidas⁵⁹. Segundo Araújo (2019) a canja de galinha é uma referência na gastronomia portuguesa, com origem remontada ao século XVI e indicada para fins terapêuticos, apresentando função retemperadora e revitalizante. É associada também a celebrações e outras festividades, sendo uma marca da identidade nacional portuguesa que passou de alimento-medicamento para hábito alimentar do cotidiano português. Ainda, a galinha era a ave mais popular nos Açores, sendo inclusive utilizada em prato típico da ilha, na forma de galinha ensopada com mamão verde.⁶⁰

⁵³ *Ibidem*, p. 67.

⁵⁴ *Ibidem* 15, p. 80.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 181.

⁵⁶ FARIAS, 2000, p. 448.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ CASCAES, 2015, p. 35.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 119.

⁶⁰ SOUSA, 2010.

O café, comum nos hábitos diários dos açoriano-catarinenses, era servido as visitas, algumas vezes acompanhado de roscas⁶¹, e outras vezes oferecido para acalmar os ânimos dos moradores da ilha. Uma prática comum é oferecer café quando chega visita, ou espera-se tomar o café quando se vai à casa de alguém.⁶² Além do café, as personagens também possuem o costume de oferecer comida aos visitantes em um gesto de hospitalidade e acolhimento. As cozinhas relatadas nos contos eram de chão batido⁶³, com fogões à lenha⁶⁴, com panelas, pratos e tigelas confeccionadas em barro.⁶⁵

Vê-se então que os imigrantes levaram à Ilha de Santa Catarina, além de utensílios de cozinha, novas maneiras de preparar peixes, além de frutos do mar, utilização do sal, hábito de consumo do café e outras formas de cozinhar, temperar e conservar os alimentos.⁶⁶

O setor alimentício na crítica à modernidade própria de Cascaes

Cascaes também desenvolve personagens com características de um povo inocente, típico estereótipo do *manezinho*, personagens alheios às modernidades e que creem nas mentiras contadas por políticos que vão à comunidade angariar votos. As promessas são compostas por doações de galinhas que já colocam ovos cozidos, fritos, com sal, e também com açúcar feito bolo. Além de vacas que dão leite, coalhada, manteiga e queijo, tudo pronto dentro delas ou então parreiras de uvas de toda qualidade em cachos e vinho engarrafado, ou cana-de-açúcar que nasce já açúcar e meado sem precisar passar na moenda e a garapa no fogo.⁶⁷ Ao analisar estas histórias de Cascaes, observa-se que o que está sendo prometido nada mais é que a industrialização e os mercados chegando à comunidade.

No conto *Três bruxas viraram galinhas brancas* de 1965, Cascaes menciona que no universo bruxólico as bebidas e os alimentos utilizados pelas bruxas eram transportados por animais aéreos monstruosos desde os armazéns a supermercados em enormes estabelecimentos.⁶⁸ Dentre as modernidades citadas também estão os restaurantes do Mercado Público, local de encontro e conversas dos *manezinhos*, citado no conto *Madame bruxólica e o saci-pererê* de 1975.

⁶¹ CASCAES, 2015, p. 25, 38, 73.

⁶² Ibidem, p. 68, 135, 170.

⁶³ Ibidem, p. 43, 103.

⁶⁴ Ibidem, p. 161, 215.

⁶⁵ Ibidem, p. 44, 74, 163.

⁶⁶ ANTONINI, 2003.

⁶⁷ CASCAES, 2015, p. 22, 23.

⁶⁸ CASCAES, 2015, p. 212.

Para Batistela (2007), a obra de Cascaes vai além do registro da tradição e identidade dos açoriano-catarinenses, trata-se de uma crítica à modernização filiada às correntes artísticas europeias em que se encontram também Goya, Baudelaire, Kafka e Benjamin. Tudo isso porque o modo de vida dos açorianos-catarinenses não era baseado em relações capitalistas, como ocorria nas colônias alemãs no estado, que estavam em constante progresso econômico na época.⁶⁹

Assim, repleto de críticas às modernidades, e de medo do novo e do desaparecimento das memórias da cultura daquela comunidade, Cascaes torna-se grande impulsionador da valorização da cultura de base açoriana. Cultura esta criada a partir de uma teia de imagens que ressignificaram a origem açoriana, a história, e a identidade cultural da Ilha da Magia, onde tradições foram inventadas para subverter o tempo e o espaço a fim de consolidar a história.⁷⁰ Souza (1996) ainda refere que Cascaes, a partir da sua própria experiência cultural local, formulou um discurso acerca da realidade cultural dos açoriano-catarinenses remodelando a tradição cultural local. Desta forma, ao estudar os hábitos alimentares dos açorianos-catarinenses na obra do autor, faz-se lembrar do termo *Tradição inventada* de Hobsbawn & Ranger (1984, p. 9), por comporem conjuntos de práticas construídas e institucionalizadas que se repetem através de valores e normas de comportamento e representam uma continuidade em relação ao passado.

Pois a tradição culinária do ilhéu não veio diretamente dos Açores com seus imigrantes, mas foi construída ao longo dos anos com as condições impostas pela terra nova. Vale ressaltar que a identidade é um processo dinâmico e está em constante reconstrução, da mesma forma que as referências identitárias das cozinhas estão sujeitas a constantes transformações.⁷¹

Desta forma, vê-se o quanto a obra de Cascaes é profunda e grandiosa.⁷² As vastas citações do universo alimentar dos açoriano-catarinenses em quase todos os contos, exceto 3 dos 24, indica a importância e riqueza da literatura de Cascaes no estudo dos hábitos e da identidade alimentar do *manezinho* da ilha. As práticas alimentares observadas em *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina* preenchem os espaços, identificam as personalidades das personagens e os valores sociais daquela comunidade lavradora e pesqueira, construindo assim a memória afetiva individual e coletiva que consolidam as tradições culinárias dos açoriano-catarinenses.

⁶⁹ CORREA, 2017.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ MACIEL, 2005.

⁷² SOUZA, 2000.

Considerações finais

Ao conhecer e analisar o universo alimentar na obra de Cascaes, comparando com as publicações sobre a história da alimentação da comunidade da Ilha de Santa Catarina e também dos Açores, pode-se concluir que os hábitos alimentares dos açorianos-catarinenses são compostos por mesclas de produtos e saberes trazidos do arquipélago dos Açores, com produtos e saberes da nova terra.

A escolha de Franklin Cascaes para esta pesquisa foi prudente e justificou-se por ser o autor catarinense que mais pesquisou a cultura de base açoriana na ilha, retratada num imaginário fantástico. E ao construir essa ligação com o passado dos imigrantes, Cascaes teve um importante papel também na conscientização, valorização e orgulho desta cultura para as novas gerações.

O reconhecimento, estudo e preservação das identidades alimentares dos açoriano-catarinenses por meio dos contos de Cascaes permitem que sejam construídos e divulgados os patrimônios alimentares pertencentes à comunidade da Ilha de Santa Catarina. Pois só se protege patrimônio que se conhece e se relaciona com o cotidiano da comunidade.

A literatura de Cascaes deve ser caracterizada como um bem cultural que retrata quem foram os açoriano-catarinenses que povoaram a Ilha da Magia, podendo se entender quem são seus descendentes hoje e o que desejam ser para o futuro.

Bibliografia

ANTONINI, Bianca Oliveira. **A Gastronomia típica da Ilha de Santa Catarina: Um elemento de importância para o turismo cultural.** Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria), Universidade do Vale do Itajaí, 2003.

ARAÚJO, Maria José. Canja de Galinha - das origens aos dias de hoje. Multiplicidades e dinâmicas de um património alimentar português. **Anais do 6º Colóquio Diaita Luso-brasileiro de História e Culturas da Alimentação**, Universidade de Coimbra, Portugal, 2019.

BATISTELA, Kellyn. **Franklin Cascaes: Alegorias da modernidade na Florianópolis de 1960 e 1970.** Dissertação (Mestrado em Literatura), UFSC, 2007.

BELUZZO, Rosa. A Valorização da Cozinha Regional. **1º Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar**, Brasília - DF. Coletânea de palestras. Brasília, 2014.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. **Índios, baleeiros e imigrantes: a aventura histórica catarinense.** Tubarão: Editora Unisul, 2000.

CASCAES, Franklin. **O fantástico na ilha de Santa Catarina.** 1 ed., 2ª impressão. Florianópolis: Ed. da UFSC, 272 p., 2015.

- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 1 ed. digital. São Paulo: Global. Edição do Kindle, 2016.
- COELHO, Gelci José; PEREIRA, Francisco do Vale. Receitas utilizando o pilão como processador de alimentos. **Revista do Projeto Pilão da Ilha**. Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral” –Florianópolis, UFSC, 2003.
- CORREA, Marcela Krüger. **Da ilha de lá à ilha de cá: a construção da identidade açoriana no litoral catarinense**. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC, 2017.
- DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. Nação, Região, Cidadania: A construção das cozinhas regionais no Projeto Nacional Brasileiro. **Campos: Revista de Antropologia Social**, v. 5, n. 1, p. 93-110, Curitiba, 2004.
- FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo: 500 anos, litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental**. 2 ed. Florianópolis: Edição do autor, 2000.
- FIDALGO, Manuel Caçoilo. **Santa Catarina e Rio Grande do sul**. Adaptação renovação – afirmação açoriana no sul do Brasil. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2002.
- FISCHLER, Claude. Food, Self and Identity. **Social Science Information**, v. 27, n. 2, p. 275-292, Londres, 1988.
- GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 4, p. 483-492, Campinas, out./dez., 2003.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KASPAR, Katerina Blasques. Gastronomia e literatura na formação da identidade nacional. **Revista Contextos da Alimentação**, v. 4, n. 2, p. 2-10, São Paulo, mar., 2019.
- LIZ, Pamela Amorim. **O homem das bruxas: memórias e apropriações de Franklin Cascaes**. Dissertação (Mestrado em História), UFF, 2016.
- MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 16, p. 145-156, Porto Alegre, dez., 2001.
- MACIEL, Maria Eunice. Olhares antropológicos sobre a alimentação Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A. M., GARCIA, R. W. D. **Antropologia e nutrição: um dialogo possível**, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 49-55.
- MAKOWIECKY, Sandra; CHEREM, Rosângela Miranda. **Passado-presente em quadros: uma antologia da história da arte em Santa Catarina**. Florianópolis: AAESC, 2019.
- MARTINS, Rui de Sousa. O pão no arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura. **Arquipélago – História**, 2ª série, p. 119-170, 1997.
- PEREIRA, Luciano José dos Santos Baptista. A cultura e o imaginário açoriano-catarinense na obra literária de Franklin Cascaes. **Atas/Anais III Colóquio Anual de Lusofonia**, Bragança, p. 109-117, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, n. 14, p. 31-45, Pelotas, set., 2003.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Atlas geográfico de Santa Catarina: população** – Fascículo 3. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018.

SIMÕES, Aldírio. **O pirão nosso de cada dia**. 1 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1999.

SOUZA, Evandro André de. Franklin Cascaes: uma cultura em transe. **Esboço**, v. 4, n. 4, p. 79-89, Florianópolis, jun./dez., 1996.

SOUZA, Evandro André de. **Franklin Cascaes: uma cultura em transe**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2000.

SOUSA, Rosa Maria Martins Gomes de. **Alimentação e culinária na cultura dos descendentes de açorianos em Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis (Ilha de Santa Catarina – Brasil)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural), Universidade de Lisboa, 2010.

Para muito além do sushi: a preservação cultural nipônica através da comida na ilha de Florianópolis

Far beyond sushi: Japanese cultural preservation through food in Florianópolis' island

Eder Milesky¹

Resumo: Utilizando de relatos orais coletados em Florianópolis e bibliografia relacionada ao tema de imigração japonesa e alimentação, o presente artigo busca apresentar a relação da alimentação e preparo de pratos típicos japoneses com a memória, pertencimento e cultura nas famílias nipônicas residentes fora de uma comunidade japonesa, como na ilha de Santa Catarina. Para isso é necessário compreender um pouco mais do contexto que passava o Japão no início da Era Meiji e os antecedentes da imigração para o Brasil.

Palavras-Chave: Memória e cultura; Comida; Japoneses em Florianópolis;

Abstract: Using oral reports collected in Florianopolis along with research tied to the Japanese immigration and culinary, this article seeks to present the relationship between cooking typical Japanese dishes with memory, belonging and culture in Japanese families living outside a Japanese community, such as on the island of Santa Catarina. For this, it is necessary to understand a little more about the context that Japan was going through at the beginning of the Meiji Era and the background of immigration to Brazil.

Keywords: Memory and culture; Food; Japanese in Florianopolis;

Introdução

A alimentação é um fator primordial e fundamentalmente necessário para a sobrevivência humana independente de qualquer contexto histórico-social, tão essencial como dormir ou tomar água, a busca por alimentos foi prioridade e gerou transformações diretamente ligadas ao seu contexto. Desde a considerada “pré-história” a busca por alimentos e seus modos de obtenção, preservação e consumo foram forças motrizes que movimentaram as rodas das histórias.² Mas apesar desta necessidade de se alimentar e obter nutrientes necessários para manutenção do corpo humano, as vontades, preferências e opções disponíveis alinhadas aos métodos também disponíveis, exerceram e exercem um papel fundamental em todo o processo de alimentação como um ato também social.³

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2023). Email: edermilesky@hotmail.com

² FLANDRIM, MONTANARI, 1998, p.57-59.

³ CANESQUI, GARCIA, 2005, p.9.

Não comemos apenas quantidades de nutrientes e calorias para manter o funcionamento corporal em nível adequado, pois há muito tempo os antropólogos afirmam que o comer envolve seleção, escolhas, ocasiões e rituais, imbrica-se com a sociabilidade, com ideias e significados, com as interpretações de experiências e situações. Para serem comidos, ou comestíveis, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados ou processados pela culinária, e tudo isso é matéria cultural.⁴

Durante o processo de desenvolvimento alimentar, habilidades e técnicas foram utilizadas e postas em prática, para facilitarem e suprirem as vontades e necessidades regionais e específicas de cada população.

Estes aspectos culturais e de identidade, diretamente ligados à culinária japonesa, transformam o sentimento de distância menos perceptível, práticas são mantidas e passadas para as próximas gerações, mesmo que somente no âmbito familiar. O artigo, dentro de uma imensa gama de opções, busca através da pesquisa, focar na culinária e alimentação japonesa, tendo em vista suas particularidades técnicas e gustativas. Não tem por vez, intenção de finalizar esse tema – visto a vastidão acoplada a ele – mas sim, priorizar a participação da alimentação como fator de pertencimento para descendentes japoneses vivendo em Santa Catarina, mais especificamente em na ilha de Florianópolis, região não conhecida por sua comunidade nipônica.

Esta pesquisa utilizou-se do convívio e entrevistas com *nikkeis* residentes em Florianópolis, para compreender um pouco mais sobre a presença destes alimentos e como eles influenciam no sentimento de pertencimento a cultura japonesa para estas pessoas. As entrevistas foram realizadas de maneira online, por uma plataforma digital – visto o contexto pandêmico do momento – no início do mês de março de 2022, compostas por três entrevistas com três membros da família Saito Ogahara, Karine (filha) de 28 anos, Minori (mãe) de 68 anos e Pedro (pai) de 73 anos.

O contexto japonês

Diferentemente da divisão ocidental de tempo em que se colocam os períodos em antigo, medieval, moderno, etc. A divisão temporal - oriental num geral – mas mais especificamente japonesa, ocorre de forma diferente. A divisão da história japonesa é representada por períodos ou eras, que representam recortes temporais e seus acontecimentos, para fins deste artigo, é necessário compreender um pouco sobre o início da Era Meiji após a reabertura forçada do Japão para o mundo ocidental.⁵

⁴ CANESQUI, GARCIA, 2005, p.9.

⁵ SAKURAI, 2018, p.132.

Após a ascensão do Imperador ao poder, o governo japonês se vê exposto a um mudo do qual esteve fora durante um longo tempo⁶, e inicia uma série de medidas para a “atualização” com o mundo ocidental e sua modernidade que não se aplicava ao mundo japonês da época.⁷ Inicialmente foram exercidas medidas econômicas, que buscavam a ampliação do mercado e poder centralizado, com a instalação de estradas de ferro, Ministérios, Banco Nacional, Bolsa de Valores e fortaleceu setores privados da sociedade.⁸

As medidas de caráter econômico estavam basicamente ligadas à centralização da economia nas mãos de um novo tipo de Estado que favorecia os interesses comerciais. [...] o governo apoiou a iniciativa privada, ampliou as redes de transportes e comunicações, instituiu o monopólio em setores básicos da economia, como mineração, e consolidou um sistema bancário [...]⁹

Com as reformas econômicas, medidas que visavam à mudança no campo, foram aplicadas, trazendo o que poderia ser considerado o fim do feudalismo japonês¹⁰, com a substituição dos feudos por prefeituras que fariam parte do governo e prestariam suas contas à mesma, com pagamento de impostos monetários e arrendamento de terras.¹¹ Estes impostos coletados, seriam força para movimentar e fazer o crescimento das indústrias japonesas, que tinham seu foco voltado para o ramo da fiação, processamento de alimentos e bebidas, maquinários e motores e construção de portos, ferrovias e centrais elétricas.¹² Enquanto no âmbito social, familiar e educacional, focou-se em desenvolver, e diretamente guiar, para uma identidade nacional e criação e consolidação da nação japonesa.¹³

Três séculos de isolamento e a busca acelerada pela modernização ocidental, mas com a ideia de criação e preservação da identidade local, as mudanças e reformas trouxeram consequências ao mundo japonês. A principal delas – se tratando das influências para a emigração posterior – foram os descontentamentos e pobreza no campo japonês. Diversas revoltas foram imbuídas por camponeses que protestavam contra a taxaço de impostos, agora

⁶ Devido ao fechamento durante o período Tokugawa (1603 – 1868), onde em 1633 inicia-se o processo de isolamento com a proibição de saída para a Europa, e posteriormente em 1639 à entrada de estrangeiros em solo japonês. (SAKURAI, 2018, p. 122 – 124).

⁷ A questão de “modernidade” e participação japonesa mundo ocidental e sua adequação pode ser aprofundada no texto de Carol Gluck que questiona e reflete sobre a ideia de modernidade aplicada ao Japão da Era Meiji. GLUCK, Carol. Meiji e Modernidade: da história à teoria. In: PEREIRA, Ronan Alves; SUZUKI, Tae (org.). O Japão no Caleidoscópio: estudos da sociedade e da história japonesa. 3. ed. Campinas: Pontes, 2014. p. 15-37.

⁸ SAKURAI, 2018, p.134.

⁹ Idem.

¹⁰ Novamente, a discussão sobre o período do século XI ao século XIX poder ser caracterizada como um feudalismo em território japonês pode ser mais bem compreendido e aprofundado no texto de Alexandre Fontoura dos Santos. SANTOS, Alexandre Fontoura dos. Os conceitos de “Feudalismo” e “Absolutismo” aplicados à realidade histórica do Japão, de 1185 a 1867. In: PEREIRA, Ronan Alves; SUZUKI, Tae (org.). O Japão no Caleidoscópio: estudos da sociedade e da história japonesa. 3. ed. Campinas: Pontes, 2014. p. 39-60.

¹¹ SAKURAI, 2018, p. 136.

¹² Idem.

¹³ Ver mais em SAKURAI, 2018, p.139 – 150.

cobrada em dinheiro¹⁴ e também a falta de mão de obra no campo, já que depois das reformas militares, os jovens das famílias deveriam prestar serviço ao Estado, deixando as famílias camponesas com falta de força de trabalho: “Como não conseguiram muito resultado, camponeses desesperados e famintos incrementaram o contingente de emigrantes”¹⁵.

Saída do Japão

Como descrito na sessão anterior, os japoneses – principalmente o campo – passaram por grandes mudanças que alteraram diretamente o seu dia-a-dia, além de passarem por uma situação de pobreza e falta de mão de obra na obtenção de alimento para consumo e pagamento de impostos. Sendo assim, iniciam-se projetos de alocação de pessoas menos abastadas para regiões e territórios de ocupação, interessante para o governo japonês.¹⁶ A primeira movimentação ocorre para a ilha de Hokkaido, que por ser localizada próxima à Rússia e China, tinha preocupação japonesa para se haver instalações no local.

Inicialmente para fora de território asiático, grupos de homens jovens emigraram para o Havaí, a fim de trabalhar na agricultura e produção da cana-de-açúcar, em trabalhos temporários. Devido a esse contato massivo com o Havaí, a migração continuou para o oeste estadunidense e a entrada japonesa no país gerou mais uma onda migratória para a região, ainda contendo principalmente homens jovens. É importante salientar, que a entrada japonesa nos EUA gerou muito preconceito, afligindo as relações de convivência e principalmente de trabalho na região, esse movimento antijaponês gerou uma ligação direta e de grande impacto nas futuras emigrações para o Brasil a partir de 1908.¹⁷

A entrada na América Latina, assim como aconteceu no Havaí e EUA, foi marcada pelo trabalho na agricultura, principalmente relacionados ao café e cana-de-açúcar. O primeiro contato foi feito com o Peru, país que matinha diplomacia desde 1899, e a entrada ocorreu para o trabalho em plantações de cana-de-açúcar.¹⁸ Diferentemente da migração para o Havaí e EUA, que visava uma estadia temporária para obtenção de recursos materiais e principalmente monetários – enviando assim dinheiro para o Japão – visando à volta ao país posteriormente, no Peru – e depois nos outros países da América Latina – isso não foi

¹⁴ Antes cobrada por *koku* de arroz, medida utilizada para arrecadação de impostos no período pré Meiji. Um *koku* seria o arroz em quantidade suficiente para alimentar uma pessoa durante o período de 1 ano.

¹⁵ SAKURAI, 2018, p. 154.

¹⁶ Apesar da grande migração em massa japonesa ter ocorrido nas camadas menos abastadas da população e por apoio governamental, empresários japoneses saem da nação para buscar melhores negócios em outros países. (SAKURAI, 2018, p.237).

¹⁷ SAKURAI, op.cit. p.238 – 242.

¹⁸ Idem, 2018, p.243.

possível devido aos baixos salários.¹⁹ Estas experiências migratórias prévias, contribuem para o contexto de entrada japonesa no Brasil.

Entrada no Brasil

A imigração japonesa para o Brasil é uma imigração dirigida, subsidiada e estimulada por ambas as pontas da corrente: o Japão e o Brasil. Cada país tem os seus interesses próprios, que se coadunam com o momento histórico em que se desenrola.²⁰

Em 1908, no dia 18 de julho, atracou no porto de Santos o navio Kasato-Maru servindo de transporte para 800 imigrantes que vinham do Japão, sendo 781 contratados e 10 espontâneos, provenientes das mais diversas localidades nipônicas.²¹ Essa imigração inicial para o Brasil ocorreu devido a diversos motivos diplomáticos e econômicos, que estabeleceram no Brasil, um teste migratório para a população japonesa. A ascensão da produção cafeeira no Brasil no início do século XX, alinhado com o fim a proibição de mão de obra escrava e falta de imigrantes europeus, gerou a necessidade de mão de obra qualificada para trabalhar nas produções de café.²²

Tendo em vista que os acordos de imigração japonesa no Brasil favoreciam ambas as partes²³, uma segunda onda de imigrações aconteceu durante os anos de 1924 – 1941. Desta vez encabeçada não somente pela parceria com o governo brasileiro, mas também tutelado pelas companhias de emigração japonesas, a mais famosa a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*, a K.K.K.K, que tinham como principal papel, fundamentar e auxiliar os emigrantes que partiam ao Brasil. Estes imigrantes adentram o Brasil agora não mais para somente trabalhar com produções agrícolas ou nas grandes fazendas cafeeicultoras, mas também para trabalhar nas terras compradas pela K.K.K.K, assim como adentrar o comércio e formação de colônias japonesas.²⁴

Em Santa Catarina, a presença de japoneses ocorreu majoritariamente durante as décadas de 1960 e 1970, recebendo grande incentivo do Governo Estadual, que buscava nos imigrantes japoneses, o cultivo agrícola hortigranjeiro e frutífero, com foco em pera, maçã e nectarina. Formaram-se assim as principais colônias de SC em Frei Rogério, Caçador, São Joaquim, Criciúma, Canoinhas e Itajaí, todas recebendo em sua maioria imigrantes que

¹⁹ COTRIM, 2016, p. 7 apud SAITO. 1973, pp. 524.

²⁰ SAKURAI, 1998, p. 3.

²¹ HANDA, 1987, p. 4.

²² TAKEUCHI, 2010, p. 26.

²³ Brasil com a mão de obra necessitada, e Japão com escoamento populacional além de abrir portas para parcerias econômicas, além do país do sol nascente passar por bloqueios em outras partes do globo.

²⁴ SAKURAI, op.cit. p. 9 – 13.

chegaram ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial e residiram em outros estados,²⁵ antes de chegarem a Santa Catarina.²⁶ Dessa maneira ocorreu a consolidação das colônias japonesas e também da presença de japoneses no estado de Santa Catarina, o que fez com que posteriormente migrassem para outras cidades do estado catarinense, além de fazer com que Santa Catarina recebesse mais imigrantes ou descendentes de forma natural e espontânea, situando-se nas cidades com colônias estabelecidas ou mesmo para outras cidades, como por exemplo, na ilha de Florianópolis.²⁷

Comida e Pertencimento

A ilha de Florianópolis não é conhecida por sua comunidade japonesa,²⁸ muito menos por ser colônia nipônica no estado de Santa Catarina, mas isso não anula a presença de japoneses e descendentes na região, que expressam sua cultura e identidades nacionais – brasileira e japonesa – das mais diversas formas. A comunidade japonesa em Florianópolis, conta com uma Associação Nipo-Catarinense, que realiza o seu *Tanabata Matsuri* anualmente no centro da cidade, além de realizar outros eventos e proporcionar aulas de idioma japonês e artes japonesas, para a comunidade. Mas é através de uma prática muito comum, a culinária,²⁹ que diariamente ocorre nos lares *Nikkei*³⁰, que a identidade e pertencimento com a cultura japonesa é preservada.

Ao pensar comida japonesa, é muito provável que o primeiro pensamento a surgir seja *sushi* – principalmente pela exposição de restaurantes do ramo em abundância – mas ao visitar a casa de descendentes ou imigrantes, é possível perceber a vastidão de alimentos japoneses incorporados no dia-dia destas pessoas. A primeira diferença facilmente perceptível ao se olhar para a mesa de uma família japonesa, é a presença de um arroz mais glutinoso e com grãos mais curtos, diferentemente do tradicional arroz soltinho brasileiro. O uso do arroz japonês é de papel fundamental para o preparo de diversas refeições, seu sabor mais neutro,

²⁵ Havia também imigrantes que chegavam diretamente do Japão, apesar de número reduzido.

²⁶ MARTINELLO, CARVALHO, 2010, p.97 – 101.

²⁷ Este artigo não tem como finalidade esgotar com o tema, mas apenas apresentar uma introdução necessária para o assunto. Mais informações sobre a imigração japonesa em SC podem ser achadas em MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Bergo de; Japoneses em Santa Catarina: Etnicidade e Modernização Agrícola. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi (org.). Imigrantes Japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010. p. 97 - 121.

²⁸ Apesar de não haver um movimento de imigração em massa, diversas famílias se mudaram para a ilha após o *boom* de emigração para Santa Catarina. Além disso, é reconhecida a presença de Oda Noboru, considerado primeiro imigrante japonês a se instalar na Armação, no sul da Ilha.

²⁹ Entende-se aqui como culinária, o ato de preparar os mais variados tipos de alimentos, de maneira profissional ou não.

³⁰ Termo japonês utilizado para se referir a descendentes japoneses, ou, japoneses residentes em outros países.

para não acrescentar sal em seu cozimento, faz par com diversos sabores e intensidades diferentes presentes em uma refeição.

Na família Saito Ogahara, que veio de São Paulo para Florianópolis e aqui reside a mais de 10 anos, entrevistada no início de 2022, o consumo de arroz japonês ocorre de forma diária e na maioria das refeições, a panela elétrica de arroz japonesa é item indispensável para os dias. Para acompanhar, cozidos de vegetais, sopas, carnes, massas - além dos temperos tradicionais da região sul do Brasil - são temperados com *shoyu*, *mirin*, *hondashi*, *missô*,³¹ sabores típicos que representam e marcam muito bem a presença nipônica nos pratos. *Umeboshi*³² com arroz, *mochi*³³, *manjús*,³⁴ *tofu*,³⁵ *tsukemonos*,³⁶ são todos integrantes essenciais para uma semana alimentar na família japonesa.

Outro fator interessante de se perceber ao observar uma mesa de família japonesa no Brasil, é a interseccionalidade dos ingredientes e pratos, que formam uma verdadeira conexão entre dois países separados por mais de 18.000 quilômetros. Em um churrasco, por exemplo, os elementos típicos brasileiros como, as carnes assadas em churrasqueira, saladas, farofa e bebidas, se fazem presentes, mas são acompanhados por itens não tão comuns para o brasileiro, como *oniguiris*,³⁷ *harusame*,³⁸ *gyoza*,³⁹ que possuem papel essencial na refeição.

A utilização do termo essencial aqui passa por uma essência muito mais ligada ao social e cultural, do que necessariamente uma essencialidade biológica.

Na alimentação humana, natureza e cultura se encontram, pois se comer é uma necessidade vital, o quê, quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato alimentar. Como um fenômeno social, a alimentação não se restringe a ser uma resposta ao imperativo de sobrevivência, ao 'comer para viver'[...] Indo mais além de sua dimensão biológica, a alimentação humana como um ato social e cultural faz com que sejam produzidos diversos sistemas alimentares. Na constituição desses sistemas, intervêm fatores de ordem ecológica, histórica, cultural, social e econômica que implicam representações e imaginários sociais envolvendo escolhas e classificações.⁴⁰

Todos esses preparos e alimentos foram apresentados aos integrantes da família Ogahara, enquanto ainda eram crianças, os pais receberam esse contato no Japão e seus filhos aqui no Brasil, mas para todos, a comida tem um papel de extrema importância no dia-dia,

³¹ Respectivamente: molho de soja fermentada; saquê culinário, com menor teor de álcool; tempero em pó a base de peixe bonito; pasta de soja fermentada.

³² Fruta semelhante à ameixa aplicada em conserva, gerando um sabor muito ácido.

³³ Bolinho de arroz glutinoso moído, comumente recheado com pasta de feijão azuki.

³⁴ Massinha de trigo, arroz e trigo-sarraceno, tipicamente recheado com pasta de feijão azuki.

³⁵ Blocos macios de soja, obtidos através da coalhada do leite de soja.

³⁶ Comidas em conserva.

³⁷ Bolinho de arroz japonês.

³⁸ Prato que consiste em macarrão de amido com vegetais, normalmente cenoura e pepino.

³⁹ Massinha fina em formato similar a pastel cozido no vapor, recheado com carne e vegetais.

⁴⁰ MACIEL, 2005, p. 49.

trazendo memórias, lembranças e auxiliando na aproximação cultural, mesmo distante fisicamente de suas origens.

Quando perguntado sobre o contexto no qual esses alimentos e seus preparos foram apresentados para si, Pedro relata que, consome estes alimentos desde criança e que com 3 meses de idade, era uma tradição dar três grãos de arroz cateto na boca. Minori conta que desde sempre, sua vó fazia *hondashi*, *missô* e *tuskemonos* em geral. Na família de Pedro sua mãe costumava fazer *missô*, *tsukemonos*, *manjus* e *mochis*, *tofu* e ele carrega lembranças muito fortes desses momentos. Ele memora-se que ajudava a enrolar os *manjus* e *mochis* e como adorava fazer e principalmente comer. Para Karine, a introdução alimentar japonesa veio desde o berço, com a alimentos comuns para seus pais. Apesar de nascer no Brasil, e a dificuldade de acesso – quando comparado com o Japão – sua interação com a comida japonesa nunca cessou. Um ponto que talvez difira Karine de seus pais, seja a frequência no consumo de alimentos típicos nipônicos, em que no contexto de Pedro e Minori se faz presente diariamente e para Karine, uma média de 3 vezes por semana. Esta diferença pode ser relacionada, pelo possível vínculo alimentar que ambos possuem com sua terra natal e como meios de manter a memória e tradição cultural de seus dia-dia.

Para Minori, Pedro e Karine, a relação de conexão entre cultura, tradição e comida é muito forte, não somente para seu âmbito familiar, mas como também para a cultura e tradição japonesa num geral. Mesmo para quem é de fora deste grupo, a comida ainda exerce papel fundamental na identificação cultural japonesa, como comenta Karine:

“[...] a gastronomia tem uma importância muito grande quando se fala em cultura japonesa, pois além dos hábitos alimentares que se tornou bem conhecido no mundo, pratos como sushi, ramen, udon, etc, se popularizou bastante também. E sempre que alguém comenta algo sobre cultura japonesa, uma grande porcentagem é mais sobre culinária do que religião, hábitos diários e etc.” (KARINE SAITO OGAHARA, 2022).

Diversos são os exemplos da comida participando da memória e construção de identidade, no ano novo, por exemplo, é indispensável o consumo de *mochis* fritos, se frita a massinha de arroz glutinoso, molha-o no *shoyu* com açúcar e se aprecia para o ano que está por vir. Outro exemplo é a produção de tofu, feito de forma caseira pela própria família todas as semanas, uma tradição que se mantém e tende a perdurar também pelas próximas gerações.

Nas mais diferentes sociedades, os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados; quer dizer, a comida possui um significado simbólico – ela expressa algo

mais que os nutrientes que a compõem. A família, não se reproduz apenas biologicamente, nem reproduz apenas sua força de trabalho. Ela se reproduz também simbolicamente, e uma das dimensões dessa reprodução pode ser apreendida pelo modo de comer.⁴¹

Pedir um *yakisoba*, uma tigela de *lâmen* ou *udon*, é uma rotina comum para quem além dos pedidos tradicionais, busca em restaurantes especializados – normalmente comandados por *nikkeis* – um sabor mais próximo ao que está presente em sua rotina. Assim funciona também a busca por ingredientes e produtos especializados japoneses por mercados e quitandas da cidade, gerando demanda e por ventura oferta destes produtos importados⁴², comumente assim como os restaurantes, envolvendo japoneses e desentendes. Esse contato e aproximação através da comida acabam gerando uma comunidade – não física e nem mesmo pré-estabelecida – de pessoas conectadas pela comida, ou seja, pela identificação cultural.

Conclusão

O sentimento de pertencimento a uma cultura, um povo ou identidade está relacionado a diversos aspectos sócios históricos, e a alimentação faz papel essencial dentro deste âmbito antropológico. Ainda mais que a língua, que quando distante de seu país de origem longe de uma comunidade ativa, pode ser difícil à manutenção e preservação dentro e fora do meio familiar, à comida e a culinária se perpetuam na mesa destes imigrantes. O gosto por uma comida, o paladar tendencioso para certos sabores tem início do processo de desenvolvimento nos primeiros anos de vida, sendo assim, a afeição a estes sabores gera grande conexão com memórias pessoais e/ou coletivas.

Durante o processo de pesquisa e entrevistas, ficou claro como a utilização da gastronomia de seu país de origem, exerce um papel muito importante para a construção não somente de uma “identidade nacional”, mas sim também na construção de indivíduo que permeia outros aspectos da vida. A comida exerce papel fundamental no mantimento de memória, cultura e sentimento de pertencimento e identificação a um grupo específico, e não menos importante na construção do ser “eu” que constitui o indivíduo.

Referência Bibliográfica

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2004. 236 p.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi (org.). **Imigrantes Japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: Edusp, 2010. 712 p.

⁴¹ WOORTMANN, 2013, p.6.

⁴² Ou de produção local, mas não tradicional, quando possível, vide o tofu de exemplo.

COTRIM, Aline de Sá. **Imigração japonesa no Peru e no Brasil**: motivações, dificuldades e assimilação. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, São Paulo. Anais . São Paulo: Publicações Prolam, 2016. p. 1-12.

Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/COTRIM_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

DANIEL, Jungla Maria Pimentel; CRAVO, Veraluz Zicarelli. O Valor Social e Cultural da alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. Cap. 3. p. 57-68. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (org.). **História da alimentação**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. 1578 p. [tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira.

GLUCK, Carol. Meiji e Modernidade: da história à teoria. In: PEREIRA, Ronan Alves; SUZUKI, Tae (org.). **O Japão no Caleidoscópio**: estudos da sociedade e da história japonesa. 3. ed. Campinas: Pontes, 2014. p. 15-37.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**: história da sua vida no brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, Ltda., 1987. 823 p. Disponível em: <http://www.imigrantesjaponeses.com.br/acervo1.htm>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. Cap. 2. p. 49-56. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Bergo de; Japoneses em Santa Catarina: Etnicidade e Modernização Agrícola. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi (org.). **Imigrantes Japoneses no Brasil**: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010. p. 97 - 121.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de. **Uma questão de identidade!** Migrações e pertencimento na dinâmica do mundo globalizado. REVISTA USP, v. 114, p. 91-108, 2017.

SAKURAI, Célia. **Imigração japonesa para o Brasil**. Um exemplo de imigração tutelada-1908 - 1941. In: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Outubro, 1998. Caxambu-MG.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 368 p.

SANTOS, Alexandre Fontoura dos. Os conceitos de “Feudalismo” e “Absolutismo” aplicados à realidade histórica do Japão, de 1185 a 1867. In: PEREIRA, Ronan Alves; SUZUKI, Tae (org.). **O Japão no Caleidoscópio**: estudos da sociedade e da história japonesa. 3. ed. Campinas: Pontes, 2014. p. 39-60.

SANTOS, Alexandre Fontoura dos. Os conceitos de “Feudalismo” e “Absolutismo” aplicados à realidade histórica do Japão, de 1185 a 1867. In: PEREIRA, Ronan Alves; SUZUKI, Tae (org.). **O Japão no Caleidoscópio**: estudos da sociedade e da história japonesa. 3. ed. Campinas: Pontes, 2014. p. 39-60.

SOARES, A. L. R. ; GAUDIOSO, Tomoko Kimura . **Entre o Sushi e o Churrasco**: gastronomia, culinária e identidade étnica entre imigrantes japoneses. Habitus , v. 13, p. 77-94, 2013. Disponível em:

Para muito além do sushi: a preservação cultural nipônica através da comida na ilha de Florianópolis – Eder Milesky

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2850/1742>. Acesso em 10 dez 2021.

Ilegalidade do tráfico de escravos em Santa Catarina: a entrada de africanos novos a partir dos registros de batismo da Freguesia do Ribeirão da Ilha (1831-1850)

Illegality of slave trade in Santa Catarina: the entry of new africans from the baptismal records of the Parish of Ribeirão da Ilha (1831-1850)

Gustavo Henrique Rubik¹

Resumo: Este artigo assume um recorte temporal de cerca de vinte anos buscando evidências que constatarem a chegada de africanos novos em Santa Catarina a partir da lei 7 de novembro de 1831 (Lei Feijó). Essa legislação determinava o tráfico uma atividade ilegal e assumia o compromisso de que, caso ocorresse, os africanos seriam considerados livres, o que na realidade não se concretizou. Para a análise, foram utilizados registros de batismo da freguesia do Ribeirão da Ilha, livros 2 e 3, que compreendem respectivamente os anos de 1825 a 1841 e 1846 a 1854. O que se depreende é que o tráfico de africanos diminuiu, mas não cessou. Assim, a partir de três itens centrais da análise dos batismos, o gênero dos escravizados, a origem destes, e a relativa diminuição de batizados durante o recorte, delimitam-se as conexões de Santa Catarina com o tráfico a partir de sua ilegalidade.

Palavras-chave: Tráfico transatlântico; Ilha de Santa Catarina; Africanos; Lei antitráfico.

Abstract: This article assumes a temporal cut of approximately twenty years, looking for evidence to demonstrate the arrival of new africans in Santa Catarina from the law November 7th, 1831 (Lei Feijó). This legislation determined the traffic as an illegal activity and assumed the commitment that, if it occurred, the africans would be considered free, which actually didn't happened. Baptismal records from the parish of Ribeirão da Ilha were used for the analysis, especially books 2 and 3, which respectively cover the years 1825 to 1841 and 1846 to 1854. What can be inferred is that the traffic of africans decreased, but didn't stop. Therefore, based on three central items in the baptism analysis, the gender of the slaves, their origins and the relative decrease of the number of baptisms during this period, connections between Santa Catarina and the traffic of africans are delineated, from the illegality.

Keywords: Transatlantic traffic; Santa Catarina Island; Africans; Anti-trafficking law.

Introdução

A relação da escravidão com a história e a memória do povo catarinense tem constantemente sido alvo de apagamentos – até porque a memória pode ser entendida como

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) de História da mesma instituição. Email: gustavohenrubik@gmail.com.

uma disputa de poder entre classes dominantes e classes dominadas². No final do século XIX, o Brasil iniciou uma política de deslocar imigrantes europeus para o sul do Brasil. Essa iniciativa, movida por uma ideologia do branqueamento, contribuiu para o silenciamento da presença negra – assim como indígena – e do seu impacto cultural e social na região sul. O argumento era povoar locais pouco habitáveis e desbravar terras desconhecidas dessa região. Bem como destaca Ilka Boaventura Leite (1996) “O embranquecimento, mais do que estatístico, procedia-se movido pelos pressupostos ideológicos que necessitavam negar sua presença para construir o “vazio” a ser ocupado pelos imigrantes”³.

Além disso, não só a política brasileira e nem somente as festividades que celebram a presença europeia no Sul – e até a autodenominação como região europeia – contribuíram para a base argumentativa da rasa presença africana em Santa Catarina. Existe também, ao longo de todo o século XX, uma produção acadêmica capaz de sustentar essas condições. Ainda usando a visão de Leite (1996), o erro desses trabalhos parece persistir numa lógica comparativa entre Santa Catarina e as demais províncias brasileiras. O que por si só dava fundamento para a ideia da pouca atuação escrava no Sul, visto que, por exemplo, Rio de Janeiro e Salvador possuíam uma densa população cativa, inclusive na cidade carioca chegava a constituir quase metade do total populacional nos anos de 1799 e 1821⁴.

Walter Piazza (1975) é um dos autores que trata dessas comparações, chegando à conclusão de que a escravidão negra em Santa Catarina não teve as mesmas dimensões que em outras partes do Brasil⁵. De fato, não teve, mas essa afirmação deve ser bem manuseada para que ela não seja alçada como uma província que diferia das outras, contribuindo para a visão de que a escravidão era menos significativa. O pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (1960) também admite a existência de peculiaridades em Santa Catarina que contribuíam para que a escravidão não se expandisse da mesma forma como em outros centros do país. Um dos pontos que os autores trazem é a ideia de que a imigração estrangeira estabeleceu padrões de convivência entre raças diferentes dos firmados em regiões agroexportadoras⁶.

Percebe-se que, em ambas as situações, o elemento comparativo faz parte da análise. A lógica comparativa empobrece o debate e sustenta a concepção de que a escravidão não prosseguiu em Santa Catarina porque não encontrou meios para se expandir e sustentar uma

² LE GOFF, Jacques. 1994, p. 475.

³ LEITE, Ilka Boaventura., 1996, p. 39.

⁴ HONORATO, Cláudio de Paulo. 2008, p. 45.

⁵ PIAZZA, Walter. 1975, p. 219.

⁶ CARDOSO, Fernando Henrique & Octavio Ianni. 1960, p. 27.

economia que a tivesse como caráter central. A imigração de europeus vem como reforço para essa conjuntura, e nessa lógica o crescimento econômico é visto como possível devido à entrada destes. Em consonância a ideia de padrões de convivência divergentes e que Santa Catarina representava uma peculiaridade, insere-se um relato do escritor Virgílio Várzea (1984) que considerava a presença negra africana com diminuto percentual devido ao suposto aparecimento tardio do tráfico e que quando notificado era reprimido:

Na população catarinense (a não ser nas colônias, com o alemão ou o italiano) não há quase cruzamento, sendo raro encontrar, entre ela, o tipo indígena do norte do Brasil, ou o traço fisiológico do negro, que ali não prevaleceu senão insignificamente, em pequeno número de mestiços, porque o tráfico do africano nessas plagas apareceu tardiamente, logo reprimido pelas nossas leis, e mais pelos ingleses, que de acordo com o nosso governo, perseguiram os navios negreiros até às nossas costas, aprisionando tripulações e carregamentos no próprio porto do Desterro, como várias vezes se deu. De sorte que, pode afirmar-se, o povo catarinense é essencialmente ariano, com particularidade nos centros alemães ou italianos, como Joinville, Blumenau, Brusque, Nova Trento, Orleães e Nova Veneza, cidades e vilas que foram outrora, colônias, e cujas populações hão de ser, no futuro, o fator de um novo tipo brasileiro interessante, superior e perfeito...⁷

A historiografia de Santa Catarina esteve muito ocupada em buscar especificidades em relação a outras províncias e regiões⁸. Devido a essa pouca importância, criou-se uma posição apática que não se preocupou em entender as relações entre senhores e escravos, as dinâmicas de uma sociedade que funcionava majoritariamente pela economia de subsistência e especialmente em entender a importância de africanos e negros.

Todavia, a partir de 1990, alguns trabalhos se debruçaram em uma revisão sobre a historiografia da escravidão em Santa Catarina⁹. A partir desses novos contornos, busca-se entender o trabalho escravo para além da questão comparativa com grandes centros exportadores, trazendo nessas perspectivas à realidade vivenciada na Ilha ou na capitania/província.

Nas últimas décadas, o exercício feito se ocupa por sucessivos debates que fazem reconsiderar a presença do negro africano em Santa Catarina a partir de uma perspectiva local e conectada com o comércio mercantil, entendendo que o atual estado fazia parte do sistema escravista. Este artigo tem como intenção colaborar com essa discussão a respeito da escravidão e da permanência do tráfico de escravos a partir de 1831, buscando a partir dos registros

⁷ VÁRZEA, Virgílio. 1984, p. 22.

⁸ LEITE, op. cit., 1996, p. 40.

⁹ PENNA, Clemente Gentil., 2005, p. 9.

eclesiásticos analisar a composição escrava do Ribeirão da Ilha a partir dos livros 2 e 3, que correspondem aos anos de 1825 a 1841 e 1846 a 1854. Deve-se deixar claro, de início, que tal estudo se limita à Desterro (como era reconhecida Florianópolis anteriormente), e mais especificamente se restringe à um povoado específico, o Ribeirão da Ilha. Portanto, para uma análise ampliada do tráfico para a província após 1831, outras fontes e localidades devem sustentar a pesquisa, as quais não se aplica neste exercício.

Os registros analisados foram acessados digitalmente através do *site Family Search*¹⁰. Esse sistema possibilita a construção de árvores genealógicas para realizar uma descoberta de ancestrais familiares. Essa organização de pesquisa genealógica possui um amplo acervo com registros de batismo, certidões de casamento e registros de óbito de todos os estados brasileiros, pois assim é possível efetuar sua própria pesquisa na descoberta familiar. Foi com esse sistema que acessei os livros batismais analisados, visto que, durante a escrita deste texto estávamos na pandemia de *Covid-19*, o que impossibilitou a visita de acervos físicos, como o Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Assim, a opção utilizada cumpre papel importante, pois facilita também a acessibilidade desses dados em qualquer região do Brasil. As informações levantadas servem para verificar a entrada de africanos durante o recorte do trabalho e a atuação da lei. O africano que entrasse no país a partir desse período deveria ser considerado livre, mas pelos registros se concretiza essa continuidade do tráfico e a entrada desses africanos ainda como escravizados.

Os livros de batismo podem evidenciar um panorama sobre a presença de escravizados em determinadas localidades. Isso porque essa cerimônia era considerada obrigatória pelas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia e significava a entrada na Igreja Católica. Assim, era obrigação do senhor encaminhar ao batizado os recém-nascidos e africanos adquiridos¹¹ para expurgar o pecado original¹², buscando a salvação da alma e uma “boa morte”. Apesar dessa obrigatoriedade, é preciso deixar claro que os registros podem conter lacunas porque “Os assentos alusivos a indivíduos de estratos sociais mais elevados possuíam dados mais completos e precisos do que os registros de escravos, forros ou livres dos segmentos sociais menos privilegiados [...]”¹³.

¹⁰ Para conhecer o sistema, acessar: <https://www.familysearch.org/pt/>.

¹¹ VICENZI, Renilda., 2012, p. 3.

¹² HAMEISTER, Martha Daisson. 2011, p. 4.

¹³ CAMILO, Nathan. 2016, p. 159.

Martha Daisson Hameister (2011) afirma que os arquivos batismais possibilitam que a história faça um diálogo com a demografia, de modo que expõe crescimentos ou diminuições populacionais, os impactos de determinados eventos e, no caso deste trabalho, possibilita localizar o deslocamento de massas humanas¹⁴. Assim, os registros paroquiais, aqui os de batismo, são elementos importantes para a constituição da história social¹⁵.

A partir dessas considerações, percebe-se como utilizar os registros batismais é importante para fazer um levantamento a respeito da entrada de africanos em determinado local. Pode-se detectar o nome destinado à pessoa, sua origem africana e o proprietário que o adquiriu. Então, além de traçar um quantitativo em um certo período, é possível desenvolver outras pesquisas a partir de uma leitura dos arquivos paroquiais, explorando assim os proprietários, para que e para onde os escravizados foram deslocados. Obviamente esses são só exemplos já que o trabalho se limita a uma verificação que diz respeito a continuidade do tráfico para Santa Catarina através da análise desses dados.

Lei antitráfico de 1831

Desde 1807, quando a Inglaterra através de uma medida legislativa promulgou o fim do tráfico de africanos escravizados, vários desdobramentos atingiram o Brasil até que fosse aprovada uma lei que configurasse ilegal a atividade para o país. Após a independência, em 1822, a questão do tráfico foi delimitada por um tratado assinado em 1826 entre o Brasil e a Grã-Bretanha, ratificado em 1827 e efetivado três anos após essa data. O tratado “[...] considerava piratas os navios das duas nações que se encontrassem engajados no tráfico, submetia-os a julgamento por comissões mistas instaladas dos dois lados do Atlântico e determinava a emancipação dos africanos encontrados a bordo dos navios condenados”¹⁶.

Após períodos de discussão e tratados acordados entre Grã-Bretanha e Portugal, posteriormente com o Brasil, a lei antitráfico foi promulgada em 7 de novembro de 1831 por uma iniciativa tomada pelo parlamento brasileiro. O Art. 1.º definia que todos os africanos que entrassem no território ou portos do Brasil seriam considerados livres. O Art. 2.º colocava que os importadores seriam punidos por reduzirem pessoa livre à escravidão conforme o Código Criminal e seu artigo 179, pagando multa de duzentos mil réis por cada africano importado. Em seu Art. 3.º estabelecia uma complexa rede de envolvidos no tráfico, todos eles, traficantes ou

¹⁴ HAMEISTER, op. cit., p. 3.

¹⁵ BITTENCOURT, Joséli Pasetto, 2019, p. 27.

¹⁶ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. 2010.

não, seriam considerados importadores, portanto, seriam julgados como coloca o artigo segundo. Nota-se também certa intenção de envolver a população, visto que o Art. 5.º determinava que o indivíduo que noticiasse importações de africanos receberia da Fazenda Pública quantia de trinta mil réis por pessoas apreendidas¹⁷.

Analisando os artigos da lei, pode-se perceber estruturas bem completas que vão de encontro com o pensamento de Beatriz Mamigonian (2010) ao considerar que a lei de 1831 “não foi tratada como uma medida ‘para inglês ver’ pelos seus formuladores, como não foi desconsiderada pelos infratores, que ao longo das próximas décadas muito se esforçaram para negar sua validade”¹⁸. Nessa lógica, o que se opera daí em diante foi uma grande e completa reestruturação do tráfico transatlântico para ele continuar operando, agora na ilegalidade.

Santa Catarina na ilegalidade do tráfico

Antes de desenvolver sobre a questão do tráfico no século XIX, é preciso brevemente inserir como Santa Catarina estava localizada no sistema anterior a esse período. A escravidão na província atendeu pequenos portes e estava muito focada em atividades de subsistência, por sua vez, era comum, mesmo em famílias mais pobres, a posse de um ou dois escravizados¹⁹. No entanto, com a ocupação do litoral catarinense, no século XVIII, fundaram-se as armações baleeiras. Fernanda Zimmermann (2013), as considera como unidades escravistas, pois, grande parte das tarefas desempenhadas nessas armações eram realizadas por escravizados. Além disso, as armações eram atividades econômicas que abasteciam o mercado interno com toicinho e material para a produção de vela; e o mercado externo com o óleo de baleia para a iluminação²⁰. Assim, além de atividades de pequeno porte, o contexto das armações baleeiras insere Santa Catarina em uma produção que tem a escravidão como um trabalho requerido e que ocupava certa centralidade.

No caso de São Miguel, onde se localizava a Armação da Piedade, indícios²¹ apontam que havia, em 1796, um total de 788 escravos de um conjunto de 2.758 habitantes. Assim, cerca de 28% da população era escrava²². Sobre a presença de africanos escravizados em Santa

¹⁷ BRASIL. Lei – de 7 de novembro de 1831. l, 1875.

¹⁸ MAMIGONIAN, op. cit., p. 226.

¹⁹ PEDRO, Joana Maria. *et al.*, 1988, p. 20.

²⁰ ZIMMERMANN, Fernanda. 2013, p. 46.

²¹ Beatriz Mamigonian relata a dificuldade de se encontrar documentação a respeito do século XVIII, momento em que houve uma importante chegada de africanos no litoral catarinense (MAMIGONIAN, 2013, p. 574).

Consultar: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. 2014. p. 565-596.

²² MAMIGONIAN. 2014, p. 574-575.

Catarina, entre 1787 e 1836, afirma-se que “A população escrava, com exceção do ano de 1811, nunca foi inferior a 20%. Verifica-se, portanto, uma estabilidade na composição da população de quase cinco décadas. Apesar de sua dimensão relativamente limitada, o escravismo possuía um lugar estrutural nessa sociedade”²³.

No início do século XIX, com a vinda da Corte para o Brasil em 1808, se intensificou a demanda por alimentos. O comércio com Santa Catarina ganhou maior intensidade devido à expansão da exportação para o Rio de Janeiro²⁴. Cresceu também o número de africanos novos batizados. Apenas em duas freguesias, Ribeirão da Ilha e Lagoa da Conceição, houve um aumento expressivo. O pico foi de 37 registros em 1817 no Ribeirão da Ilha²⁵; e na Lagoa da Conceição os grandes índices ocorreram em 1810 e 1827, ambos com 14 registros²⁶.

No caso deste artigo, cabe destacar o contexto do Ribeirão da Ilha. Localizada na baía sul da Ilha de Santa Catarina, a freguesia foi uma das regiões que receberam imigrantes açorianos para povoar o litoral no século XVIII. A economia que se desenvolveu na região era baseada na agricultura, mas havia também a Armação da Lagoinha, que se destinava à pesca da baleia. Em 1820, havia 1828 habitantes na freguesia e a população escrava chegou a 31,8% do total habitacional. Percebe-se que a mão de obra escravizada estava longe de ser algo marginal e pouco aderida, de modo que “Durante boa parte do século XIX, a freguesia do Ribeirão teve a maior concentração de escravos na população total, entre todas as freguesias da ilha”²⁷.

Além disso, Fernanda Zimmermann (2004) constatou que, em 1843, 40% das famílias possuíam escravos, desse total, 76% tinham entre 1 e 5 escravizados, e 7,5% possuíam acima de 10 cativos. Esse contingente era empregado na lavoura, como o cultivo da mandioca, atividade de grande importância na freguesia onde os escravizados estavam relativamente concentrados. A autora conclui que dos batizados ocorridos na freguesia entre 1807 e 1854, aproximadamente 31% eram de escravos, sendo que 21% destes eram africanos²⁸.

Analisando os anos do recorte selecionados para essa pesquisa (batismos de 1831 a 1850, mas infelizmente, como constatou Zimmermann (2004), os registros de 1842 a 1845 estão queimados), percebe-se uma grande queda quanto ao batizado de africanos a partir da ilegalidade, ou seja, ocorreu uma importação numericamente menos significativa. Enquanto

²³ GOMES, Luciano Costa. 2017, p. 601.

²⁴ Ibid., p. 595.

²⁵ ZIMMERMANN, Fernanda, 2004, p. 24.

²⁶ BASTOS, Ana Carla. 2013, p. 77.

²⁷ ZIMMERMANN, op. cit. p. 5.

²⁸ ZIMMERMANN, 2004.

apenas em 1827 houve 19 batismos de africanos recém-chegados, entre 1831 e 1850, aproximadamente 20 anos, ocorreu quase a mesma quantidade de ocorrências. Tem-se, portanto, sete africanos batizados em 1831 (após a data da lei); quatro em 1832; um africano batizado em 1833, 1834 e 1835; três batismos em 1840; e por último, um batizado em 1848. É um valor relativamente baixo para o espaço temporal selecionado, mas isso diz respeito a apenas uma freguesia e demonstra que houve tráfico de africanos durante o período considerado ilegal²⁹. Tendo como base os 18 registros do Ribeirão da Ilha, observou-se um ponto interessante, o chamado “batismo condicional”. Como se constata no seguinte registro:

Aos vinte cinco dias do mes de Dezembro de mil oitocentos e trinta e hum nesta Matriz de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha de Santa Catarina baptisei condicionalmente [...] Vicente nação Benguela, Ventura nação Monjolo, Caetano nação Congo, Bernardo da mesma nação e Joaquina nação Benguela, todos escravos do Capitão José Francisco de Oliveira Garcia e Dona Maria Joaquina³⁰.

O termo ‘condicionalmente’ exprime que não se sabia se a pessoa (ou pessoas) havia sido batizada anteriormente. Logo, por haver dúvida, o escravizado era batizado a partir de uma condição devido à incerteza. No entanto, não se tratava de repetir o batismo, mas de haver uma certificação de um ritual importante para o catolicismo e que significava a entrada na Igreja e a eliminação de um pecado original³¹. A presença de termos como ‘condicionalmente’, a ausência de origem familiar (mãe e pai), assim como a citação de uma nação africana e o termo ‘escravo’, são alguns dos indicativos de que o registro se tratava de um batizado de africano escravizado.

Interessante notar também que ocorriam batismos coletivos, como o caso da citação acima. Nessas situações, os africanos poderiam pertencer ao mesmo senhor. No Ribeirão da Ilha eram comuns até 1830, porém, depois dessa data, como houve queda na entrada de africanos, explica-se em parte o número baixo de batismos coletivos, apenas dois.

Dos 18 escravizados batizados no período citado, 16 destes eram homens, para um número baixo de apenas 2 mulheres. Percebe-se uma entrada de africanos muito seletiva. Como demonstra Zimmermann (2004), durante todo o século XIX, houve 186 batismos de africanos novos no Ribeirão da Ilha, sendo que destes, 148 eram homens para apenas 38 mulheres³². Nesse

²⁹ Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livro 2 e 3. Filmado por Sociedade Genealógica de UTAH. Arquivo online.

³⁰ Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livro 2, 284 f. Filmado por Sociedade Genealógica de UTAH, p. 111.

³¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. 2004, p. 29-30

³² ZIMMERMANN, 2004, p. 17.

mesmo período, os registros da Lagoa da Conceição também apontam para uma discrepância. De 110 africanos, 91 eram homens e apenas 19 mulheres³³. Nos dois casos, a grande diferença demonstra um tráfico selecionado e vindo de outros portos do país. Essa constatação encontra suporte ao verificar que pelo tráfico atlântico trazia-se em média 2 homens para 1 mulher. Já a partir das ocorrências de 1831 a 1850 no Ribeirão, verificou-se uma presença masculina oito vezes maior que feminina. A composição discrepante de gênero pode ser um indício da dependência de um tráfico com outras províncias que selecionava uma mão de obra específica, pois os homens eram a maioria nos desembarques em Santa Catarina. Um dos direcionamentos dos escravizados masculinos era para a agricultura e os engenhos ou para as armações baleeiras.

Quadro 1 – Batismos de africanos durante 1831 a 1850 no Ribeirão da Ilha.

Data	Nome	Origem
08/12/1831	João	Congo
08/12/1831	Lorenço	Cabinda
25/12/1831	Vicente	Benguela
25/12/1831	Ventura	Monjolo
25/12/1831	Caetano	Congo
25/12/1831	Bernardo	Congo
25/12/1831	Joaquina	Benguela
05/01/1832	Caetano	Congo
19/02/1832	Joaquim	Cabinda
23/09/1832	Joaquim	Moçambique
16/12/1832	Antônio	Congo
23/06/1833	Antônio	Cabinda
22/11/1834	Matheus	Moçambique
01/01/1835	José	Congo
20/04/1840	José	Moçambique
15/06/1840	Manoel	Cassange
15/08/1840	Benedita	Da Costa
13/08/1848	Manoel	Da Costa

Fonte: Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livros 2 e 3.

A partir dos dados do Quadro 1, percebe-se que grande parte dos escravizados advindos para o Ribeirão da Ilha, no período de 1831 a 1850, eram de regiões da África Central. De modo a organizar esse quantitativo, apenas os escravos de Moçambique (África Oriental) e os identificados como “Da Costa” (possivelmente África Ocidental, como Costa da Mina), advinham de regiões diferentes. Assim, tem-se que dos 18 escravizados batizados, 13 eram da

³³ SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. 2009.

África Central, 3 da África Oriental e 2 provavelmente da África Ocidental. Percebe-se uma grande predominância de uma região específica. Beatriz Mamigonian (2014) analisa que, em 1843, entre os escravizados adultos do Ribeirão da Ilha, 76% advinham da África Centro-Oriental, com grande predominância do Congo – nota-se essa característica também a partir do quadro acima –, 15% da África Oriental e somente 9% da África Ocidental³⁴.

Com esses dados sobre a procedência escrava para Santa Catarina, abra-se o questionamento se essas pessoas advinham diretamente do continente africano a partir do tráfico de longa duração. O porto do Rio de Janeiro torna-se importantíssimo para essa questão. Em datas próximas ao final do século XVIII esse porto se firmou como o maior importador e distribuidor de escravos no Brasil. Santa Catarina esteve relacionada a esse sistema, visto que a praça do Rio de Janeiro tinha caráter reprodutor da conjuntura escravista para muitas áreas do país. Isso se sustenta ao verificar que a composição escrava africana na província provinha de regiões iguais e de portos da África que mantinham contato com o porto carioca³⁵. Nessa lógica, Mamigonian (2014) retrata um momento de prosperidade do tráfico durante os primeiros anos do século XIX devido a interiorização da Corte no Brasil e sua demanda por alimentos:

[...] os africanos residentes na Ilha de Santa Catarina e no litoral adjacente, muito provavelmente, fizeram a travessia atlântica em barcos dos negociantes da praça do Rio de Janeiro e foram reembarcados para Santa Catarina, junto com outras mercadorias para lá levadas, a fim de serem trocados por gêneros de abastecimento, principalmente a farinha de mandioca³⁶.

Manolo Florentino (1997) verifica uma forte predominância da região da África Central no comércio atlântico com o Rio de Janeiro, e esse dado cresceu enormemente a partir de 1811³⁷. As demais regiões que aparecem nos registros de batismo (África Ocidental e Oriental) também tinham importações menos significativas para o porto carioca. Consoante às análises de Florentino, percebe-se que a procedência escrava do Ribeirão da Ilha é muito similar com as regiões que mantinham contato com o porto do Rio de Janeiro – inclusive a predominância de escravizados da África Central aparece em ambos os casos. Essas questões fazem verificar que, além de haver um tráfico seletivo, havia um contato muito forte com o porto carioca que redirecionava pessoas para outras regiões brasileiras.

³⁴ MAMIGONIAN, 2014, p. 579.

³⁵ CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. 2010, p. 46-47.

³⁶ MAMIGONIAN, 2014, p. 578.

³⁷ FLORENTINO, 1997, p. 79.

No entanto, isso não atesta com precisão que a procedência desses escravizados adivinha de portos cariocas ligados à África. Assim, é necessário traçar um valor quantitativo quanto a demanda de pessoas escravizadas para Santa Catarina. Entre 1815 e 1826 quase 60% dos envios para a província levavam somente um escravo, e 29% de dois até cinco escravos. Portanto, além de ser um tráfico seletivo – como se constatou pela composição de gênero – verifica-se uma demanda de escravos para pequenos negócios, ou negócios que demandavam pouca mão de obra. No entanto, evitando cair na falácia de que o trabalho escravo não era visado, Vitor Hugo Bastos Cardoso (2010) levanta que havia envios com mais de 50 escravos³⁸. Logo, pode-se vislumbrar que o tráfico selecionado e diminuto demandava o contato com outras províncias brasileiras e não uma interligação direta com a África, pois esta operava em volumes muito mais expressivos que ultrapassavam de 100 escravos por envios.

O contato de Santa Catarina com o Rio de Janeiro fica mais forte durante o período de 1808 e 1828 devido uma fase de aceleração do tráfico que se deu pela diversificação das rotas transatlânticas de escravos e a exportação para outras províncias³⁹. Em Santa Catarina a

[...] transferência da corte imperial para o Rio de Janeiro e a nova conjuntura da economia colonial trouxeram dinamismo econômico ainda maior para as áreas de produção de alimentos do litoral catarinense, como fizeram também com outras regiões do Sul e Sudeste. O litoral catarinense viveu então uma fase de distinta prosperidade com base nas exportações de alimentos, sustentada, em grande parte, pela compra de africanos novos para as pequenas e médias propriedades agrícolas⁴⁰.

Com essas exposições é possível compreender com maior precisão os registros de batismo analisados. Como dito anteriormente, a quantidade de africanos novos batizados no Ribeirão da Ilha teve uma considerável queda a partir da lei antitráfico de 1831. A análise de Cardoso (2010) é muito relevante para compreender essa demanda, o autor relata como o porto do Rio de Janeiro era importante para a manutenção do escravagismo na Ilha. Portanto, pelos batizados do Quadro 1, verifica-se como os envios geralmente eram pequenos. O número mais expressivo, cinco, ocorreu em 25 de dezembro de 1831, todos os escravos eram dos mesmos proprietários, José Francisco de Oliveira Garcia e Maria Joaquina. Apesar dessa constatação, é preciso deixar claro que essa análise se restringe aos envios para o Ribeirão da Ilha, não para toda a província de Santa Catarina. Esse é um recorte específico e que diz respeito a uma

³⁸ CARDOSO, 2010, p. 47-48.

³⁹ PASSOS, André Fernandes. 2015, p. 40.

⁴⁰ MAMIGONIAN, 2014, p. 577.

freguesia e uma forma de análise, mas que demonstra como as demandas continuaram operando e prosseguiram na ordem de serem destinadas para pequenos negócios.

Para um efeito comparativo, no caso da freguesia da Lagoa da Conceição, o número de batismos de africanos novos durante a lei de 1831 até 1850 foi de dezesseis⁴¹. A quantidade entre as duas freguesias é similar, contudo, possui variações diferentes, no caso da Lagoa eles estão mais distribuídos, já no Ribeirão ocorreu uma concentração de batizados após a lei. No que cabe a essa análise, percebe-se que em ambos os casos a demanda foi pequena, mas não deixou de existir, auxiliando a afirmar a tese que os envios de escravos para Santa Catarina eram majoritariamente pequenos e funcionavam através de um abastecimento de escravos novos a partir do porto carioca. Sobre essa questão, Florentino (1997) traça um percentual de envios que ocorriam para algumas províncias, inclusive a catarinense:

[...] no que se refere ao século XIX, há sólidas indicações de que o Rio provia por via marítima boa parte dos africanos importados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. De acordo com a Gazeta do Rio de Janeiro, três entre cada vinte embarcações que em 1812 [...] saíam do porto carioca para o Rio Grande do Sul, o faziam carregadas com escravos, cifra que nos casos dos que partiam para Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Norte Fluminense chegava, respectivamente, a 12%, 9%, 2% e 10%⁴².

De algum modo é difícil afirmar o contato direto de Santa Catarina com regiões africanas e a conseqüente entrada de africanos na capitania/província a partir dessa interação. A importação de pessoas escravizadas para esta região esteve em grande medida associada à praça do Rio de Janeiro através de um tráfico seletivo, pouco volumoso e que recebia africanos já batizados ou recém-chegados. Outra questão relevante é que a diminuição da importação de escravos pode ser explicada devido à um encarecimento do preço dos escravizados no mercado nacional, reflexos do tratado com a Inglaterra e da lei 7 de novembro de 1831, assim a Ilha deixou de acompanhar a grande expansão do tráfico atlântico ilegal para o Brasil, que teve o Sudeste como grande centro⁴³.

Apesar de não haver um contato direto com África pelo tráfico de longa duração, Santa Catarina não ficou ausente do circuito mercantil atlântico devido à ligação com o Rio de Janeiro, e esse contato, apesar de diminuto, não deixou de existir depois da ilegalidade, demonstrando como a escravidão na província não assumia posição marginal.

⁴¹ Lagoa Batismos 1751 – 1854 Livres e escravos. Transcrição de Maria Helena Schweitzer. In: **Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e Cultura**. Planilha do *Excel*. Arquivo *online*.

⁴² FLORENTINO, 1997, p. 38.

⁴³ MAMIGONIAN, 2014.

Conclusão

Os registros de batismo constituem uma importante fonte de pesquisa sobre a Ilha de Santa Catarina. Através desse elemento podemos perceber a entrada de um contingente escravizado que ficou durante muito tempo posto em segundo plano pela historiografia. Visualizar o atual estado para além da imigração europeia é necessário e urgente. Nesse exame, é cabível considerar que a escravidão teve importante influência na província, apesar dos constantes apagamentos que ainda persistem em um imaginário predominantemente europeu e saudosista a esses colonizadores.

Verificar a continuidade da escravidão na então província, mesmo após uma lei que determinava o tráfico uma atividade ilegal, faz perceber que a demanda era necessária e importante em trabalhos na Ilha, sejam eles pequenos ou não. Do contrário, não seria necessário ter a importação dessa mão de obra que colocava os traficantes no radar da marinha britânica localizada na costa brasileira e sujeitando-os a leis que condenavam a atividade.

Percebe-se, através de três elementos nos batismos, fatores da mão de obra escrava empregada no Ribeirão: a seletividade, ou escolha, do gênero masculino; a origem africana dessas pessoas; e a quantidade diminuta de envios de escravizados. Esses elementos assinalam como Santa Catarina fazia parte do circuito mercantil atlântico através da conexão com o porto carioca. Apesar da pequena quantidade de envios ou da diminuta frequência de batizados após 1831, não se pode assumir que a escravidão era um fator irrelevante. Se fosse, a importação de africanos não seria requerida em um período de ilegalidade.

Esses exercícios são muito importantes para a construção de uma história que deixe de privilegiar o colonizador ou o imigrante europeu – o que não implica em desconsiderar a presença destes. Descentralizar essa pesquisa e o ensino são passos necessários para desconstruir o distinto “sentido de colonização⁴⁴” que dava grande destaque ao imigrante europeu e diferenciava Santa Catarina das demais regiões brasileiras, quase sempre relegando a escravidão a coisa pouco importante ou sem peso na sociedade da Ilha e da província. Novos panoramas devem ser traçados para enxergar Santa Catarina em contextos mais amplos e, quem sabe, com muito esforço, mapear embarcações que aportaram escravizados na capitania/província para completar as relações com o circuito.

⁴⁴ MAMIGONIAN, 2014, p. 570.

FONTES

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livro 2, 284 f. Filmado por Sociedade Genealógica de UTAH. Arquivo *online*. Disponível em: <https://bit.ly/batismos1825-1834>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livro 2, 284 f. (continuação do anterior). Filmado por Sociedade Genealógica de UTAH. Arquivo *online*. Disponível em: <https://bit.ly/batismos1834-1841>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livro 3, 100 f. Filmado por Sociedade Genealógica de UTAH. Arquivo *online*. Disponível em: <https://bit.ly/batismos1846-1854>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Lei – de 7 de novembro de 1831. **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831**. Parte I. Rio de Janeiro, Thyphographia Nacional, 1875.

Lagoa Batismos 1751 – 1854 Livres e escravos. Transcrição de Maria Helena Schweitzer. *In: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e Cultura*. Planilha do *Excel*. Arquivo *online*.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos Engenhos de Farinha da Lagoa da Conceição. *In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Zimmermann. História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013, p. 67-82.

BITTENCOURT, Joséli Pasetto. **Registros de Batismo como patrimônio documental: o olhar arquivístico sobre a Paróquia Nossa Senhora das Vitórias - Cacequi/RS**. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3sx83st>. Acesso: 28 fev. 2022.

CAMILO, Nathan. O uso de registros paroquiais como possibilidade de combinação de estudos quantitativos com estudos de trajetórias individuais: um exercício aplicado às práticas de nomeação. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 38, p. 156-188, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/41979/29166>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. **Varia História** (UFMG), Belo Horizonte, n. 31, p. 21-40, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/BatismoSignificados>. Acesso em: 28 nov. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. O comércio de escravos para a capitania de Santa Catarina (1815-1826): notas preliminares. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n.

1, p. 43-51, jul. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/OComercioDeEscravos>. Acesso em: 01 mar. 2022.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOMES, Luciano Costa. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 593-615, set./dez. 2017. Disponível: <https://bit.ly/LivresELibertos>. Acesso: 08 dez. 2021.

HAMEISTER, Martha Daisson. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. *In*: Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2011, p. 1-20. Disponível em: <https://bit.ly/3swJWue>. Acesso em 28 nov. 2021.

HONORATO, Cláudio de Paulo. **Valongo**: o mercado de escravos do rio de janeiro, 1758-1831. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_HONORATO_Claudio_de_Paula-S.pdf. Acesso em: 27 fev. 2022.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1994, p. 423-483.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade Histórica e segregação. *In*: LEITE, Ilka B. (org.). **Negros no Sul do Brasil**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 33-53.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) Coleção Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). *In*: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014. p. 565-596. Disponível em: <https://bit.ly/AfricanosemSantaCatarina>. Acesso em: 13 mar. 2022.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850. *In*: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre 2005. Disponível em: <https://bit.ly/AbolicionismoBritânico>. Acesso em: 08 dez. 2021.

PASSOS, André Fernandes. **Rotas internas do comércio de escravos**: Laguna, primeiras décadas do século XIX. 2015. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/RotasInternas>. Acesso em: 28 fev. 2022.

PEDRO, Joana Maria. CZESNAT, Ligia de Oliveira; FALCÃO, Luiz Felipe; SILVA, Orivalda Lima e; CARDOSO, Paulino Francisco de Jesus; CHEREM, Rosângela Miranda. **Negro em**

terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, liberdade e os arranjo de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101610>. Acesso em: 13 mar. 2022.

PIAZZA, Walter. O escravo numa economia minifundiária. São Paulo: Resenha Universitária; Florianópolis: UDESC, 1975,

SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. População escrava e africanos na Ilha de Santa Catarina (1830-1860). *In:* 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009. **Anais [...]**, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/PopulaçãoEscrava>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. **Santa Catarina na Rota do Tráfico:** portos catarinenses e o tráfico atlântico ilegal de escravos, 1831-1855. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/NaRotaDoTráfico>. Acesso em: 16 fev. 2021.

VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina: a ilha. Florianópolis: IOESC, Imprensa oficial do estado de Santa Catarina, 1984.

VICENZI, Renilda. Compadrio e escravidão: o apadrinhamento de escravos em Lages (1778-1860). *In:* XIV Encontro Estadual de História. **Anais [...]**, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/CompadrioEscravidão>. Acesso em 28 fev. 2021.

ZIMMERMANN, Fernanda. **Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX**. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

ZIMMERMANN, Fernanda. Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista. *In:* MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa:** africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013, p. 43-66.

“Cruzeiros do Sul”: reflexão acerca da colonialidade através da literatura de Urda Klueger

“Cruzeiros do Sul”: reflection on coloniality through the literature of Urda Klueger

Lucas Carminati¹

Resumo: Tendo como base a referência literária “Cruzeiros do Sul”, de Urda Alice Klueger, o presente trabalho pretende discorrer acerca do discurso que pairou o século XX, no que diz respeito ao processo colonizatório do Sul do Brasil. Com isso busca-se analisar a representação das personagens que fazem parte dos eventos, tomando como foco principal os indígenas, e assim compreender a repercussão de conceitos e ideais que perpetuam o apagamento indígena e a amenização da violência que permeava os contatos entre populações originárias e os invasores europeus.

Palavras-chave: Colonialidade; História Indígena; Romantização; História de Santa Catarina.

Abstract: Based on the literary reference “Cruzeiros do Sul”, by Urda Alice Klueger, this article discusses the discourse that permeated the 20th century regarding the colonization process in southern Brazil. This way, we analyze the representation of the characters taking part in these events, particularly indigenous people, to understand how certain concepts and ideals can perpetuate indigenous erasure as well as the alleviation of the violence of European invaders towards indigenous populations.

Keywords: Coloniality; Indigenous History; Romanticization; History of Santa Catarina.

Introdução

O processo de colonização que atingiu o sul do Brasil com a chegada do europeu, mais intensamente após o século XVIII, faz parte do imaginário popular dos catarinenses, seja através da memória familiar, ensino escolar, conteúdo midiático ou literário. Sendo assim é possível perceber certas “familiaridades” na forma como essa invasão é retratada usualmente.

Percebe-se no discurso acerca da ocupação do território catarinense por parte dos imigrantes uma atenuação de feitos comuns aos colonos, tais quais a violência e o abuso para com indígenas da região, além do sentimento de pertencimento à terra que foi apropriada e uma romantização do contato entre europeus e nativos. Dessa forma promove-se uma imagem idealizada da figura do colono, colocando o mesmo como herói e povoador da região sul, ao mesmo tempo em que se invisibiliza os que já habitavam e ainda habitam a área.

¹ Graduando em história pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: lucas-carminati@hotmail.com

Como mão-de-obra, vieram os imigrantes em busca de um futuro melhor. Antes mesmo da mudança para o regime republicano e da abolição da escravidão, as elites já difundiam o discurso de valorização do europeu branco, laborioso e disciplinado. O propósito de branqueamento da população seria alcançado através dos estrangeiros².

Como forma de compreender tal discurso e perceber de que maneira ele é perpetuado, será tomada como objeto de análise a literatura catarinense, mais especificamente a obra “Cruzeiros do Sul”, da autora Urda Alice Klueger.

Antes de adentrar a obra em si, se faz importante compreender um pouco melhor Urda Klueger e o momento em que ela se encontra fazendo suas publicações. A autora nasceu na cidade de Blumenau, SC, na segunda metade do século XX e faz parte de uma geração de autores catarinenses que trazem à tona esse “sentimento alemão”, como aponta Mirian Cardoso:

[...] Após 1945, aparecem as narrativas feitas por “brasileiros catarinenses”, filhos de “alemães brasileiros”, como nomeia Celestino Sachet (1985,p.123), “uma literatura, em língua portuguesa, com alma e sentimentos brasileiros de “alemães” de Santa Catarina, com hábitos e costumes integrando-se à lusitanidade”. Nessa linha aparece, entre outros escritores, a blumenauense Urda Alice Klueger³.

Klueger possui diversas obras relacionadas ao ambiente catarinense, principalmente ambientadas em cenários coloniais, na qual a família, e principalmente o homem, são representados como desbravadores, pessoas corajosas e virtuosas que buscam o desenvolvimento, não somente da casa, mas da comunidade como um todo⁴. Existem ainda, outros aspectos majoritariamente aludidos em seus textos:

Nas narrativas de Urda Alice Klueger, especialmente em Verde Vale e No Tempo das Tangerinas, há predominância de traços específicos com os quais a autora trabalha delineando a sua ficção, como o emigrante, o filho do imigrante, a natureza, a mulher alemã, seus valores, atitudes e comportamentos. Esses traços são abordados dentro de uma temática otimista e apontam para um momento histórico específico⁵.

Assim sendo, era comum em sua escrita a reprodução de estereótipos difundidos entre os teuto-blumenauenses:

Em Urda Alice Klueger evidenciamos a construção de personagens e a presença de elementos típicos das primeiras narrativas em língua alemã no Brasil, ou seja, o índio aparece como aquele que assusta e invade a propriedade dos colonos, a imagem negativa do mestiço, a mistura de raças vista com desagrado, os casamentos mistos aceitos com resistência, os conflitos vividos

²WITTMANN, Luisa, 2007, p. 76

³CARDOSO, Mirian Rosi. 2001, p. 5.

⁴Ibid, p. 5-8.

⁵Ibid., p. 8.

pelos filhos de imigrantes, as festas que acontecem na colônia, a saudade da velha pátria, o trabalho, a mulher alemã que é o porto-seguro do marido, a figura central do lar, o qual ela toma aconchegante,[...]”⁶.

Cruzeiros do Sul

A obra “Cruzeiros do Sul” conta com um enredo bastante extenso, e também uma marcação temporal relativamente longa, com o início de sua história em um período que pode ser localizado por volta do século XVII⁷ e seu término sendo no final do século XX. O livro é demarcado por diversos capítulos, cada qual tendo o nome de uma personagem (salvo exceções do capítulo II, “Os meninos de São Paulo”; capítulo IV, “A família do ermo”; capítulo V, “O menino que via a magia”; e capítulo XI, “O padre”), de forma que a personagem que dá nome à passagem tem certo destaque naquele recorte⁸.

Por ser uma obra que aborda um período extenso⁹ ela conta com capítulos diversos e uma grande variedade de personagens. Os recortes que mais interessam ao presente artigo se encontram no início do livro, e contam com uma presença de indígenas e europeus, ainda em um contato precoce e tímido. No desenvolver do enredo as personagens indígenas em geral desaparecem da história, contando apenas com breves citações acerca de um parentesco ou uma memória distante.

Dessa maneira “Cruzeiros do Sul” busca relatar uma história da colonização de Santa Catarina pelos europeus, ilustrando uma grande linhagem de descendência que inicia em um romance de um homem europeu com uma mulher indígena¹⁰. De forma que reconta as aventuras dos “colonos” desde o momento mais recuado de sua chegada até o período de publicação do livro, mas o faz a partir de uma perspectiva colonizatória e eurocêntrica, abordagem essa que será discutida no decorrer do trabalho.

Uma vez contextualizadas, ainda que brevemente, algumas características da escrita de Urda Klueger, é necessária uma reflexão no que diz respeito a relação próxima, mas ao mesmo tempo turva, que possuem a história e a literatura, antes de adentrarmos a obra em específico.

⁶ Ibid., p. 7.

⁷ O período inicial do livro não é especificado, mas pode ser posicionado em tal momento a julgar pelas características das personagens e ambientação da obra em geral.

⁸ KLUEGER, Urda, 1992.

⁹ Apesar de seu recorte espacial ficar quase sempre limitado a Santa Catarina, salvo algumas exceções que levam a história a São Paulo ou Paraná.

¹⁰ Tem como intuito recobrar a história da colonização de Santa Catarina, mas personificando tal acontecimento em uma linhagem familiar que se estende desde os contatos mais recuados entre europeus e indígenas.

História e literatura

A proximidade estabelecida entre a literatura e a história assume maior evidência principalmente após a segunda metade do século XX, em suma como parte de uma estratégia de multidisciplinaridade que visava a incorporação de diferentes pensamentos e novas soluções para o estudo da história¹¹.

Pode-se então pensar nas diferenças entre as duas disciplinas:

Entretanto, a principal diferença entre os dois processos é a linguagem empregada para produção de cada narrativa, ou seja, cada uma vai ser produzida com um objetivo diferente e vai usar a linguagem que melhor expressar as ideias. Essa linguagem impressa nos discursos pode despertar vários tipos de reações no sujeito leitor, e por isso devem ser cuidadosamente escolhidas para que seu objetivo não seja frustrado, ou que sua intenção não seja alcançada¹².

A questão da literatura é que usualmente ela carrega emoções em seu corpo, volta-se para o sensível de forma que o leitor seja cativado ou se identifique com a história¹³; a historiografia pode também carregar emoção em sua construção, mas obviamente deve possuir maior apego com suas fontes (quaisquer que sejam seus formatos), algo que é mais flexível quando se pensa a literatura, “O discurso literário carrega, assim, a possibilidade de registrar importantes fatos históricos, que podem, inclusive, tratar de assuntos polêmicos ou turbulentos, mas sem necessariamente referenciá-los como realidade, mas sim, como fruto de um simples devaneio do autor”¹⁴.

Tendo em vista o acercamento existente entre as disciplinas e ainda o “desapego” que a literatura pode apresentar para com o cuidado com as fontes e o processo historiográfico, é admissível ponderar seu papel na reprodução de discursos muitas vezes ligados a elites ou aos chamados “sensos comuns” reproduzidos em massa, tal qual a narrativa da colonialidade¹⁵.

Dessa forma, a literatura e a história se interligam também com a memória, assim como a apresenta Le Goff:

[...] mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva

¹¹ SANTOS, Zelo dos 2007, pp. 117 – 126.

¹² THIEL, Jenifer Royer. 2016, p. 34.

¹³ Ibid., p. 34.

¹⁴ Ibid., p. 35.

¹⁵ É importante ressaltar que, mesmo se usando de fontes, a história também é direcionada a defender certo ponto ou ideologia, negar isso recai sobre a questão da “história verdadeira”, que não deve ser considerada uma abordagem possível. Mas por repousar na ficção a literatura pode levar seu discurso a lugares mais flexíveis e alcançar maior público.

escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória¹⁶.

Ambas as disciplinas podem servir como instrumento de resistência e quebra do discurso dominante ou como forma de perpetuação da chamada “memória coletiva”. É enorme, então, o papel de obras literárias que se propõem a tratar de problemáticas históricas, uma vez que atingem um grande público e podem, através de seu enredo, continuar ou reforçar estereótipos acerca de momentos ou grupos históricos.

Discutida a relação que pode ser traçada entre os campos da história e da literatura e reforçado o papel importante do autor ficcional que se propõe a ter como motivo de sua trama ambientes históricos, a análise recai agora sobre o conceito do termo colonialidade.

Colonialidade, reflexões acerca do conceito

“Os escritos do palácio do governo catarinense apresentam com freqüência idéias dos índios como ferozes, incivilizáveis e inúteis, e dos imigrantes como pacíficos, civilizados e trabalhadores que impulsionam o desenvolvimento do país”¹⁷. Tal declaração é ilustrativa do período colonial, mas tal discurso permanece ainda hoje. De forma a compreender as bases dessa narrativa, cabe uma discussão acerca da chamada colonialidade.

Walter Mignolo apresenta o conceito da colonialidade¹⁸, e como ela está interligada ao advento da modernidade, não podendo ser dissociada da mesma¹⁹. A partir da análise teórica de Mignolo, percebe-se que o discurso resultante da colonização exercida pela Europa, em suas colônias ou ex-colônias na América, é uma das ferramentas essenciais do processo de dominação. “Na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade”²⁰. Tal articulação representa o domínio sobre o conhecimento e a subjetividade, e é disseminado até a contemporaneidade. Ainda a respeito da “matriz colonial de poder” o autor afirma: “O que sustenta as quatro “cabeças”, ou âmbitos inter-relacionados de administração e controle (a

¹⁶ GOFF, Jacques Le2013, p.

¹⁷ WITTMANN, Luisa. 2007, p. 64.

¹⁸ Conceito introduzido por Anibal Quijano no final do século XX, definido da seguinte maneira por Mignolo, “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada.” em MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 32, n. 94, 2017, p. 2.

¹⁹ Ibid., p. 2.

²⁰ Ibid., p. 2.

ordem mundial), são as duas “pernas”, ou seja, o fundamento racial e patriarcal do conhecimento”²¹.

Fica evidente a representação pejorativa acerca dos indígenas ao se voltar para a mídia catarinense no século XX, como no exemplo visto em “Blumenau em cadernos” no ano de 1961: “Se o índio, nesta sua constante ameaça e assaltos, levasse a melhor, ficava ameaçado o progresso de Blumenau, que dependia diretamente da abertura da estrada para o campo e da construção da linha telegráfica”²².

Na passagem exemplificada acima, percebe-se a oposição travada entre a figura do indígena e a noção de progresso, que reforça a ideia de domínio ocidental sobre a epistemologia, no qual a noção de que os povos originários estariam no lado oposto de um suposto desenvolvimento baseado nos moldes europeus foi comumente difundida²³.

Além disso, em uma coluna nomeada “apontamentos sobre os índios”, do mesmo “Blumenau em cadernos”, agora no ano de 1984, continuam os levantamentos preconceituosos e generalizantes a respeito dos indígenas em Santa Catarina:

“Os índios da Reserva vivem em péssimas condições mas isso porque eles querem, pois quase todos apresentam boa saúde e condições físicas, sendo que não trabalham por mero comodismo ou melhor dizendo, preguiça”. [...] “O índio tem vergonha de ser índio. Não usam mais traje desde 1915 e em 1914 saíram do mato”²⁴.

Então, um dos vários “nós”, como chama Mignolo, que é perceptível na propagação desse discurso moderno que compõe esse modelo colonialista é o seguinte:

Uma concepção particular do “sujeito moderno”, uma ideia do homem, introduzida no Renascimento europeu, se tornou o modelo para o humano e para a humanidade, e o ponto de referência para a classificação racial e o racismo global (QUIJANO, 2000; WYNTER, 2001)²⁵.

Essa valoração da figura do imigrante, colocado como superior em relação a outros agentes históricos é notável no imaginário catarinense, como vê-se na seguinte publicação de ““O ano novo””, efetuada em Joinville no ano de 1931: “A princípio as preferencias incidiram

²¹ MIGNOLO, Walter D, 2017, p.5.

²² **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, maio 1961. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884634&Pesq=%c3%adndio&pagfis=982>. Acesso em: abr. 2023.

²³ Tal ideia acerca do controle sobre a episteme é desenvolvida de maneira mais aprofundada em: SPIVAK. Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

²⁴ **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, ago. 1984. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884634&Pesq=%c3%adndio&pagfis=824>. Acesso em: abr. 2023.

²⁵ MIGNOLO, Walter D. 2017, p.11-12.

sobre açorianos e suíços, passando mais tarde para os alemães, cuja raça mais afeita ao trabalho seria de molde a satisfazer plenamente as aspirações que o governo visava”²⁶.

Ainda em relação a construção de um discurso colonial na modernidade, Johannes Fabian acrescenta algumas reflexões sobre o tempo e o “Outro”²⁷ na modernidade, que cabem ser reascendidas. Fabian coloca que a antropologia evolucionista do período moderno (após o século XIX) é responsável pela espacialização do tempo²⁸. Em outras palavras, ele coloca: “Desde então, devo argumentar, os esforços da antropologia em estabelecer relações com o seu Outro por meio de mecanismos temporais sugeriram uma afirmação da diferença como distância”²⁹.

Ao pensar o conceito temporal na modernidade e conseqüentemente na colonialidade, compreende-se que tal distanciamento temporal era mais uma ferramenta política que embasava o discurso eurocêntrico. Desse modo os povos colocados como “selvagens”, ou os “Outros”, a partir das lentes coloniais, eram postos em um estágio anterior da temporalidade, e, portanto, não poderiam alcançar a civilização³⁰.

A esse fenômeno de distanciamento temporal do “Outro” Fabian dá o nome de negação da coetaneidade³¹, e assim como os domínios relacionados a “matriz colonial do poder” apresentados anteriormente, presentes em Mignolo³², essa transformação da compreensão temporal advinda com a modernidade também pode ser associada à colonialidade e seus efeitos percebidos no livro de Urda Klueger.

As problemáticas do livro “Cruzeiros do Sul”

Uma frase pertinente para refletir a respeito da escrita de Klueger e sua maneira de representar as passagens está presente na dissertação de Mirian Cardoso:

Marcos Konder Reis, ao fazer a apresentação desse romance, adverte: “o problema do choque de culturas, do conflito de raças, das dificuldades de adaptação não são por ela iluminados por uma luz trágica, por uma sombra de

²⁶ “O ANNO NOVO”. Joinville, dez. 1931. dez. 1931. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/oannonovo/ANN1931XXX.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

²⁷ Ver sobre isso em FABIAN, Johannes. 2013, p. 39-70.

²⁸ Ibid., p. 52.

²⁹ Ibid., p. 52.

³⁰ Ibid., p. 62.

³¹ Fenômeno elaborado por Fabian e descrito por ele da seguinte maneira: “A isso chamarei negação da coetaneidade. Por meio dessa expressão quero indicar uma persistente e sistemática tendência em identificar o(s) referente(s) da antropologia em um Tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico.” em Ibid., p. 67.

³² MIGNOLO, Walter D. 2017, p. 01-18.

infelicidade, por uma lâmpada cruel, mas para nossa grande satisfação, por uma alba de felicidade e por um crepúsculo de serena e doce melancolia”³³.

Todavia, diferente do colocado por Marcos Konder Reis, tal abordagem romantizada e “[...] iluminada [...] por uma alba de felicidade”, é fruto da colonialidade e da já citada “memória coletiva” que permeia o imaginário da colônia teuto-blumenauense.

Em relação aos personagens indígenas apresentados em “Cruzeiros do Sul”, foco da presente leitura, é interessante apontar que certas características de populações originárias de Santa Catarina são colocadas pela autora com exatidão, como por exemplo a migração sazonal que os Laklano realizavam no território, “A área era também ocupada pelo grupo indígena Xokleng, que percorria a região em um movimento caracterizado como nomadismo estacional, deslocando-se à procura de caça e frutos para coleta”³⁴. E percebida em diversos momentos do livro de Klueger, “passaram-se mais dias, os dois grupos caminhando juntos, [...]”³⁵; “[...] Miguel já aprendera que era agora o tempo de eles fazerem uma grande migração, que só voltariam àquela região antes do futuro inverno, quando fosse tempo dos pinhões amadurecerem”³⁶.

Assim sendo, mesmo apresentando conhecimento acerca dos grupos indígenas retratados, em diversos momentos as conexões acontecidas entre os povos indígenas e os europeus são atenuadas e colocadas sob uma luz de romance. Uma passagem que ilustra bem tal “ar de romantização” se encontra logo no primeiro capítulo do livro, intitulado “Madjá-Aiú”, no qual a personagem Laklãnõ-xokleng³⁷, que dá nome ao capítulo, se apaixona pelo homem europeu, Johannes ou “cabelo amarelo”, aprisionado por seu povo, tendo a iniciativa de requirir-lo como parceiro, “Eu o quero para mim – anunciou a moça”³⁸.

Neste mesmo capítulo, outro elemento é a questão da miscigenação, representada pela revelação de uma filha nascida do relacionamento entre Madjá-Aiú e Johannes:

Um filho! - repetiu para si mesmo, pleno de magia. Abraçou Madjá-Aiú, o coração batendo disparado, as emoções descontroladas. Nem lhe passou pela cabeça que aquela magia não era só sua, que pertencia ao mundo, que ele estava sendo apenas um elo de ligação entre os continentes, entre os povos, entre o Antigo e o Novo, entre o conhecido e o desconhecido. [...] Cabelo amarelo era só mais um dos que participavam da criação de uma nova raça,

³³ CARDOSO, Mirian Rosi. 2001, p. 62.

³⁴ SELAU, Maurício da Silva. 2006, p. 107.

³⁵ KLUEGER, Urda, 1992, p. 41.

³⁶ Ibid., p. 69.

³⁷ A autora não confirma a população ou o tronco linguístico, mas deixa claro que eles “não falam tupi-guarani”, então a julgar pelas características, movimentos de migração e região, é provável se tratar dos Laklãnõ-xokleng.

³⁸ KLUEGER, Urda. 1992, p. 33.

de um novo povo que começava a se formar com pujança e pressa sob a luz do Cruzeiro do Sul³⁹.

Acerca da miscigenação, a autora acaba por tratar o processo com uma visão positiva, que não era a realidade dos momentos de colonização; na verdade os indígenas eram vistos como selvagens, no mais, além do extermínio, propostas tidas como defensoras dos povos indígenas visava a aculturação e “civilização” dos chamados “índios”⁴⁰. Sendo assim, as culturas indígenas eram invisibilizadas, fosse pela violência física ou pelo esforço de apagá-las através da “civilização” dos indivíduos.

Ainda no que diz respeito ao relacionamento entre indígenas e brancos, Urda Klueger romantiza não somente a questão da miscigenação entre as etnias, mas também coloca como característica da aproximação (além do medo), o respeito e a amizade que era formada entre os colonos e os povos indígenas que povoavam a região de Santa Catarina:

Sem maiores incidentes, dois dias depois, os índios foram embora. Na despedida, para acentuar sua autoridade, Miguel fez explodir um pouco de pólvora no fogo. Foram-se cheios de respeito para com o novo morador. Pelo inverno afora outros grupos de índios apareceram por ali, mas já vinham sem os sustos dos primeiros que tinham chegado. [...] Miguel sempre caçava alguma coisa para eles, sempre se sentava à sua fogueira e lhes contava a história dos animais sagrados; cada vez mais aprendia a nova língua que eles falavam. Cuidou sempre para que nada acontecesse que os tornasse inimigos, mas não titubeava em gastar pólvora para garantir-lhes o respeito⁴¹;

Aquele ser nada sociável que era Miguel, comoveu-se com a espontaneidade do índio. Por todo aquele inverno vira centenas de índios, que o enxergavam como uma curiosidade, um ser poderoso que disparava raios, que possuía animais recebidos diretamente do Grande espírito, que era estranho e forte. Até então, porém, nenhum índio viera lhe trazer uma oferta de amizade como estava recebendo agora⁴².

Cristina Scheibe Wolff discorre sobre a problemática da representação e memória dos povos indígenas em Santa Catarina - ela destaca o apagamento desses povos na formação e desenvolvimento do Estado, seja na memória, obras literárias ou historiográficas⁴³. É interessante em seu texto a maneira como Wolff contrapõe relatos obtidos através da história oral com o conteúdo presente na obra "Cruzeiros do Sul", ao apresentar relatos de descendentes de imigrantes alemães que descrevem o sentimento que misturava medo e ódio pelos indígenas,

³⁹ Ibid., p. 45.

⁴⁰ WITTMANN, Luisa. 2007, p. 82-83.

⁴¹ KLUEGER, Urda. Op. cit., p. 68-69.

⁴² Ibid., p. 71.

⁴³ WOLFF, Cristina S. 2003, v. I, p. 40.

e ainda retratava os casos de “índias pegas a laço”⁴⁴, que vão contra a representação romântica de relacionamentos entre indígenas e imigrantes que Klueger apresenta.

Tendo em vista a discrepância entre os relatos, a historiografia de modo geral⁴⁵ (principalmente após a segunda metade do século XX) e as relações representadas por Urda Klueger, pode-se entender como atua o discurso colonial, responsável pela dominação do conhecimento e tão enraizado no imaginário da população catarinense que ainda é reproduzido.

Outro ponto que cabe reflexão é a “passividade” com a qual os indígenas são representados. Os personagens representantes dos povos originários não participam do desenvolvimento do estado de Santa Catarina na história de Klueger, estando presentes como pares românticos, amigos ou parentes (por parte materna) dos colonos. Portanto, os indígenas são apresentados basicamente como parte do processo de miscigenação, mas conforme a história do livro e o tempo avança, eles vão desaparecendo do enredo e são, no máximo, recobrados em breves momentos, como parentes distantes.

Tendo como exemplo “Cruzeiros do Sul”, a análise de Cristina Wolff acerca da historiografia e concomitantemente da representação do estado de Santa Catarina fica limitada aos feitos de imigrantes:

Na historiografia da região Sul, especialmente Santa Catarina, os estudos centram-se nas figuras dos imigrantes: açoriano, alemães, italianos, e dos “pioneiros” vicentistas, fazendeiros, bem como no poder político constituído por estes. Índios, negros e caboclos têm sido sistematicamente excluídos desta história, com raras exceções. Desta forma constrói-se uma identidade para a região, baseada na figura europeia⁴⁶.

Dessa maneira, é recobrada a crítica no que diz respeito a representação indígena no livro de Urda Klueger, mas acrescenta-se à questão da romantização dos contatos entre colonos e indígenas, também a secundariedade que os povos originários assumem na obra, tendo sua participação limitada à interação com os europeus, em geral sob o ponto de vista dos colonos, ou apenas deixando de serem mencionados no decorrer do livro. Não são destacadas as contribuições culturais, linguísticas ou técnicas, por exemplo, que advieram dos povos indígenas.

O objetivo do artigo é observar se e como a colonialidade pode ser propagada através da literatura, portanto, não cabe aqui a discussão acerca das motivações da autora de “Cruzeiros

⁴⁴ Ibid., p. 38-45.

⁴⁵ A respeito da historiografia catarinense e suas fases, ver sobre em WOLFF, Cristina S. *Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate*. Florianópolis: **Revista Catarinense de História**, n 3, 1994, p. 5-15.

⁴⁶ WOLFF, Cristina S. 2003, v. I, p. 40.

do Sul”, ou seu posicionamento frente a tal discurso colonizatório, mas sim a exemplificação das formas que tais memórias são reproduzidas e perpetuadas, através do apagamento indígena ou da atenuação de características marcantes do processo de povoamento branco do sul do Brasil, tal qual a violência, o trabalho escravo ou a miscigenação resultante do abuso de, majoritariamente, mulheres indígenas. Como coloca Halbwachs, “A memória é sempre uma construção presente, que, seleciona aquilo que lhe é mais conveniente lembrar no passado”⁴⁷.

Conclusão

Após essa concisa exposição de algumas das problemáticas da obra “Cruzeiros do Sul”, relacionadas à temática indígena e que podem ser problematizadas quando postas em discussão com uma bibliografia recente acerca da colonização do território catarinense, é possível perceber como a colonialidade ainda atua no imaginário da população de Santa Catarina. Os elementos destacados anteriormente no presente trabalho, como o distanciamento do “Outro”⁴⁸, operam como constituintes de um pensamento colonial, de forma a exaltar a cultura colona. Tais elementos são recorrentes na obra de Urda Klueger, ficando mais evidente no decorrer do livro, de modo que os indígenas deixam de fazer parte da história conforme o tempo linear avança na obra.

A dominação no campo subjetivo ou do conhecimento, já antes apresentada em Mignolo⁴⁹, também é notável. Sua principal representação é o fato de a história contar com o ponto de vista dos europeus ou seus descendentes, colocando-os como agentes da colonização, e todas as outras personagens que compuseram esse processo, como por exemplo os indígenas, são somente apresentados como satélites que orbitam a história dos colonos.

Ao perceber tais representações colonialistas na composição do texto de Urda Klueger, é importante novamente ressaltar como os mesmos são construídos:

De certa forma, o que Janete Machado evidencia é que os elementos com que Urda Klueger trabalha em sua ficção constituem o imaginário comum teuto-blumenauense e, por isso, mediam as projeções e identificações na relação com o leitor, que, ao se identificar, passa a ter e a incorporar essas imagens como ideais⁵⁰.

⁴⁷ Ibid., p. 46.

⁴⁸ FABIAN, Johannes. 2013, p. 39-70.

⁴⁹ MIGNOLO, Walter D. 2017, p. 01-18.

⁵⁰ CARDOSO, Mirian Rosi. 2001, p. 64.

Então, é possível constatar que, ao mesmo tempo em que a obra é construída a partir do discurso idealizado já presente na comunidade teuto-blumenauense, ela ajuda a perpetuar tal discurso, reproduzindo-o sob uma ótica de romance histórico e de certa feita legitimando tal narrativa. Por fim, vale realçar a importância de buscar cada vez mais pensar a história de maneira decolonial, de forma a romper com esse domínio sobre os conceitos e conhecimentos comuns que a colonialidade apresenta sobre o imaginário popular, e até mesmo acadêmico⁵¹. Evidencia-se então uma frase retirada do trabalho de Mignolo: “A “colonialidade” já é um conceito “descolonial”⁵².

Referências bibliográficas

Blumenau em Cadernos. Blumenau, ago. 1984. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884634&Pesq=%c3%a%ndio&pagfis=8249>. Acesso em: abr. 2023.

Blumenau em Cadernos. Blumenau, maio 1961. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884634&Pesq=%c3%a%ndio&pagfis=982>. Acesso em: abr. 2023.

CARDOSO, Mirian Rosi. **Estudos culturais e gênero: mulheres na ficção de Urda Alice Klueger.** Florianópolis, 2001.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto.** Petrópolis: Vozes, 2013, p. 39-70.

KLUEGER, Urda. **Cruzeiros do Sul.** Florianópolis: Editora Lunardelli, 1992.

MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 32, n. 94, p. 01-18, 2017.

“**O Ano Novo**”. Joinville, dez. 1931. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/oannonovo/ANN1931XXX.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

SANTOS, Zelo dos. HISTÓRIA E LITERATURA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL. **Revista Científica / FAP.** v. 2, 2007, p. 117 – 126.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio.** 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado) -

⁵¹ Além de buscar alternativas à colonialidade é importante reconhecer sua presença no cotidiano, de maneira a tornar possível o combate a tal ideologia.

⁵² MIGNOLO, Walter D. op.cit., p. 2.

Curso de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

THIEL, Jenifer Royer. **A Construção da Memória e Sua Influência na Constituição Identitária**: Análise da Obra No Tempo das Tangerinas, de Urda Alice Klueger. Frederico Westphalen, 2016.

WITTMANN, Luisa T. **O Vapor e o Botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007, p. 59-92.

WOLFF, Cristina S.. Índias e Brancos no Sul do Brasil - reflexões sobre a memória e a construção de identidades. In: Renato Lopes Leite. (Org.). **Cultura & Poder**: Portugal - Brasil no século XX. Curitiba: Juruá, 2003, v. I, p. 37-51.

Afro-religiosidade em Florianópolis: caminhos que levaram ao pioneirismo de Mãe Malvina na Umbanda

Afro-religiosity in Florianópolis: paths that led to the pioneering spirit of Mãe Malvina in Umbanda

Tatiana Machado Freitas¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar quem foi Mãe Malvina e como são abertos os trabalhos do Centro Espírita São Jorge, reconhecido por parcela significativa da comunidade religiosa como o primeiro terreiro de umbanda da Grande Florianópolis. Para isso, será apresentada a presença da população negra no estado, uma síntese sobre a trajetória histórica da afro-religiosidade na região e as repressões policiais enfrentadas pelos terreiros. Isso será possível a partir da figura de Mãe Malvina, uma líder religiosa de grande prestígio na Grande Florianópolis, e com o amparo de reportagens jornalísticas realizadas sobre ela e seu terreiro, os quais exemplificam a sua importância para a comunidade religiosa da região.

Palavras-chave: Afro-religiosidade; Mãe Malvina; memória; população negra; preconceito; umbanda.

Abstract: This article aims to demonstrate who Mãe Malvina was and how the works of the São Jorge Spiritist Center are opened, recognized by a significant portion of the religious community as the first umbanda terreiro in Greater Florianópolis. For this, the presence of the black population in the state will be presented, a summary of the historical trajectory of Afro-religiosity in the region and the police repressions faced by the terreiros. This will be possible based on the figure of Mãe Malvina, a religious leader of great prestige in Greater Florianópolis, and with the support of journalistic reports about her and her terreiro, which exemplify her importance for the religious community in the region.

Keywords: Afro-religiosity; Mother Malvina; memory; black population; preconception; umbanda.

*Livre!
Ser livre da matéria escrava,
arrancar os grilhões que nos flagelam
e livre penetrar nos dons que selam
a alma e lhe emprestam toda a etérea lava.
Livre da humana, da terrestre bava,
dos corações daninhos que regelam,
quando os nossos sentidos se rebelam
contra a infâmia bifronte que deprava.
Livre! bem livre para andar mais puro,
mais junto à natureza e mais seguro
do seu amor, de todas as justiças.*

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: aptatianaf@gmail.com.

*Livre! para sentir a natureza,
para gozar, na universal grandeza,
fecundas e arcangélicas preguiças.²*

Apesar de não ser possível apontar com precisão qual teria sido o primeiro terreiro aberto ao público da Grande Florianópolis, há um consenso da comunidade afro-religiosa de que seria o Centro Espírita São Jorge, da mãe de santo Malvina Ayroso de Barros.³ O terreiro de Mãe Malvina iniciou seus trabalhos na década de 1940, no entanto, a prática afro-religiosa na cidade não teve início nesse período. Presente já no século XIX através das práticas de cura e benzimento — elencada pejorativamente como feitiçaria —, a religiosidade de matriz africana se apresenta embrionariamente através dos conhecimentos de medicina natural.

Por isso, este artigo além de apresentar como e quando surge formalmente a Umbanda na cidade, irá discorrer de forma sucinta sobre a presença negra na Ilha, o curso histórico das manifestações religiosas da população negra e os preconceitos enfrentados por ela. Para tanto, serão utilizados censos demográficos do século XIX e XX para comparação da população negra na cidade, trabalhos de especialistas na temática e matérias de jornais da época que retratam o cenário afro-religioso na região.

Presença negra na Ilha de Santa Catarina

Ao tratar das expressões afro-religiosas na Ilha de Santa Catarina, torna-se imprescindível falar da população africana e de seus descendentes na região. Essa importância se dá, sobretudo, pela necessidade em fornecer um olhar atento à essa população que, em grande parte da historiografia que trata da história do estado, foi invisibilizada através do predomínio das histórias e características européias. Vale ressaltar que isso se dá, em grande parte, pelas políticas de branqueamento pelo qual a região Sul do país passa no século XIX, as quais tinham o objetivo de promover o desaparecimento de negros e indígenas através da mestiçagem; e com o tempo, essas teorias de branqueamento foram se fortalecendo no campo ideológico, político e mitológico.⁴

No censo demográfico de 1980 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Santa Catarina aparece ao lado do Mato Grosso do Sul e Fernando de

² Poema “Livre!” de Cruz e Sousa publicado em 1905.

³ TRAMONTE, Cristiana. Bases históricas da consolidação das religiões afro-brasileiras: embates e estratégias do “povo de santo” em Santa Catarina. In: III Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH. Florianópolis, 2010, p. 51.

⁴ LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade história e segregação. Textos e debates: NUER/UFSC, ano 1, nº 1. 1991

Noronha com o menor percentual de negros do país: apenas 2% da população. A partir disso, como coloca Ilka Boaventura, o estado passa a ser considerado no cenário nacional enquanto um "Estado branco", uma "Europa incrustada no Brasil".⁵ Mais de um século antes, por volta da década de 1850, as homens e mulheres africanas marcavam sua presença nas ruas de Desterro e se concentravam, com uma certa predominância de mulheres, nos ramos do comércio ambulante. Em 1855, Nossa Senhora do Desterro era uma pequena cidade portuária com 5.611 habitantes, dos quais cerca de 1.436 eram escravos (25%).⁶ Menos de duas décadas depois, em 1872, de acordo com o Recenseamento Geral do Brasil de 1950 do IBGE, cerca de 9% da população catarinense se autodeclarava preta e 12,19% parda e, conforme aponta Soares, "A presença escrava está registrada no Quadro [demográfico] só a partir do século XIX, mas é sabido que depois da primeira metade do século anterior o negro já constituía um numeroso contingente da população do Desterro".⁷ Valendo ressaltar que, no estado, a capital foi o município que obtinha o maior número de escravizados, tendo seu ápice em 1824 e sofrendo um decréscimo após esse período.

Dessa forma, percebemos que o contingente escravo da capital não foi inexpressivo e, assim como elucida Maria das Graças (1997), não devemos cair nas armadilhas que buscam "justificar a invisibilidade das populações negras em Florianópolis sob o argumento de que Desterro, por ter sido uma economia subsidiária, teve, diferentemente de outras regiões brasileiras, uma população escrava bastante reduzida".⁸ A presença negra no solo catarinense e florianopolitano, portanto, não deve ser invalidada, dada a sua relevância para o desenvolvimento do estado e da cidade, bem como da sua história e cultura. A presença negra pode ser observada material e simbolicamente através da religiosidade de matriz africana cultuada na Ilha, e será a partir dela que dialogaremos a seguir.

Trajetória histórica das manifestações religiosas

As práticas religiosas da população negra se apresentaram, inicialmente, através das Irmandades, sendo as expressões do catolicismo praticadas pelos negros e negras essenciais

⁵ LEITE, 1991, p. 07.

⁶ POPINIGIS, Fabiane. 2012, p. 194.

⁷ SOARES, Iaponan. (1988) Historiografia e Documentação sobre escravos em Santa Catarina - As Fontes do Arquivo Público do Estado. *ÁGORA: Arquivologia Em Debate*, 4(8), 11–20. 2011, p. 14.

⁸ MARIA, Maria das Graças. "Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes": experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis – 1930 a 1940. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1997, p. 27.

para a compreensão da formação das religiões afro-brasileiras na cidade. As Irmandades brasileiras, segundo Mortari (1995), se constituíram como instituições que, a partir da devoção de um santo específico, propiciavam laços de solidariedade e amizade entre os ‘irmãos’ e, também, ascensão social e representatividade. Além disso, houveram práticas de sincretismo religioso afro-brasileiro, como o Cacumbi, igualmente conhecido como Catumbi ou Quicumbi. Com isso, compreendemos a importância do catolicismo na manifestação afro-religiosa em Desterro, usado, muitas vezes, como método de defesa pela população negra da cidade.

A partir disso, é possível se valer da divisão histórica que Tramonte (2001) realiza sobre a trajetória histórica das religiões afro-brasileiras na cidade, a qual conta com 4 períodos: 1) fase embrionária no século XIX com as práticas de benzimento, interpretadas pelo estado como feitiçaria; 2) 1940-1960 com o surgimento dos primeiros terreiros no espaço público; 3) 1970-1980 com um aumento na visibilidade, ocupação do espaço público e consolidação da religião; 4) crescimento efetivo no número de praticantes. Partindo dessa distribuição, data do mesmo período os preconceitos institucionais sobre as práticas culturais da população negra, o que se exemplifica através do Código de Posturas de Desterro que coloca, na Lei 222 de 10 de maio de 1845, a proibição de "*ajuntamentos de escravos ou libertos... que tiverem por objetivo os souts reinados africanos*".

Assim dito, as primeiras manifestações dos saberes religiosos se dá nas práticas conhecidas como "feitiçaria", que nada mais seria que a aplicação de medicinas alternativas e naturais, principalmente através de benzimentos. Esse mesmo método era utilizado por outros grupos populacionais da cidade, como as mulheres açorianas, no entanto, à elas o termo "feitiçaria" não era utilizado, sendo empregada a conotação negativa e preconceituosa da expressão de forma restrita à população negra; assim, podemos dizer que o uso do termo "feitiço" também se dá sobre o medo da população no que concerne ao assunto e o que diz respeito aos espíritos e suas incorporações. No século XX, esse temor permanece, Maggie (1992) reflete sobre o Código Penal de 1942, o qual discute implicitamente a ideia de que o mal é sempre produzido pela crença nos espíritos, e também assinala que a crença neles jamais fora questionada, mas amedrontadora.

Levando isso em consideração e a crescente imigração europeia pelo qual passa todo estado, a população negra entra no novo século ainda mais marginalizada social, política, econômica e culturalmente. Entretanto, a organização do povo-de-santo se fortaleceu, mesmo que, como registra Yvonne Maggie, "Os terreiros [tenham sido] encarados como lugar de produção de loucura, anti-sociais, isolados, fora de controle, em lugares ermos e de difícil

acesso”.⁹ Neste contexto, emergem os primeiros terreiros de Umbanda,¹⁰ forma pioneira das religiões afro-brasileiras na cidade, e assim, então, surge o Centro Espírita São Jorge.

Mãe Malvina

Há um consenso entre os praticantes das religiões afro-brasileiras de Florianópolis sobre o primeiro terreiro aberto na cidade ser o Centro Espírita São Jorge. Apesar do sincretismo, encontrado logo no seu nome, a sua base é, como veremos, fortemente africana. Sob a regência de Mãe Malvina, o Centro inicia seus trabalhos em 1947 e é oficializado seis anos depois, em 1953, e para compreender de que forma a religião se manifesta publicamente, é necessário evidenciar quem foi Mãe Malvina.

Figura 1: Mãe Malvina



Fonte: MENÊSES, 1973 apud NUER, 2017, p.80.

Malvina Airoso de Barros nasceu em 14 de setembro de 1910 na cidade de Itajaí e foi tecelã e artesã ao longo da sua vida. Sobre ela, partilhamos o apontamento de Silva (2016, p. 128): “Personagens como Mãe Malvina saltam aos olhos do historiador, não como uma

⁹ MAGGIE, Yvonne. Medo do feitiço. Relações entre poder e magia no Brasil. RJ: Arquivo Nacional, 1992, p. 178.

¹⁰ A origem histórica da Umbanda mais veiculada conta que a sua fundação se deu por Zélio Fernandino de Moraes em 1908 através da sua incorporação com o Caboclo das Sete Encruzilhadas. No entanto, o seu surgimento conta com outras interpretações, como a narrativa de que, na verdade, é um culto secular africano e que já no século XIX era praticado no Rio de Janeiro. Para saber mais sobre, ver: DELGADO, David Dias. Cruzes e Encruzilhadas: Sincretismo e identidade nos terreiros de Umbanda no eixo Rio – São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). São Paulo: PUC/SP, 2022.

personagem pronta, cuja vida deve ser investigada a ponto de classificá-la com a ajuda dos instrumentos da narrativa histórica, mas como um sujeito de discursos construídos pelo tempo”. Ela descobre sua mediunidade quando já tinha quase 30 anos, e sobre o assunto, ela compartilhou em 1987 ao jornal O Estado: *“Eu trabalhava numa fábrica de tecidos quando comecei a ter ataques epilépticos e tive que sair... Mas as crises continuavam. Só depois que entrei para a Umbanda fiquei curada, por isso minha família, apesar de ser católica, aceitou o fato”*. Neste relato, Malvina evidencia uma das motivações principais pela qual as religiões de matriz africana eram procuradas: problemas aparentemente de saúde física que não eram identificados ou tratados através da medicina convencional, e por isso, surge a necessidade de procurar soluções diversas para a doença ou perturbação.

Casada com José de Barros, baiano e também umbandista, Malvina decide após esses acontecimentos e contando com o apoio de seu companheiro, ir ao Rio de Janeiro em 1941 para desenvolver sua mediunidade e, cinco anos após, em 02 de fevereiro de 1946, dia de Iemanjá, Malvina "fez sua cabeça" na Escadaria da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim na Bahia, berço do candomblé.¹¹ A partir deste momento, nasce Mãe Malvina, a qual, um ano após, iria ser a criadora do primeiro terreiro de umbanda da Grande Florianópolis, juntamente com José de Barros.

Centro Espírita São Jorge: origem, repressão e visibilidade

O Centro Espírita São Jorge se localiza na Rua Felipe Neves, no bairro da Coloninha; na época, o bairro era pouco habitado, diferentemente do que vemos hoje, visto que se configura enquanto uma área fortemente urbanizada da região continental da cidade.

¹¹ O termo “fazer a cabeça” é utilizado para nomear o momento no qual a pessoa se inicia na religião, sendo submetida a ritos específicos e aprendizados sobre os cultos da religião. É, neste momento, que a cabeça, (*Orí* em yorubá) é preparada para receber os Orixás que guiam e protegem a pessoa.

Figura 2: Centro Espírita São Jorge Guerreiro



Fonte: MENÊSES, 1973 apud NUER, 2017, p.81.

O C.E. caracteriza a primeira manifestação da região também pelo uso de elementos de culto africanista que antes não eram vistos, como o atabaque, instrumento de percussão essencial para que o rito seja realizado, e segundo Tramonte, eles não eram utilizados com o objetivo de evitar a repressão policial e confrontos com a vizinhança.¹²

Pensando na divisão histórica das religiões afro-brasileiras já colocadas, as décadas apontadas como referências para o surgimento dos terreiros são marcadas também por forte violência e perseguição policial. Sobre isso, Mãe Malvina expôs que *“houve uma época em que a Umbanda era considerada feitiçaria. Sofri muito porque as pessoas não estavam acostumadas com isso, que é comum do Rio de Janeiro para cima principalmente”*.¹³ Por conta disso, inclusive, apesar de viver em uma área com amplo acesso à praia, a Yalorixá realizava suas homenagens à Iemanjá na praia de Tramandaí, no Rio Grande do Sul.¹⁴ Neste aspecto, Juraci Malvina Pereira, filha de Mãe Malvina e responsável pelo C.E. após a morte de sua mãe, relata à Tramonte (2001):

Eu escutava minha mãe contar que sofreu muito com o Coronel Estrogildo. Esse homem chegava nos terreiros... e levava os tambores para a delegacia. Ela passou muito trabalho. Os vizinhos que não aceitavam, diziam que aqui dançavam mulheres nuas, que era casa de putaria.¹⁵

¹² TRAMONTE, 2001, p. 53

¹³ *O Estado*, 23/04/1982.

¹⁴ “Yalorixá” é uma adaptação do termo yorubá *iyalorishá*, que se traduz como mãe-de-santo, a sacerdotisa responsável pelos trabalhos de uma casa de culto religioso afro-brasileiro.

¹⁵ TRAMONTE, 2001, p. 55.

Além da tirania policial, havia o preconceito e perseguição por parte de membros da Igreja Católica: “*Sofri muito no colégio porque minha mãe era umbandista. O padre me tirava da sala de aula; ele vinha dar aula de doutrina na escola...e dizia: você se retire porque é macumbeira. Eu queria morrer... Eu tinha 14 anos, em 1953*”. Mãe Malvina mesmo identifica esses acontecimentos contando em uma entrevista concedida em 1978 para O Estado que “*muitas vezes [se] impedia a realização de nossos cultos sob alegação de que coisas imorais aconteciam aqui*”.¹⁶

Com o passar do tempo, Mãe Malvina e seu Centro foram cativando o respeito da população, a qual passou a compreender a prática do amor e da caridade pela qual se ampara a religião de matriz africana. As repressões reduzem, então, a partir da década de 1960. Com isso, se consolida o foco deste artigo na temporalidade em que os rituais afro-brasileiros ganham maior visibilidade e respeito.

A década de 1970 e as divulgações públicas sobre o C.E e Mãe Malvina

A partir da década de 1960, que é quando ocorre uma maior ocupação do espaço público das religiões afro-brasileiras, o que proporciona uma maior visibilidade e consolidação das mesmas, há uma série de reportagens jornalísticas sobre o assunto. Dada a representatividade de Mãe Malvina para a comunidade, há diversos relatos sobre festejos ocorridos no seu terreiro, principalmente no jornal O Estado, que dedicou múltiplas páginas à história do Centro e da Yalorixá. No entanto, ressalta-se que, apesar das páginas de jornal, a documentação existente acerca de Malvina não vai muito além disso, que é o que indica Silva (2016, p. 17) ao constatar que “o que se pode encontrar no Arquivo Público do Estado são pequenos rastros de notícias de jornais desde os anos de 1970 até o seu falecimento em 1988”. Apesar da escassez, foi possível analisar algumas reportagens, como veremos a seguir:

Figura 3: Umbandistas festejaram o Preto-Velho.

¹⁶ O Estado, 30/12/1978.



Fonte: O Estado (19/05/1971).

Na reportagem de 19 de maio de 1971, é anunciada a festa de pretos-velhos ocorrida no C.E. e veiculada na capa e entre as páginas do jornal O Estado a imagem de Mãe Malvina (ao centro) entrando em transe, provavelmente com a sua preta-velha Maria Conga. Ao longo da matéria, havia

(...) uma breve descrição sobre a tão comemorada data do aniversário de preto velho, a minuciosa descrição da entrada do terreiro de Malvina, que fizera referência a uma senzala, e logo após lemos a descrição feita sobre o terreiro de São Jorge como um dos mais bem cuidados do estado e D. Malvina, como é chamada pela narrativa, apontada como uma das mães de santos mais famosas de Santa Catarina. Na sequência, uma significativa descrição sobre o que seria a Umbanda, segundo o discurso proposto pela reportagem. Fala em uma religião que ainda se desenvolve no país e do sincretismo religioso, ou seja, das várias influências.¹⁷

A imagem divulgada pelo jornal e o conhecimento sobre as páginas textuais da matéria fornecem uma série de elementos para análise. Em primeiro lugar, coloca-se o caráter narrativo da notícia, que destaca:

¹⁷ SILVA, Beatriz Pereira da. “Trajetória de luz e encanto”: discursos e narrativas sobre a mãe Malvina (1970-2016), 212 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2016, p. 128.

No Centro Espírita São Jorge, no Estreito, que tem como mãe-de-santo a figura conhecida de dona Malvina Airoso Moreira a gira começou por volta das 21 horas (...). O terreiro do Centro Espírita São Jorge, um dos mais bonitos e bem cuidados de todo o Estado conta com três gongás (altares). Logo a entrada do terreiro está o gongá de Ogum (São Jorge) padroeiro do terreiro e guia da mãe-de-santo.¹⁸

Nota-se a descrição de diversos elementos, como o terreiro e sua localização, o traço de beleza e cuidado atribuído à ele e também a citação à Yalorixá, à termos religiosos (como gongá) e ao Orixá Ogum.¹⁹

Interessa-nos, sobretudo, atentar para a importância social e política de uma comemoração de Pretos-Velhos, entidades que se caracterizam, em sua maioria, como escravizados e que trabalham na linha de Almas, seja apresentada na capa de um forte meio de comunicação da época. Essa movimentação se dá provavelmente como uma estratégia de Malvina em dar visibilidade ao seu culto religioso, visto que a imagem é realizada de dentro do terreiro, ou seja, conta com a autorização da dirigente do Centro. Além disso, é relevante afirmar que essa representação se dá em um terreiro africanista e com o vínculo direto com o Candomblé, sendo Malvina iniciada na religião nas escadarias da cidade mais negra do país e pioneira no culto afro-religioso.

Conclusão

A região Sul do Brasil não apenas passou por um projeto de branqueamento que se reflete na atualidade, mas segue sendo alvo do discurso equivocado de que o Sul é quase exclusivamente branco. A historiografia mais recente e os movimentos sociais nos alertam para o oposto, sendo o movimento “Tem Preto no Sul” uma das formas de percebermos isso.²⁰ Entretanto, mesmo com os avanços em torno da relevância da comunidade negra para o Sul do Brasil, ainda é percebida a invisibilização e marginalização colocada sobre essa parcela da população dos territórios da região, portanto, a essencialidade de afirmar que negros e negras não apenas povoaram esses espaços, mas foram e são fundamentais para as suas construções, não cessou.

¹⁸ *O Estado*, 19/05/1971, p. 5

¹⁹ Orixá da guerra e que forja o ferro, responsável por vencer demandas e dar licença (*Agô*, do yorubá) para que sejam realizados os trabalhos do terreiro.

²⁰ O projeto “Tem Preto no Sul” surge em 2016 na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, com o intuito de dar visibilidade a trabalhos artísticos realizados por pessoas negras. Entretanto, o movimento ganhou força nos últimos anos e se expandiu para outras regiões.

Tem preto no Sul
Pro paulista isso causa espanto
Omitem nossa relevância na formação da sociedade
O racismo fala em "racismo velado"
Desculpa, ele é explícito no meu estado.²¹

Apesar de a poesia elaborada por Bruno Negrão e Cristal Rocha ter sido apresentada durante o desfile ‘Poder Melanina Black’ da Loja Consone na Orla do Gasômetro de Porto Alegre e se referir ao estado gaúcho, é possível localizar que a realidade descrita nos versos dos autores não se distancia da que é percebida no solo catarinense.²² Com isso, não podemos cair no discurso (e na prática) de somente reforçar a invisibilização criada em torno da população negra da região, mas sim, tomar consciência racial — independente da nossa cor — e atentar para a história que nos contam os movimentos sociais.

Partindo do entendimento de memória enquanto forma de preservar o conhecimento que se encontra à disposição da sociedade,²³ uma questão primordial de ressaltar ao evidenciar as contribuições da população negra, é a religiosidade. Muito mais que um culto isolado com duração de algumas horas, ela reflete o modo de vida africano e afro-brasileiro, marcado pela oralidade, pelo matriarcalismo, pelo respeito à ancestralidade e pela forte rede de afeto e solidariedade.

Sobre as religiões de matriz africana em Florianópolis, identificamos entre as décadas de 1940 e 1970 a busca pela sua afirmação, e a partir desse período, como constatamos, houve uma ampliação no culto e na percepção da sociedade sobre ele. Assim, através do Centro Espírita São Jorge, Mãe Malvina representa todas essas características, e pôde, pessoalmente e ao longo de mais de 40 anos, representar a força e a beleza da ancestralidade negra.

Referências

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CANDEMIL, Luciano da Silva. **Ressonâncias históricas das religiões afro-brasileiras em Santa Catarina: Florianópolis, Itajaí e Joinville**. Revista Orfeu, v.5, n.3, dezembro de 2020 p. 503 de 577. Florianópolis, 2020.

²¹ NEGRÃO; ROCHA, 2018

²² Para conferir a poesia completa, ver: TEM PRETO NO SUL | Poesia de BRUNO NEGRÃO e CRISTAL ROCHA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EhOIX8ppnIA&ab_channel=BrunoNegr%C3%A3o. Acesso em 24 de abril de 2023, 11h37.

²³ DEGLINOMINI, Liziane de Souza. 2014.

CRUZ E SOUSA. **Últimos sonetos**. Paris, França: Aillaud, 1905.

Em Canasvieiras, amanhã, a Festa de Iemanjá. **O Estado**. Florianópolis, 30 dez. 1978, p. 16.

FERREIRA, Berenger. **Mãe Malvina, 50 anos dedicados aos trabalhos de um Centro Espírita**. **O Estado**, 08/10/1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1955. 132p. (VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950, Série Regional, v. XXVII, t. 1).

LEITE, Ilka Boaventura. **Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação**. In: *Negros o Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*, Florianópolis, Editora Letras Contemporâneas, 1996.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço. Relações entre poder e magia no Brasil**. RJ: Arquivo Nacional, 1992.

MARIA, Maria das Graças. **“Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes”**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis – 1930 a 1940. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1997.

NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (Organização de Ilka Boaventura Leite e Alexandra Eliza Vieira Alencar). **O axé dos territórios religiosos em Florianópolis e municípios vizinhos**. Florianópolis: Edições do Bosque UFSC/CFH/NUPPE, 2020, 210 p.

Preto Velho na Umbanda teve seu dia comemorado. **O Estado**. Florianópolis, 19 maio 1971, p. 5.

SILVA, Beatriz Pereira da. **“Trajetória de luz e encanto”**: discursos e narrativas sobre a mãe Malvina (1970-2016), 212 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2016.

SILVA, Beatriz Pereira da. **Memórias sobre uma mãe de santo**: uma problemática acerca da discussão memória e história. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.

SILVA, Jaime J. S. **Danças, tambores e festejos: Aspectos da cultura popular negra em Florianópolis do final do século XIX ao século XX**. In: *Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil*, vol.1, n.1 – 2007.

SOARES, Iaponan. (1988) **Historiografia e Documentação sobre escravos em Santa Catarina - As Fontes do Arquivo Público do Estado**. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, 4(8), 11–20. 2011.

Terreiros em festa: é hoje o “Dia de Ogun”. **O Estado**. Florianópolis, 23 abril 1982, p. 30.

TRAMONTE, Cristiana. **Bases históricas da consolidação das religiões afro-brasileiras:** embates e estratégias do "povo de santo" em Santa Catarina. In: III Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH. Florianópolis, 2010.

TRAMONTE, Cristiana. **Com a bandeira de Oxalá!** Trajetórias, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Itajaí: UNIVALI, 2001.

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778)

A small piece of land not so lost at sea: an analysis of the participation of the Ilha de Santa Catarina in the european world-economy (1747-1778)

José Antônio Alves¹

Resumo: A presente pesquisa é uma tentativa de iluminar a importância da participação da Ilha de Santa Catarina no processo de acumulação primitiva de capital ocorrido no centro da economia-mundo europeia. Houve aqui um enfoque no período entre os anos de 1747 e 1778. Para contar essa história foram mobilizadas as experiências de diversos agentes sociais como, por exemplo, navegadores, administradores locais e gestores do Estado português. Aos poucos uma vasta gama de disputas entre as potências colonialistas europeias pelo controle do local começou a emergir, motivada por sua importância estratégica para assegurar o domínio na região do Prata. No entanto, esse domínio não se objetivava apenas militar, já que implicava também no controle de rotas mercantes de abastecimento, pois os produtos da ilha alcançavam as vilas ao extremo sul do complexo colonial português na América e portos ao norte, mais especificamente, na Bahia e em Pernambuco. Isso quando não ganhavam espaço em todo o mercado do Atlântico sul, tal qual era o caso do azeite obtido em solo ilhéu, por meio da caça às baleias, após ser enviado para a cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Economia-Mundo, Jogos das Trocas, Acumulação Primitiva, Ilha de Santa Catarina, Malhas, Redes.

Abstract: The present research is an attempt to shed light on the importance of the participation of the Ilha de Santa Catarina in the process of primitive accumulation of capital that took place in the center of the european world-economy. There was a focus here on the period between the years 1747 and 1778. To tell this story, the experiences of various social agents were mobilized, such as navigators, local administrators and managers of the portuguese State. Gradually, a wide range of disputes between european colonialist powers for control of the area began to emerge, motivated by its strategic importance to ensure dominance in the Prata river region. However, this domain was not intended to be just military, since it also implied the control of merchant supply routes, as the island's products reached from the villages to the extreme south of the portuguese colonial complex in America and harbors to the north, more specifically, in Bahia and Pernambuco. This when they did not gain space throughout the south Atlantic market, as was the case of the train oil obtained in the island, through whaling, after being sent to the city of Rio de Janeiro.

Keywords: World-Economy, Game of Barter, Primitive Accumulation, Ilha de Santa Catarina, Meshes, Nets.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: j.alves.antonio@gmail.com.

Introdução

Em face do cenário atual da historiografia que aborda o período colonial brasileiro sabe-se que muitas das obras consagradas, algumas delas com grande impacto no processo de formação da identidade nacional, construíram para a sociedade colonial portuguesa na América um quadro bastante estático. Boa parte dos estudiosos focaram suas pesquisas entre os senhores, geralmente grandes proprietários, tanto de terras quanto de gentes, e os escravizados que se encontravam sob seu julgo. Contudo, em uma fase mais recente dos trabalhos acadêmicos que envolvem a América portuguesa essa imagem foi bastante problematizada. Graças a toda uma geração de autores como, por exemplo, Ronaldo Vainfas em *Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial* (1995), e Laura de Mello e Souza em *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, século XVI ao XVIII* (1993) as experiências de muitos outros agentes sociais passaram também a ser exploradas na construção historiográfica sobre o passado colonial do Brasil.

A baixa representatividade de estudos sobre sujeitos que não estavam nas camadas senhoriais ou escravizadas da sociedade colonial não era a única motriz da formação de lacunas no conhecimento historiográfico acerca do período. A maior parte dos estudos se debruçou sobre os grandes polos econômicos da colônia, como as cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Recife e Ouro Preto, provocando uma rarefação de pesquisas nas demais áreas do país. Muitas vezes o fato de não estarem nos eixos centrais da economia colonial, ou mesmo da economia contemporânea fez com que diversos lugares do Brasil tivessem seu passado desconsiderado ou esquecido. Nesse contexto se insere a capitania de Santa Catarina, sua Ilha e as terras continentais as quais a mesma abrangeu.

Visando contribuir para o preenchimento de lacunas no conhecimento historiográfico, no que se refere ao tempo pretérito do território catarinense atual, o intento do presente artigo é contribuir para a discussão, por meio de um *jogo de escalas*, de qual seria a posição da Ilha de Santa Catarina nos *jogos das trocas* que conformaram as *malhas das redes da economia-mundo* europeia entre os anos de 1747 e 1778, bem como a sua contribuição para o processo de *acumulação primitiva de capitais*.

Fundamentação teórico-metodológica

Lidar com passados que, por vezes, passaram ao largo da historiografia tradicional brasileira – como o que aqui é pretendido – requer grande destreza do profissional que por esse campo envereda. Todavia, ampliar o conhecimento da humanidade acerca de tais questões é

uma das principais missões do historiador. Para evitar muitas das aberrações, que podem ser introduzidas pela má análise das fontes ou por facetas do lugar social dos autores, são necessárias sólidas bases teórico-metodológicas. Objetivando construir um trabalho cientificamente robusto, aqui se partirá do entendimento de um papel para o historiador em consonância com os pensamentos de Herman Paul em *Historicismo fraco: sobre hierarquias de virtudes e de metas intelectuais* (2016). Segundo o mesmo, suas ideias aproximam-se do historicismo por rejeitarem descrições de comportamentos intelectualmente virtuosos, mas que não corroboram para se atingir a meta academicamente mais importante, a compreensão. Um historiador que tem uma ótima escrita, com certeza tem uma virtude intelectual. Contudo, se essa virtude não servir como ponto de apoio para que a historiografia avance em direção a uma melhor compreensão do quadro estudado, mesmo com uma narrativa maravilhosamente bem construída, em questão de coesão e símbolos de linguagem, o texto realizado não poderá ser tido como do gênero de história acadêmica. Porém, essa proximidade com o historicismo se enfraquece ao considerar que outras metas são possíveis, desde que não em oposição à meta principal. É reconhecer, como um dado da realidade, que historiadores façam esse tipo de ligação entre as metas intelectuais com frequência².

Metodologicamente existiu a opção de acompanhar as trajetórias de alguns personagens para conseguir lançar luz sobre o intrincado quadro das relações socioeconômicas que existiram no espaço-tempo citado. Com tal finalidade foram analisadas uma sequência de cartas trocadas, entre 1757 e 1761, por governadores, provedores da real fazenda da ilha e secretários de Estado, bem como exemplares cartográficos produzidos no século XVIII.

Esse caminho foi trilhado com base nos pilares da História Social que alicerçam obras ilustres como o livro de Edward Palmer Thompson *Senhores & Caçadores: A Origem da Lei Negra* (1987). Por manter também afinidades com as linhas mestras da Micro-História ocorre aqui a busca por tornar visível o que foi vivido pelos agentes históricos, algo “inacessível” a outras vertentes historiográficas que se ladeiam para o estruturalismo, porém, mesmo assim há, em conjunto, a proposta ressonante de identificar estruturas que estejam atuando integralmente na articulação da vida cotidiana de cada ser. A intenção é permitir o enriquecimento do conhecimento histórico, tornando a análise social mais complexa. Os alicerces da Micro-História não são antagônicos aos da já mencionada História Social, mas têm como desígnio reconsiderar e aprofundar seus conceitos para que se possa chegar aos objetivos de elucidar o

² PAUL, 2016, p. 40

funcionamento das sociedades por meio da compreensão das experiências dos sujeitos³. No entanto, recobre-se de importância ter em mente o fato de que nem todos os indivíduos da sociedade estudada fazem parte do grupo de análise, emergindo, assim, os limites desta abordagem. Apesar disso, ela não deixa de oferecer uma contribuição significativa e vigorosa para a historiografia que constrói o conhecimento acerca do objeto analisado⁴.

Quanto à cartografia estudada e produzida, pensa-se que mapas e outros símbolos culturais tornam-se uma forma de discurso contado por códigos icônicos, linguísticos, numéricos e temporais com o intento de conferir aos que os manuseiam uma forma espacial de conhecimento. Isto faz deles parte de um conjunto mais amplo de signos sócio-político-culturais a partir dos quais muitos fatores são trazidos à luz, porém outros são relegados às sombras⁵. Portanto, as obras cartográficas que compõem este artigo são o resultado de escolhas que pretendem realizar uma narrativa capaz de mostrar relações entre os agentes sociais estudados e o território da Ilha de Santa Catarina.

O conceito de economia-mundo, bastante caro a este trabalho, possui um funcionamento que convém explicitar. Ele é um movimento unitário que pode abarcar diversas instituições geopolíticas de macro escalas como Estados e impérios. Sua dinâmica se dá através das relações entre as áreas que o compõem, sejam elas *centrais*, *semiperiféricas* ou *periféricas*. Ou seja, as características das experiências vividas pelos agentes históricos mudam conforme estejam nessas diferentes áreas, pois as transformações sociais também têm nelas ritmos distintos. Isso implica em dizer que há um *tempo do centro*, um *tempo da relação centroperiferia*, e um *tempo da periferia*. Não se pode incorrer, porém, na forma simplista de pensar que as posições dos sujeitos e entidades políticas estão cristalizadas sob esse esquema, pois tanto as pessoas podem se deslocar como as áreas centrais, periféricas ou semiperiféricas mudarem conforme alterações conjunturais. Na zona central da economia-mundo acontece um processo mais acelerado de acumulação de capital em relação às demais áreas. Quando aqui se faz referência à acumulação primitiva está se pretendendo falar do mosaico de acontecimentos econômicos que participaram da transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista⁶. E é no caldo dessa panela que transcorrem as relações na Ilha de Santa Catarina no recorte enfocado nesta pesquisa. Os elementos que fazem parte desse cozido se relacionam seguindo a dança dos jogos das trocas. Essa é uma ferramenta de análise que diz respeito à circulação de mercadorias ou a

³ REVEL, 2000:17-18

⁴ THOMPSON, 1987: 16-17

⁵ HARLEY, 2005: 100-112

⁶ MORAES, 2011, p. 34-53

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

chamada economia de mercado. A materialização desse conceito ocorre nas lojas, nas feiras, nas bolsas de valores, nas atividades dos mascates, mas, também, de um sem-número de outros agentes sociais⁷.

Da espacialização dos jogos das trocas e das interconexões que a circulação das mercadorias promove configuram-se malhas que, por suas vezes, formatam redes de fluxo de pessoas, produtos e valores, dentre outros. O conceito, porém, não é dos mais concretos. Não existem respostas objetivas para perguntas como o quão densas devem ser as malhas de interações para que uma rede se configure ou quais os meios de comunicação que permitem manter e perpetuar as redes. No entanto, elas são fenômenos estruturais de grande poder, já que atuam fortemente na conformação dos cotidianos da humanidade, pois são capazes de exercer influências diretas mesmo sobre aqueles que não fazem parte delas. As redes e suas malhas estão sempre incrustadas em desigualdades estruturais no multifacetado diálogo entre suas áreas centrais, semiperiféricas e periféricas⁸.

O último dos conceitos que formam a espinha dorsal deste texto, e que precisa ser devidamente trabalhado junto ao leitor, é o jogo de escalas. Ele possibilita que se estude uma localização particular – como a Ilha de Santa Catarina – sem deixar de pensar nos eventos que a relacionam como uma vasta gama de outras escalas como, por exemplo, a nacional, a global, a trans-oceânica e muitas mais. Cada uma dessas prateleiras permite que o historiador tenha contato com diferentes dimensões da unidade de análise. “Tal como os cientistas podem optar por estudar uma floresta, uma árvore, ou as células de uma árvore sem reclamarem”, mas necessitando sempre observar que a depender da questão a ser respondida deverão acabar por privilegiar uma das escalas. É imperioso levar em consideração que o benefício desse método de análise não está em colocar uma escala como “melhor” que as demais, precisa-se, ao invés disso, operar com os diferentes níveis para viabilizar uma compreensão mais complexa das realidades sociais⁹.

A entrada da Ilha de Santa Catarina nos jogos das trocas da economia-mundo europeia

Os contatos iniciais entre as empresas colonialistas europeias e o território da Ilha de Santa Catarina datam do primeiro quartel do século XVI. Com algumas ressalvas pode-se afirmar que uma expedição naval, liderada por Cristóvão de Haro e patrocinada pela coroa

⁷ BRAUDEL, 2009, p. 09

⁸ CONRAD, 2019, p. 156

⁹ Ibid. p. 167-195

portuguesa, passou pela ilha no ano de 1514. Situando a região como um importante espaço na constituição das malhas mercantes da economia-mundo europeia a expedição de Juan Dias Solís, intitulado descobridor do Rio da Prata, navegou pelo litoral catarinense durante o ano de 1517. Mais adiante, porém ainda no décimo sexto século, o navegador Cabeza de Vaca aportou na região norte da Ilha de Santa Catarina, na parte entre a ilha e o continente. Ele resolveu chamar o local de *Vera* e tomou posse daquela terra em nome do rei de Espanha. Dos relatos de sua passagem por tais paragens, em meio a viagem até Assunção, são fornecidas importantes informações sobre as sociedades que ali viviam. Segundo o mesmo, parte do caminho foi percorrida ao lado de indígenas, que o acompanharam desde a Ilha de Santa Catarina¹⁰. Portanto, fica evidente que, já no início do século XVI, a Ilha de Santa Catarina era visitada por inúmeros navegadores, agentes da materialização da economia-mundo europeia, e eles tinham estabelecido contatos em busca de cooperação junto aos indígenas da região.

Os eventos acima relatados estão englobados no que se convencionou chamar de expansão ultramarina europeia. Muitos fatores podem ser elencados como motivadores de tal movimento, no entanto, conclui-se que todos eles estavam inclusos no que se entende como “carências internas da Europa ocidental”. Em maior grau elencam-se a necessidade de cereais e os baixos níveis dos estoques de metais. Ambos eram causadores dos piores temores econômicos dos Estados da época, uma balança comercial deficitária. Questões culturais como, por exemplo, o espírito de Cruzada e o gosto por aventura, além de pretensões religiosas como a expansão do cristianismo também constituíram aspectos integrantes do processo de expansão ultramarina, mesmo que em menor grau¹¹. Embora fique nítido, por meio da ação de sujeitos como Cabeza de Vaca, que o território da Ilha de Santa Catarina era assediado por diversos corsários e reivindicado por outros reinos, alguns tratados firmados entre Portugal e Espanha, com a benção do papa, garantiram a posse da região do litoral catarinense, em que a ilha se situa, como parte integrante do *império* português. Logo, ela foi mais uma localidade que passou a ser incluída nas malhas do império marítimo filiforme criado pelo reino de Portugal. Essa entidade geopolítica era dada ao domínio de circuitos comerciais, fazendo isso com o controle de uma rede de bases mercantis. Portanto, o território que futuramente veio a ser chamado de Florianópolis estava, já nos anos iniciais do século XVI, envolto em um contínuo transporte de mercadorias¹².

¹⁰ OLIVEIRA, 2020, p. 4-14

¹¹ MORAES, 2011, p. 73

¹² Ibid. p. 145

Por um sem-número de razões a instituição geopolítica filiforme entendida como império português, dada ao controle de rotas mercantes marítimas, começou a se materializar nas interlândias do continente americano. Durante esse processo a Ilha de Santa Catarina não perdeu sua importância para as malhas comerciais da economia-mundo europeia, mas as relações entre os agentes coloniais e as sociedades indígenas que habitavam nesse território se alteraram de maneira considerável. Ao longo do desenrolar desses acontecimentos a escravidão ganhou força como regime de trabalho na América portuguesa. Suas estruturas são tão marcantes para os períodos colonial e imperial brasileiros que muitas obras clássicas da historiografia nacional são dadas a debatê-las com afinco. Grandes nomes podem ser encontrados nessa discussão como Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* (1963), Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995), Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* (1997) e Fernando Novais em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (1986). Contudo, os autores citados, que além de clássicos são entendidos como interpretes do Brasil, responsáveis por edificar uma ideia de país, debruçaram-se, de forma majoritária, sobre a escravização de africanos e a sua influência na construção do espaço atlântico. No contexto da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII a escravização de indígenas, advinda das atividades de apresamento sertanistas, foi um fator constitutivo das relações entre colonizadores e povos originários no litoral catarinense. A prática de “resgates” junto aos Guarani englobou não só a Ilha de Santa Catarina, mas compôs uma rede que abarcou todo o Brasil meridional¹³.

Adentrando ao século XVIII, principalmente a partir de sua terceira década, a coroa portuguesa começou a lançar mão da posição geograficamente estratégica da Ilha de Santa Catarina para consolidar militarmente suas possessões marítimas e continentais entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata¹⁴. Mais um aspecto que demonstra a imbricação entre a ilha catarinense e a geopolítica mundial é que a solidificação da utilização de sua posição como defesa territorial vem no rescaldo de uma intrincada conjuntura de disputas militares entre as potências europeias por territórios coloniais. A Guerra de Sucessão ao trono espanhol, ocorrida entre os anos de 1703 e 1712, respaldou uma ação ainda mais agressiva dos corsários franceses no cenário atlântico. A tentativa de invasão ao Rio de Janeiro por Jean-François Duclerc, em 1710, e a bem-sucedida invasão realizada na mesma cidade por René Duguay Trouin são exemplos das ameaças militares que Dom João V teve de enfrentar entre os anos de 1706 e 1750¹⁵.

¹³ MONTEIRO, 1992, p. 478

¹⁴ SILVA, 2008, p. 11

¹⁵ Ibid. p. 40

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

O interesse de outros Estados europeus no local fica patente até mesmo pela produção cartográfica da época, como se pode observar nas figuras 1 e 2. Na imagem exposta pela figura 1 estão detalhadas as posições das casas, construções e fortificações que podiam defender a Ilha de Santa Catarina. Sendo um objeto produzido no idioma espanhol ele é capaz de demonstrar toda uma elaboração de conhecimento dentro da lógica da Espanha imperial acerca do lugar mapeado. Já por meio do estudo da figura 2, um mapa de Amédée François Frézier datado do início do século XVIII, se consegue analisar o interesse francês pelo local, pois além de estar nessa língua a carta tenta evidenciar, de forma mais detalhada que a anterior, as linhas náuticas, visando facilitar a navegação pela região.

Figura 1: Mapa das Casas, Construções e Fortificações que Envolviam o Complexo da Ilha de Santa Catarina no Século XVIII



Fonte: Library of Congress Geography and Map Division Washington, D.C. 20540-4650 USA¹⁶

Diante dos fatos mencionados nesta seção, faz-se possível perceber que a Ilha de Santa Catarina é uma personagem integrante da economia-mundo europeia desde as primeiras décadas quinhentistas. Porém, as maneiras pelas quais as malhas desse sistema de rotas mercantes tangeram o solo insular foram de grande variedade. No rastro dessa variedade também foram inúmeras as relações entre os agentes sociais no local. Aconteceram alianças entre as sociedades indígenas e os navegadores das expedições europeias, sempre pautadas pelo

¹⁶ Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g5617s.br000112/?r=0.01,-0.011,0.956,0.412,0> Acesso em 11 de março de 2022.

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

intento, presente em ambos os lados, de conquistarem vantagens inerentes às suas lógicas políticas, econômicas e religiosas, dentre outras. O sistema de resgate, que promovia alianças e disputas entre sertanistas, povos originários e jesuítas, foi parte de uma conjuntura em que a economia-mundo europeia, cada vez mais, se interiorizava no continente americano, contudo, sem deixar de materializar-se em suas bases litorâneas, como era o caso da Ilha de Santa Catarina. Com o desfraldar do século XVIII a posição geográfica estratégica da ilha, estabelecida entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, além da sua relevância para o Brasil meridional deram o tom da espacialização econômica que nela aconteceu, pois foram levadas em conta as possibilidades militares de defesa das malhas comerciais para as quais a mesma poderia corroborar. Logo, pode-se entender a ilha como “um pedacinho de terra perdido no mar”¹⁷ que era, no entanto, crucial para os planos de Portugal e para toda a economia-mundo europeia nos locais próximos ao Rio da Prata.

Figura 2: Carta Particular da Ilha de Santa Catarina – Frézier (1712)



Fonte: Amédée François Freizer. Carte particuliere de l'Isle de Ste. Catherine: située à la Côte du Bresil par 27.d 30 de l'atitude Australe¹⁸,

A Ilha de Santa Catarina: sociedade e economia (1747-1778):

¹⁷ BARBOSA, Cláudio Alvim. *Rancho do Amor à Ilha*. Florianópolis: Uma Canção para Florianópolis, 1965. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/394820/>> Acesso em 12 de março de 2022.

¹⁸ In: idem. *Relation du Voyage de la Mer du Sud aux côtes du Chily et du Perou, fait pendant les années 1712, 1723 & 1714*. BNL, D.S. XVIII-75.

Como visto até aqui, com o passar do século XVIII as dificuldades militares, que envolviam todo o império português, se engajavam crescentemente no cotidiano experimentado na Ilha de Santa Catarina. Exemplo disso é que, no ano de 1742, a ilha se encontrava sob o comando do Brigadeiro das Armas do rei de Portugal José da Silva Paes, um homem letrado e possuidor do título de engenheiro, além de outras honrarias militares mais e o mesmo, em sua análise da situação, deixou em evidencia a nítida necessidade de se prover uma melhor defesa do local. Ao se comunicar com o rei ele explicou que as fortalezas feitas de nada valeriam sem seres humanos que as pusessem em funcionamento, bem como conseguissem suprir as demais necessidades da região. O próprio governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, concordava com essas palavras. Ele alegou, então, que a capitania do Rio de Janeiro se achava impossibilitada de colaborar com pessoas para o suprimento das guarnições da Ilha de Santa Catarina, pois em seu regimento dispunha apenas de quatrocentos homens e com a quantidade de pessoas que habitavam a ilha “nem as fortalezas se podiam aumentar com vantagem nem a ilha cultivar, e pôr em abundância”. Após ásperas defesas como essas o projeto de colonização passou a ganhar força junto à corte portuguesa e teve o início da sua implementação efetiva em 1748¹⁹.

Os primeiros imigrantes, vindos dos Açores, mais propriamente da Ilha Terceira, chegaram ao porto da Ilha de Santa Catarina em 6 de janeiro de 1748, tendo feito a travessia atlântica em dois grupos. O número é estimado em oitenta e cinco *casais*, o que poderia significar, para as concepções da época, não só marido e mulher, mas também filhos, e, por vezes, parentes próximos e agregados. Eles foram recebidos na ilha pelo governador José da Silva Paes que, segundo a Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, deveria auxiliá-los com os “alojamentos, rações alimentares, sementes, ajuda de custos, animais, utensílios, ferramentas e terras, bem como estabelecer a forma de organização das povoações”. Alguns cálculos indicam que entre 1748 e 1756 uma quantidade de seis mil colonos açorianos e cinquenta e nove madeirenses aportaram na Ilha de Santa Catarina. Entretanto, nem tudo correu como o planejado, pois os administradores do lugar não possuíam formas para subsidiar as promessas da Provisão supracitada e, em outros casos, aos colonos recém-chegados não interessava cumprir todas as determinações que lhes foram implicadas²⁰.

Embora José da Silva Paes tenha sido de grande importância na elaboração do projeto de colonização da ilha, os governadores locais que realmente coordenaram as etapas de

¹⁹ SILVA, 2008, p. 166-169

²⁰ Ibid. p. 171-172

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

alocação dos imigrantes foram Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, que governou entre os anos de 1749 e 1753, e José de Mello Manoel, que governou entre 1753 e 1762. O primeiro começou sua carreira militar em Portugal chegando, em 1728, ao posto de Coronel de Infantaria, anteriormente já havia sido nomeado governador do Castelo de São João Batista, na Ilha Terceira dos Açores e possuía as condecorações de Cavaleiro da Ordem de Cristo e do Hábito da Ordem de Cristo, ambas concedidas em 1719. Entre seus maiores feitos no comando da ilha estão a colonização do litoral catarinense em lugares próximos à ela como, por exemplo, São Miguel, Enseada de Brito, São José, Palhoça, Paulo Lopes e Garopaba, além de ter iniciado as obras da igreja Matriz em Desterro no ano de 1750²¹. Já o segundo era descendente da família dos Condes de Atalaia e obteve o foro de Moço Fidalgo em 1724. Capitaneou alguns navios portugueses como o Nossa Senhora da Piedade, em 1723, o Nossa Senhora da Vitória, em 1738, e o Nossa Senhora do Monte Alegre, em 1748, além de ter servido na Índia. Coube a ele cumprir, de forma imediata, a ordem de expulsar os jesuítas da Ilha de Santa Catarina, além de ter tornado obrigatório o plantio de algodão e concluído a igreja Matriz do Desterro²².

Figura 3: Dados Populacionais Levantados pelo Governo da Ilha de Santa Catarina Entre 1739 e 1806

	1739 ³⁵¹	1753 ³⁵²	c.1756 ³⁵³	1796 ³⁵⁴	1803 ³⁵⁵	1805 ³⁵⁶	1806 ³⁵⁷
Ilha de Santa Catarina	> 900	4.820	4.584	9.160	11.144	10.599	11.016
N. S. do Desterro		4.317	2.649	3.757	4.613	5.694	4.223
N. S. da Conceição da Lagoa		503	565	1.916	2.499	2.456	2.496
N. S. das Necessidades de S. Antônio		-	1.370	2.447	2.901	2.449	2.914
N. S. da Lapa do Ribeirão		-	-	1.040	1.131	?	1.383
N. S. do Rosário da Enseada de Brito		172	212	1.091	1.315	1.379	1.393
São José		503	533	2.091	2.192	2.656	2.833
São Miguel (e Ganchos)		441	481	2.758	3.475	3.498	3.339
Soma das 7 freguesias/distritos pertencentes a vila do Desterro		5.936	5.810	15.100	18.126	18.132	18.581
Vila de N. S. da Graça do Rio de S. Francisco	?	?	2.299	4.453	?	5.293	5.485
Sant'Ana (Vila Nova)		312	382	1.109	?	?	1.617
Vila de S. A. dos Anjos da Laguna	?	234	557	3.203	?	5.684	4.479
Soma		6.482	9.048	23.865	?	29.109	30.162
Militares da tropa paga	?	138	?	1.027	?	?	?
Total	?	6.620	?	24.892	?	?	?

Fonte: SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 187.

²¹ MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Manuel Escudeiro Ferreira de Souza. 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1339-Manuel_Escudeiro_Ferreira_de_Souza>. Acesso em: 12 de março de 2022.

²² MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José de Mello Manoel. 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1113-Jose_de_Mello_Manoel>. Acesso em: 12 de março de 2022.

Os dados avistados na figura 3 denotam um crescimento populacional na Ilha de Santa Catarina bastante expressivo entre os anos de 1739 e 1796. Além do programa de colonização organizado pelo Estado português podem se apontar aspectos como os contingentes militares de primeira e segunda linha que foram transferidos para a ilha nas décadas de 1760 e 1770, bem como a entrada de escravizados africanos a partir da metade do século XVIII. Ainda que não se possa precisar em números, sabe-se que a presença africana era crescente no local nessa época, pois não só os colonos, em suas pequenas e médias propriedades agrícolas, passavam, de maneira ainda mais intensa, a lançar mão da propriedade escrava como também as armações baleeiras. No ano de 1750 a armação da Piedade funcionava à base de 107 escravizados, todos africanos. Alguns documentos da época também podem atestar a presença de indígenas e “mulatos”, porém sem dar a dimensão de quantos eram ou mesmo se tinham como estatuto *livres, libertos* ou *escravos*²³.

Portanto, pode-se afirmar que durante o período aqui recortado (1747-1778) a sociedade da Ilha de Santa Catarina passou por um considerável incremento populacional. Desde as motivações de defesa militar e geração de riqueza por meio da região, encontradas nos anseios de José da Silva Paes já em 1742, até a chegada dos contingentes militares de primeira e segunda linha nas décadas de 1760 e 1770, somados ao adensamento do número de escravizados no lugar faz-se possível inferir que o número de agentes sociais em solo insular basicamente triplicou, na pior das hipóteses. A construção de fortalezas se mostra realmente central para esse tempo, como faz-se visível na troca de cartas entre Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, e o provedor da Fazenda Real que tinha a ilha sob sua jurisdição, em que eles demonstram preocupações com a gestão das edificações das fortificações:

Sendo presente a S. Mag.^{de} a Carta de V m.^{ce} de 20. de Março do anno proximo passado, em que Representa, ter mostrado a experiencia o quanto prejudicial hé o darem-se obras a jornal, o que não obstante o Governador dessa Ilha o praticara nas que se faziaõ nela: foi o mesmo senhor servido ordenar ao dito Governador que as que se fizerem daqui em diante se arrematem publicamente na conformidade do Regimento das Fortificaçoens, que Remeto a V m.^{ce}, observando-se este em tudo o que for applicavel a cada huma das ditas obras: o que V m.^{ce} executar pela parte que lhe toca²⁴.

²³ SILVA, 2008, p. 185-188

²⁴ AHU_ACL_CU_ORDENS E AVISOS PARA A NOVA COLÓNIA DO SACRAMENTO E SANTA CATARINA, Cod. 498. Disponível em: <<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1119506>> Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

O documento demonstra que no ano de 1760 as fortificações das defesas da Ilha de Santa Catarina estavam na pauta dos altos escalões do Estado português. Denota-se, também, uma preocupação com a melhor forma de se fazer esse tipo de trabalho, tendo o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar deixado claro que esse tipo de obra deve ser feito através de arrematações públicas e não mediante o pagamento de jornais. Contudo, não só as construções militares ocupavam as comunicações entre a ilha e a corte. Na conversa entre José de Mello Manoel e Thomé Joaquim da Costa Corte-Real, secretário de Estado dos Negócios da Marinha, assuntos como o pagamento dos soldos e questões envolvendo as tropas das guarnições que protegiam a ilha faziam parte da agenda. Em resposta à duas cartas, uma delas enviada no dia 10 de novembro de 1756 e a outra em 14 de junho de 1757, remetidas por José de Mello Manoel aos seus superiores o secretário apontou as seguintes temáticas:

A S. Mag.^{de} foi presente a Carta de V m.^{ce} de 10. de Novembro de 1756. e 14. de Junho do anno proximo passado e o mesmo senhor foi servido tomar sobre os diferentes negócios, que nella se contem, as Resoluçoens, que vou participar a V m.^{ce}. Primeiramente, quanto ao pagamento dos soldos, que se estão devendo a V m.^{ce}, e as Tropas da Guarnição dessa Ilha, e dos ordenados dos filhos da Folha: Foy S. Mag.^{de} servido dar a competente providencia, ordenando ao Provedor da Fazenda Real dessa Ilha, que arrecadando exacta, e cuidadosamente em todos os annos a importancia dos dizimos dos gados, e mais productos pertencentes a Fazenda Real, com a consignação actual do contracto da Pescaria das Balleas, pague exacta, e cuidadosamente as Folhas Ecclesiastica, Civil, e Militar, até onde chegarem os ditos rendimentos, com preferencia à toda, e qualquer outra applicação, e sem embargo de quaes quer ordens, que sejaõ em contrario: E que fazendo Relação da falta, que achar na importancia dos referidos rendimentos para cubrirem a despeza das Folhas, passe Precatorios, que levem inserta a mesma Relação da Receita, e despeza, ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro; para lhe remeter annualm.^{te} as quantias, que faltarem, na conformidade das ordens do mesmo Senhor expedidas aos respectivos Provedores da Fazenda Real, de que a estas carta vaõ juntas as copias. Em segundo Lugar, pelo que pertence ao fardamento das mesmas Tropas, Foy S. Mag.^{de} servido ordenar ao Conselho Ultramarino, mandasse remetter na presente frota ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro o fardamento necessario para as Tropas daquella Capitania, e das mais que são subordinadas ao Governador, e Capitam General das mesmas Capitancias; ao qual V m.^{ce} deve recorrer, aos cazos, que immediatamente propoem ao mesmo senhor por esta secretaria de Estado. Em 3º Lugar pelo que respeita as tres companhias, que faltaõ para se completar o numero das seis destinadas para a guarnição dessa Ilha: tem S. Mag.^{de} ordenado ao sobre dito Governador, e Capitam General; informe sobre esta matéria. Em 4º Lugar, quanto a arribada, que a essa Ilha fes o Navio Espanhol, em que hia D. Pedro de Cevallos achou S. Mag.^{de} regular o procedimento, que V m.^{ce} fes praticar assim a Respeito da observancia das suas Reaes Ordens, como da recepção do referido hospede. Em 5º, e ultimo Lugar, quanto ao escandalo, que com o seu mão procedimento cauzava o Padre Domingos Pereira Telles, Vigario de huma das Igrejas dessa Ilha; o manda o mesmo Senhor participar ao Bispo do Rio de Janeiro, Recomendando-lhe, que sobre esta materia dé a prompta providencia, que hé de esperar das virtudes, e zelo do serviço de Deoz, e bem das Almas, que resplandecem naquelle digno Prelado²⁵.

²⁵ AHU_ACL_CU_ORDENS E AVISOS PARA A NOVA COLÓNIA DO SACRAMENTO E SANTA CATARINA, Cod. 498. Disponível em: <<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1119506>> Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

Ficam patentes as diversas preocupações com a vestimenta e as formas de manutenção das tropas, além da necessidade de se completar o efetivo militar de defesa da ilha, que na época deveria ser de seis companhias das ordenanças, mas possuía apenas três. As relações entre o Estado e a Igreja também podem ser exploradas através do “escândalo” que envolveu o padre Domingos Pereira Telles. Havia, ao que parece, o poder para os atores estatais intervirem nas situações e, até mesmo, se relacionarem com os mais altos escalões do clero para resolver os possíveis problemas. Todavia, não se pode deixar passar a “arribada” feita ao navio espanhol em que estava Dom Pedro de Cevallos. Pela datação das cartas esse fato ocorreu aproximadamente em meados dos anos 1750, por volta de 1756. O comportamento de José de Mello Manoel ao abordar o navio e fazê-lo aportar na ilha para fiscalizá-lo foi bem quisto pelos seus superiores, o que aclara uma forte posição defensiva das autoridades portuguesas para com embarcações de outras nações. Essa posição, no entanto, não se mostraria injustificada alguns anos depois, mais precisamente no dia 23 de fevereiro de 1777, quando Dom Pedro de Cevallos, que acabara de ser nomeado vice-rei, governador e capitão general das Províncias do Rio da Prata, desembarcou na Ilha de Santa Catarina encabeçando uma frota composta por, aproximadamente, uma centena de embarcações e nove mil homens. A ocupação espanhola na ilha perdurou por cerca de um ano e quatro meses. A operação fazia parte dos planos da coroa espanhola de dominar os territórios ao norte do Rio da Prata, porém essa pretensão havia sido posta em xeque em 1776, quando Portugal reconquistou os territórios do Rio Grande de São Pedro²⁶.

Não se deve, porém, imaginar que o papel estratégico da ilha catarinense se evidencia apenas no caráter militar do contexto em que a mesma estava envolta. Ela fazia parte de um cenário de disputas dos projetos colonialistas que buscavam, com a instalação de bases político-militares, o estabelecimento de grandes produções manufatureiras, principalmente nas armações de caça de baleias – item que também aparece na carta acima – com a intenção de assim ligar a região a economia-mundo europeia e torná-la uma partícipe ainda mais importante do processo de acumulação primitiva de capitais na Europa²⁷. Portanto, não há exagero em dizer que o domínio da Ilha de Santa Catarina era central, tanto militar quanto economicamente, para os planos de qualquer potência colonial que visasse materializar seus empreendimentos entre a cidade do Rio de Janeiro e o Rio da Prata.

²⁶ SILVA, 2013, p. 01

²⁷ OLIVEIRA, 2005, p. 08

Sabe-se que a intenção do processo de povoamento do local com imigrantes açorianos era garantir não só a defesa territorial, mas também um funcionamento econômico autossustentável, que incorreria em benefícios mercantis à coroa portuguesa²⁸. No tocante à produtividade econômica da ilha destacaram-se, para Walquíria Krüger Corrêa (1999), as agro-manufaturas como, por exemplo, engenhos de farinha, de açúcar e alambiques. Ela também escolheu como destaque para o período o acelerado desenvolvimento do artesanato doméstico com fiação manual e a tecelagem do algodão para a confecção de roupas e rendas, além da produção de móveis, louças de barro e outras ferramentas mais.

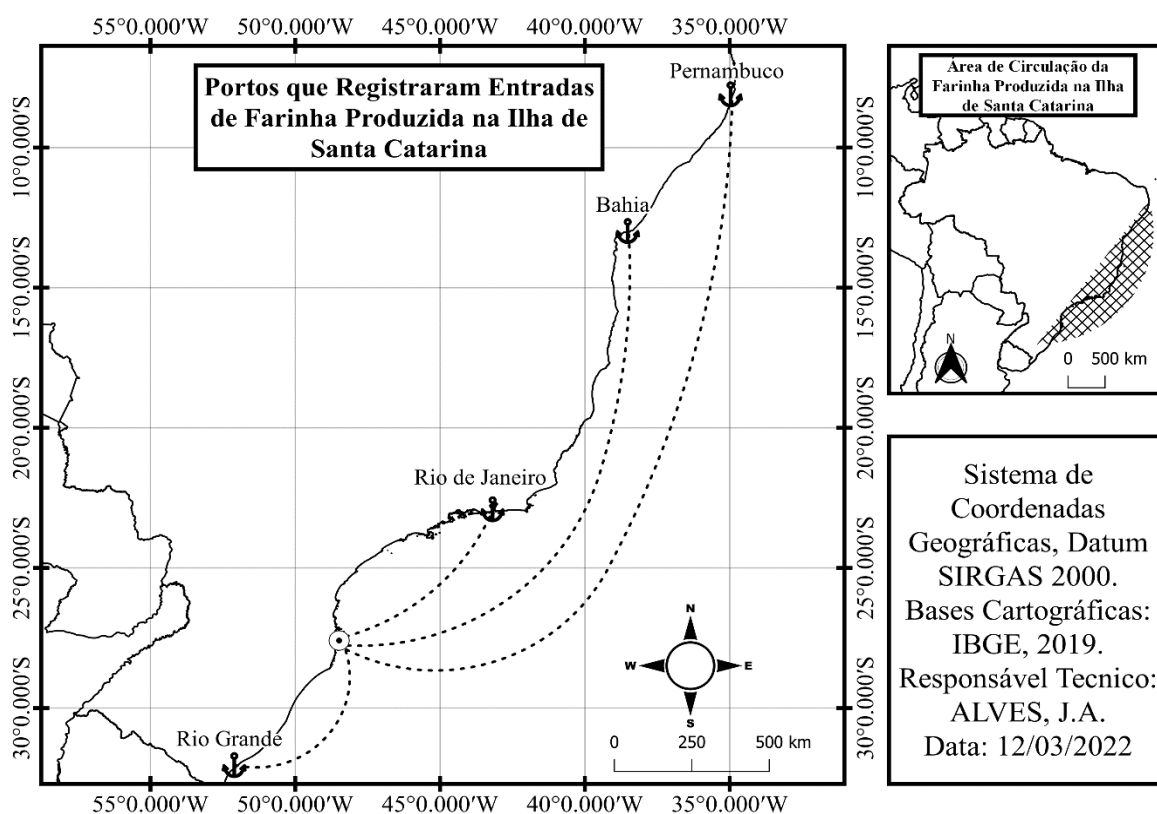
No espaço-tempo aqui estudado foram encontradas muitas iniciativas e esforços das autoridades portuguesas para introduzir a cultura de diversos itens economicamente valorizados nos meios de produção da ilha. Uma provisão de 9 de agosto de 1747, por exemplo, visava fazer do trigo uma importante fonte de renda local, garantindo dessa planta a cada *casal* dois alqueires de sementes. Contudo, os resultados obtidos ficaram longe dos desejados, tanto é que José de Mello Manoel informou, em novembro de 1753, a Diogo de Mendonça Corte-Real, então secretário de Estado dos Negócios da Marinha, que o trigo não estava rendendo o esperado e afirmou que esse foi o “motivo por que se tem abandonado esta sementeira”. Já outro artigo agrário passava, na mesma época, a ganhar espaço na economia ilhéu. Era o caso da mandioca. Esse produto fez da Ilha de Santa Catarina ativa no abastecimento de farinha de mandioca para os mercados do Atlântico sul. Uma Provisão régia de 31 de dezembro de 1754 autorizou a ilha a ser a fornecedora de farinha para as tropas do Rio Grande. A produção do artigo aumentou de maneira contumaz, transformando o cenário da região com os paquetes e sumacas que, periodicamente, levavam os carregamentos de farinha da ilha para a vila do Rio Grande, mas também para os armazéns reais do Rio de Janeiro. É conhecido o fato de que a farinha ali produzida chegou, inclusive, aos portos da Bahia e de Pernambuco²⁹. Para auxiliar na construção de uma melhor compreensão da dimensão geoespacial do alcance da farinha produzida na Ilha de Santa Catarina foi feito o mapa da figura 4.

Figura 4: Área de Circulação da Farinha Produzida na Ilha de Santa Catarina

²⁸ SILVA, 2013. 188

²⁹ Ibid. p. 189-190

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves



Fonte: SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 189-190.

Outro artigo deveras importante nessa conjuntura era o algodão. Em abril de 1754, por meio de um despacho governamental, os moradores da ilha catarinense e do seu continente estavam obrigados a plantarem cem árvores de algodão para cada montante de cinquenta braças de terras lavradas e cultivadas com outros produtos. Tal iniciativa foi amplamente corroborada pelo rei em sua Provisão de 10 de outubro de 1754. Isso serviu de combustível para que os teares se aglomerassem pelos sítios da região. A produção algodoeira ilhéu se organizava em pequenas unidades, geralmente dirigidas por mulheres e o resultado final da mesma destinava-se ao suprimento dos mercados locais e regionais³⁰.

Mais uma atividade indispensável para a vida econômica da Ilha de Santa Catarina nesse momento era a caça às baleias. Os dízimos arrecadados pelos cofres do Estado a partir dessa prática produtiva foram entendidos como parte das maneiras de pagar as folhas eclesiásticas, civis e militares nas cartas trocadas por José de Mello Manoel e Thomé Joaquim da Costa Corte-Real entre os anos de 1756 e 1760. O negócio baleeiro era capaz de proporcionar vultuosos lucros aos comerciantes portugueses, porém os demais moradores da ilha não passavam de

³⁰ Ibid. p. 190-191

meros espectadores da atividade, como afirmou o navegador francês Conde de La Pérouse em sua estadia em solo ilhéu. Os arrematantes dos contratos realmente não eram moradores da ilha e nem lá aplicavam seus lucros. Estavam todos muito mais engajados em outros setores da economia-mundo europeia. Faz-se importante observar que, mesmo que o acúmulo de capital não estivesse centrado na Ilha de Santa Catarina, os negócios baleeiros movimentavam toda a sociedade local e deram propulsão à produção de diversos outros itens. O azeite extraído das carcaças dos cetáceos adentrava aos jogos das trocas, era enviado para o Rio de Janeiro e de lá ganhava o Atlântico sul³¹.

Não cabe a este estudo julgar, de forma comparativa, o valor da participação da Ilha de Santa Catarina no quadro mais amplo dos jogos das trocas do comércio colonial ou mesmo da economia-mundo europeia, mas cabe sim, aqui, ressaltar que a mesma tinha importância em tal processo e era peça central para possibilitar a materialização de qualquer empreitada mercantil entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata. Em tal contexto a vida econômica do lugar se organizou imbricada ao mundo externo e ao comércio marítimo. Logo, as pequenas propriedades agrícolas, pesqueiras ou fabris que produziam artigos como, por exemplo, farinha, milho, arroz, trigo, feijão, favas, cevada, aguardente, melado, açúcar, cebola, algodão, linho, café, fumo, tabuados e peixes se voltavam para o abastecimento local, mas também para o comércio marítimo³².

Conclusão

Diante dos fatos analisados pode-se perceber que a Ilha de Santa Catarina teve seus primeiros contatos com a economia-mundo europeia ainda nos primórdios do momento em que, em sua fase expansionista atlântica, a mesma chegou nas Américas. Das experiências de navegadores europeus como Cabeza de Vaca sabe-se que durante boa parte do século XVI a ilha era um ponto central na trajetória de quem buscava o Rio da Prata. As múltiplas formas das relações de troca que existiam com os ameríndios do local começaram a inserção da Ilha de Santa Catarina nos jogos das trocas da economia-mundo europeia. Durante os anos finais do século XVI e todo o século XVII as malhas das redes dos jogos das trocas mudaram as formas como se espacializaram em solo ilhéu. A lógica dos relacionamentos entre as sociedades indígenas e os colonizadores sofreu alterações, com a ampla adoção da escravização de seres humanos. Geralmente quando se fala nessa temática são abordadas tão somente as experiências

³¹ Ibid. p. 197-198

³² Ibid. p. 192-193

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

dos africanos escravizados que foram dragados pela economia capitalista insurgente em direção ao trabalho compulsório na América portuguesa. No entanto, a escravidão indígena foi um dos principais veículos da materialização do jogo das trocas no Brasil meridional ao longo do seiscentos. O clarear do século XVIII e as diversas disputas militares que envolveram os Estados europeus acentuaram a importância militar estratégica da ilha para os planos do império português na região entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata.

O que se verificou no panorama da Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1747 e 1778 está totalmente imbricado com esse cenário das disputas militares das grandes potências coloniais. Foi um período no qual se empreitou um grande programa de colonização para o local, buscando fortalecer suas defesas, mas também dinamizar sua economia. As conversas entre os administradores da ilha e os representantes do alto escalão do governo português constantemente traziam informações sobre preocupações militares como o pagamento das folhas dos membros das companhias das ordenanças, a necessidade de se aumentar o contingente deles e a edificação de fortalezas. A abordagem feita ao navio espanhol em que viajava Dom Pedro de Cevallos é outra amostragem das tensões militares que rondavam o lugar. Tanto que no final do período estudado o mesmo Dom Pedro de Cevallos chegou a invadir a ilha com um grande número de homens e embarcações. Já no campo da produção econômica o que predominou no contexto ilhéu foram os artigos necessários para o abastecimento local e de algumas importantes cidades da América portuguesa como o Rio de Janeiro. No entanto, o lugar não ficou ao largo dos grandes empreendimentos capitalistas da época, como era o caso das armações baleeiras.

Portanto, fazendo um jogo de escalas entre a Ilha de Santa Catarina, o complexo colonial português em solo americano e a economia-mundo europeia torna-se possível afirmar que a ilha ocupava uma posição periférica nas malhas das redes dos jogos das trocas. Todavia, ela prestou importantes contributos à acumulação primitiva de capitais no período aqui trabalhado, pois se a mesma foi periférica ao se olhar as grandes escalas, essa porção insular de terra também se consolidou como uma das protagonistas nos planos dos Estados europeus de explorarem o Brasil meridional. Por conseguinte, isso demonstra a necessidade de se estudar espaços que não estão nos lugares centrais ou semiperiféricos dos circuitos econômicos mundiais, além de auxiliar a preencher questões lacunares no conhecimento historiográfico acerca do período colonial brasileiro.

Referências

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas, volume 2*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

CORRÊA, Walquíria Krüger. *Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina*. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 25-44, jan./jun. 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala [1933]*. Brasília: Ed. UNB, 1963.

HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. México, FCE: 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Annablume, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII*. In CUNHA, Manuela C. (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *Conflito e Governo na Segunda Metade do Século XVIII: A invasão espanhola na capitania de Santa Catarina em 1777*. Londrina: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, 2005.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *História e Cartografia dos Patos: conexões globais e dinâmicas continentais – séc. XVI*. In MAMIGONIAN, Beatriz e SAYÃO, Thiago (orgs.). **Revisitar Laguna: o sul do Brasil na História Atlântica**. Florianópolis: Edufsc, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia [1942]*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PAUL, Herman. *Historicismo fraco: sobre hierarquias de virtudes e de metas intelectuais*. **História da Historiografia**. n. 12, p. 25-42, agosto de 2016.

REVEL, Jacques. *A História ao Rés-do-Chão*. In: A herança imatereial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Augusto. *A vergonha de 1777: história e historiografia luso-brasileira da ocupação espanhola da Ilha de Santa Catarina*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

SOUZA, Laura de M. e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, século XVI ao XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.